



# Relatório e Contas 2011

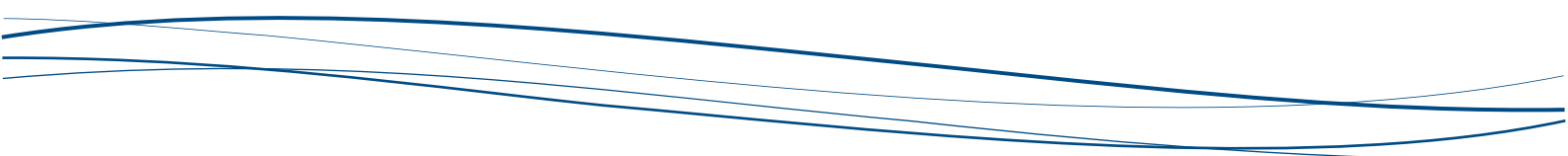


**SIMTEJO**  
Grupo Águas de Portugal





SIMTEJO  
Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.  
**Relatório e Contas 2011**





### **Os golfinhos voltaram ao Tejo**

O tratamento das águas residuais efetuado pela Simtejo tem trazido benefícios consideráveis à fauna e à flora do Vale do Trancão e do Estuário do Tejo.

Um passeio pela foz do Trancão permite avaliar os impactes positivos na flora local.

E, quanto à fauna, até algumas visitas que raramente apareciam estão a tornar-se cada vez mais frequentes... como é o caso dos golfinhos que têm sido consecutivamente vistos percorrendo o Tejo, interagindo com a água e o meio. Vieram para ficar! Bem-vindos, golfinhos!

# Índice

Mensagem do Presidente .....	07
<b>A Empresa</b> .....	<b>09</b>
Indicadores Financeiros .....	10
Indicadores de Atividade .....	10
Indicadores de Gestão .....	11
Evolução dos Prazos Médios de Pagamento e Recebimento .....	11
<b>Principais Acontecimentos</b> .....	<b>13</b>

## A - Governo da Sociedade

1. Missão, Objetivos e Políticas .....	17
2. Documentos Normativos Internos e Externos .....	17
3. Informação sobre Transações Relevantes com Entidades Relacionadas .....	19
4. Modelo de Governo .....	20
5. Remunerações e Outros Encargos .....	34
6. Análise de Sustentabilidade .....	36
7. Gestão do Capital Humano .....	37
8. I&D e Inovação .....	39
9. Ética e Prevenção da Corrupção .....	47
10. Controlo de Risco .....	48
11. Prevenção de Conflitos de Interesses .....	49
12. Divulgação de Informação .....	50
13. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional .....	50
14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa .....	52
15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo .....	54
16. Relatório dos Administradores não executivos .....	57

## B - Atividade da Empresa

1. Introdução .....	59
2. Enquadramento Macroeconómico .....	59
3. Enquadramento do Setor .....	61
4. Regulação .....	64
5. Análise Económica e Financeira .....	66
6. Atividade Operacional .....	71
6.1. Investimentos .....	71
6.2. Exploração .....	73
6.3. Manutenção .....	84
6.4. Laboratórios .....	84
6.5. Qualidade e Responsabilidade Social .....	85
6.6. Comunicação e Educação Ambiental .....	85
7. Objetivos de Gestão .....	88
8. Perspetivas para o Futuro .....	93
9. Factos Relevantes após o Termo do Exercício .....	94
10. Sucursais da Sociedade .....	94
11. Considerações Finais .....	94
12. Proposta de Aplicação de Resultados .....	94
13. Anexo ao Relatório .....	95

## C - Demonstrações Financeiras do Exercício

Demonstrações Financeiras .....	98
Notas às Demonstrações Financeiras .....	101
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal .....	137
Certificação Legal de Contas .....	139



# Mensagem do Presidente



O ano de 2011 continuou a ser marcado pelo enquadramento económico e financeiro do País, nomeadamente pelas limitações ao endividamento e, por consequência, no acesso ao crédito, o que levou a Simtejo a reduzir o seu investimento em cerca de 57% relativamente ao ano anterior quedando-se por cerca de 25,7 milhões de euros.

Pese embora a redução de investimentos, é de relevar pela sua importância para a cidade, para o Estuário e para os portugueses em geral, a ligação em janeiro da zona ribeirinha de Lisboa à nova ETAR de Alcântara.

Já no presente ano foi formalizada a criação do Tribunal Arbitral para dirimir o conflito existente com o Consórcio construtor da empreitada de "Conceção/ construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara" com significativa redução de pedidos em relação ao litígio judicial existente e do qual se aguardam as respetivas conclusões. Por razões diversas o Consórcio não terminou a empreitada no prazo acordado em sede do Tribunal Arbitral o que levou a Simtejo a proceder à aplicação de multas.

Destaca-se ainda a nível de investimentos a conclusão das empreitadas do emissário L - fase II, Frielas, e do sistema de drenagem das bacias afluentes à EN 8, ambas no Município de Loures, e o desenvolvimento das empreitadas relativas ao sistema sul afluente à ETAR de Alverca, em Vila Franca de Xira, e bem como das empreitadas relativas ao sistema da Foz do Lisandro e à terceira fase dos emissários gravíticos do sistema da Ericeira, no Município de Mafra.

A reutilização de efluentes continuou a merecer em 2011 uma especial atenção por parte da Simtejo que, após assinatura do protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL, e a Lisboa E-Nova, integrou um Grupo de Trabalho encarregado da realização de um estudo técnico/económico para a implementação de uma rede de água reutilizada na cidade de Lisboa.

Foi igualmente celebrado um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, tendo em vista a realização de um estudo de viabilidade técnica e económica da implementação de um sistema de reutilização de água residual tratada na frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria a partir da ETAR de Alverca, bem como os possíveis modelos de gestão e exploração.

A nível da operação, a Simtejo tratou nas suas instalações, no ano de 2011, cerca de 118 milhões de metros cúbicos de águas residuais, o que representa um aumento de 7,7% face aos caudais de 2010, atingindo, mesmo em ano seco, o valor mais elevado desde sempre registado pela Simtejo.

Durante o ano de 2011 passaram a ser operadas pela Simtejo mais nove estações elevatórias (cinco no subsistema de Alcântara, uma no subsistema de Alverca, uma no subsistema de Frielas e duas no subsistema de Vila Franca de Xira) e mais quatro quilómetros de interceptores, passando o global de infraestruturas da Simtejo, no final de 2011, a ser de 29 ETAR, 75 estações elevatórias e 249 quilómetros de interceptores e condutas elevatórias.

No âmbito da redução e otimização dos consumos de energia elétrica, que continua a ser um dos principais objetivos da Empresa, foi elaborado e aprovado o Plano Geral de Eficiência Energética instrumento fundamental na prossecução daquele objetivo.

Após um significativo investimento de cerca de 3 milhões de euros no sistema de medição de caudais e do acordo, na generalidade, dos Municípios sobre os diversos aspetos que o envolvem, a Simtejo iniciou o arranque dessa medição para fins de faturação no segundo semestre de 2011 e desencadeou o processo formal da sua aprovação pelo Concedente.

**Releva-se ainda que em 2011 à Simtejo foi atribuído o "Prémio de qualidade de serviço em águas e resíduos 2011", no tema "Qualidade de serviço de saneamento de águas**

**residuais urbanas prestado aos utilizadores", atribuído por um Júri constituído pela ERSAR, APRH, APDA e APESB, LNEC e Jornal Água & Ambiente.**

A nível de I&D, a Empresa deu continuidade aos projetos "Aguasafe", destinado à integração dos sistemas de informação numa ferramenta de gestão operacional, "SIMAI", que tem por objetivo o suporte dos serviços de proteção civil, através de monitorização e avisos de descargas numa bacia hidrográfica e "Envitejo", cujo objetivo é integrar o conhecimento, a informação e as ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do Estuário do Tejo.

É oportuno realçar aqui que a aplicação da plataforma "Aguasafe" ao caso de estudo do subsistema de Beirolas foi selecionada, de entre 37 projetos a concurso, como finalista dos *Be Inspired Bentley Awards* de 2011, na categoria *Innovation in Water, Wastewater and Stormwater Networks*.

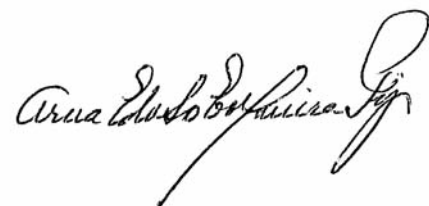
A Comunicação e Educação Ambiental mereceram também especial atenção por parte da Empresa sendo de destacar a iniciativa itinerante "Hidrobox", que esteve presente em todos os Municípios acionistas, para sensibilizar a população para a importância da água através da peça "A História sensorial da água", criada apenas com sons, sem recurso a imagens ou palavra.

A situação a nível económico mantém-se estável com um volume de negócios de 46,6 milhões de euros, mais 4 milhões do que em 2010, decorrente, fundamentalmente, da ampliação da taxa de cobertura no final de 2010. Por outro lado a Simtejo registou, em 2011, um aumento no seu Resultado Líquido na ordem dos 35%, atingindo 7,735 milhões de euros, pelo efeito do crescimento anual dos Resultados Operacionais Líquidos de 85%.

A nível financeiro a situação não é tão promissora verificando-se um significativo agravamento das dívidas de clientes e um acréscimo de pagamento de IRC de cerca de 3,5 milhões de euros em 2011 e anos seguintes, decorrente, nomeadamente, das mudanças da forma de cálculo das amortizações para efeitos fiscais associadas à adoção das normas IFRS.

Para finalizar, resta-me agradecer a colaboração e o apoio institucional que nos foram dados pelos Concedente, ERSAR e Acionistas, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia-Geral, ao Conselho Fiscal e ao Auditor Ernst & Young.

O nosso agradecimento também a todos os colaboradores pela sua dedicação e empenho nunca até agora regateados.



Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo  
Presidente do Conselho de Administração





**A Simtejo integra o projeto europeu *TRUST***

A Simtejo integra o projeto europeu *TRUST - Transitions to the Urban Water Services of Tomorrow*, uma iniciativa de Investigação & Desenvolvimento no âmbito do 7<sup>º</sup> Programa Quadro da União Europeia que, envolvendo 30 parceiros de 11 países, tem por objetivo desenvolver soluções e ferramentas de gestão que permitam às entidades gestoras de serviços de águas estarem preparadas para os desafios futuros do setor, nomeadamente alterações climáticas, crescimento demográfico, fenómenos migratórios, crescente urbanização e envelhecimento das infraestruturas.



# A Empresa

## Acionistas

O Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão foi criado através do Decreto-Lei nº 288 - A/2001, de 10 de novembro, tendo como objetivo operacional a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos Municípios da Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira e como objetivo estratégico a redução dos níveis de poluição no Estuário do Tejo, nas bacias do rio Trancão, ribeiras dos concelhos de Mafra e de Vila Franca de Xira.

O citado diploma legal estabeleceu que o exclusivo de exploração e gestão do sistema era adjudicado pelo Estado Português, em regime de concessão, à Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, por um prazo de 30 anos, a qual foi posteriormente prolongada para 43 anos, através de Aditamento ao Contrato de Concessão inicial, celebrado em 2009.

O Capital Social da Simtejo é de 38,7 milhões de euros, repartido pelo grupo Águas de Portugal e pelos Municípios de Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Amadora, Mafra e Odivelas com a seguinte distribuição:

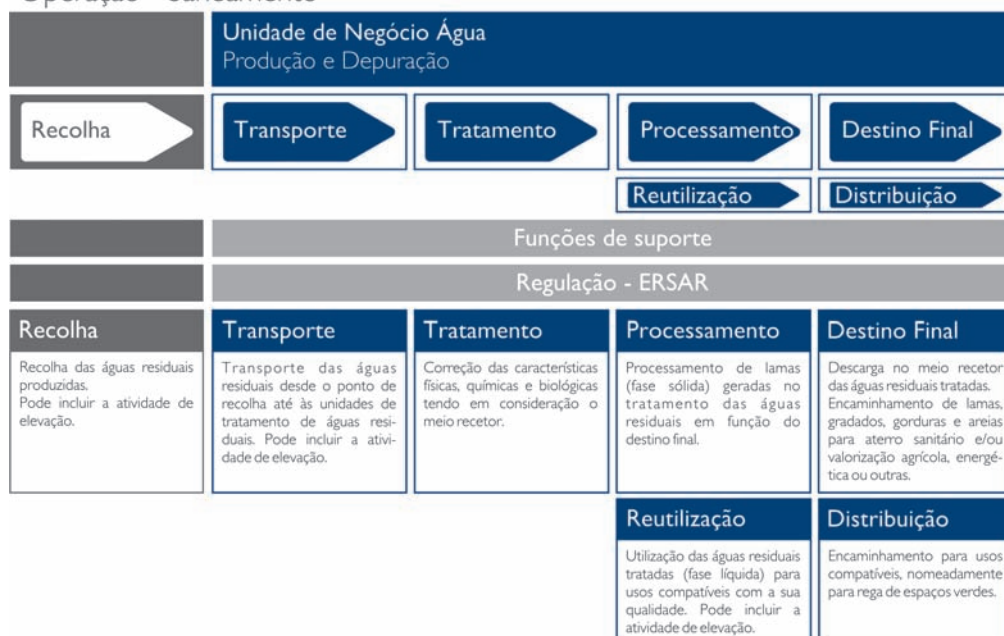
Grupo Aguas de Portugal	50,5%
Câmara Municipal de Lisboa	23,5%
Câmara Municipal de Loures	11,5%
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	4,0%
Câmara Municipal de Amadora	3,5%
Câmara Municipal de Mafra	3,5%
Câmara Municipal de Odivelas	3,5%

## Cadeia de Valor

Ainda que a Operação seja a atividade mais visível da Simtejo, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

### Operação - Saneamento



## Síntese de Indicadores

### Indicadores Financeiros

	(em euros)		
	2009	2010	2011
Volume de Negócios	41.217.510	42.590.843	46.597.059
Margem Bruta	38.965.794	40.255.761	44.383.986
EBITDA	21.631.592	23.267.953	31.813.705
Resultado Operacional Líquido	9.372.435	8.032.377	14.866.039
Resultados Correntes	9.909.961	8.001.932	11.261.918
Resultado Líquido	7.244.053	5.738.571	7.735.259
Meios Libertos Líquidos	19.503.210	20.974.147	24.682.926
Valor Acrescentado Bruto	18.078.577	21.891.980	26.809.179

	(em euros)		
	2009	2010	2011
Investimento	49.453.417	60.306.301	25.679.244

	(em euros)		
	2009	2010	2011
Ativos Não Correntes	248.141.792	307.207.554	301.522.702
Ativos Correntes	74.354.964	78.748.042	71.088.243
<b>Ativo Total</b>	<b>322.496.756</b>	<b>385.955.596</b>	<b>372.610.945</b>

	(em euros)	
<b>Dívidas Vencidas dos Municípios Clientes</b>		
Lisboa	16.188.536	
Loures	10.082.027	
Odivelas	2.722.958	
Mafra	634.809	
Vila Franca de Xira	87.217	
Amadora	0	
Oeiras	0	
<b>Total</b>	<b>29.715.548</b>	

### Indicadores de Atividade

A área de concessão da Simtejo abrange uma população de cerca de 1,3 milhões de habitantes.

	2009	2010	2011
População Abrangida	1.335.573	1.335.573	1.335.573
População Servida	1.099.478	1.277.067	1.277.067

	(10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )		
	2009	2010	2011
Volume de Efluente Recolhido	96.563	111.239	118.332
Volume de Efluente Tratado	95.838	109.660	118.067
Volume de Efluente Faturado	82.315	87.729	97.662

As águas residuais da população servida que habita os Municípios de Lisboa, Loures, Odivelas, Mafra, Amadora, Vila Franca de Xira e Oeiras, são tratadas nas infraestruturas designadas no seguinte quadro:

	(m <sup>3</sup> )		
	2009	2010	2011
Alcântara	35.479.848	39.409.921	50.892.385
Beirolas	16.740.990	18.965.810	18.400.710
Chelas	14.623.324	15.309.687	13.757.430
Frielas	18.300.900	20.886.470	20.197.910
S. João da Talha	4.018.030	4.795.210	4.280.520
Mafra	3.553.377	4.222.124	4.150.278
V.F.Xira	2.426.027	3.347.139	3.070.582
Alverca	266.858	2.239.956	2.793.738
Bucelas	394.308	484.067	523.760
<b>Caudal Tratado</b>	<b>95.803.662</b>	<b>109.660.384</b>	<b>118.067.313</b>

## Indicadores de Gestão

### Indicadores de *performance*

	2009	2010	2011
Solvabilidade (CP/P)	21,04%	18,02%	20,46%
Autonomia Financeira (CP/ATL)	17,38%	15,27%	16,98%
Endividamento (P/ATL)	83%	85%	83%
Estrutura do Endividamento (Pcorrentes/P)	5%	7%	10%
Liquidez Geral (Acorrentes)/Pcorrentes)	5,61	3,52	2,29

### Evolução dos prazos médios de pagamento e recebimento

	(em dias)		
	2009	2010	2011
Prazo médio de recebimentos	174	140	199
Prazo médio de pagamentos	53	44	37



### Preparação para rega com água reutilizável da zona ribeirinha de Lisboa a partir da ETAR de Alcântara

A ligação da zona ribeirinha de Lisboa à ETAR de Alcântara implicou várias empreitadas, com um enorme esforço de investimento (36,4 milhões de euros).

No âmbito da construção dessa nova frente de drenagem de águas residuais, considerou-se ser uma oportunidade, com custos de investimento reduzidos, a instalação de uma rede de reutilização, na mesma vala do novo intercetor de águas residuais da frente ribeirinha.

Neste contexto, foi assim executada uma rede de água reutilizável desde a ETAR de Alcântara até ao Terreiro do Paço, que tem como objetivo a reutilização de águas residuais tratadas na lavagem de ruas e rega de espaços verdes. A conceção do sistema de reutilização teve ainda em consideração uma eventual ligação do eixo ribeirinho Alcântara - Algés, potenciando-se assim o investimento realizado e criando-se condições para atingir as metas estabelecidas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) e na Estratégia Energético Ambiental para a cidade de Lisboa.





# Principais Acontecimentos

Destacam-se os aspetos considerados mais relevantes no exercício de 2011 da Simtejo (que serão desenvolvidos em rubricas subsequentes deste Relatório):

## Cobertura do serviço prestado

- Ligação da zona ribeirinha de Lisboa à ETAR de Alcântara iniciada no princípio do ano
- Lisboa coberta por tratamento de águas residuais pela primeira vez desde sempre

## Investimentos relevantes para cobertura do Sistema Multimunicipal

- Empreitada em curso para conclusão do sistema sul afluente à ETAR de Alverca, Município de Vila Franca de Xira
- Desenvolvimento das empreitadas relativas ao sistema da Foz do Lizandro, no Município de Mafra
- Construção da terceira fase dos emissários gravíticos do sistema da Ericeira (Mafra)
- Conclusão da empreitada do emissário L - fase II, Frielas, Município de Loures
- Conclusão do sistema de drenagem das bacias afluentes à EN8 (Loures)

## Investimentos mais relevantes de beneficiação

- Ampliação e beneficiação do edifício das oficinas da ETAR de Beirolas
- Beneficiação de estações elevatórias e emissários em Ericeira e Mafra
- Beneficiação de segurança nas instalações nos sistemas de Beirolas, Chelas, Bucelas, Mafra e Vila Franca de Xira

## Evolução geral do investimento

- Redução significativa do investimento em relação a anos anteriores, como consequência das diretivas sobre limitação do endividamento e da cautela necessária perante o agravamento das dívidas de clientes
- Apresentação dos relatórios finais respeitantes aos dois projetos da Simtejo participados pelo Fundo de Coesão: Adaptação e completamento da ETAR de Alcântara; Grupo de projetos relativos ao sistema multimunicipal de saneamento do Tejo -Trancão

## Exploração

- Aumento significativo dos caudais tratados, que atingiram mais de 118 milhões de m<sup>3</sup>, o que corresponde a uma média diária de 323.000m<sup>3</sup> (ou seja, um volume suficiente para enchimento integral todos os dias, de uma conduta de secção quadrada com 1 metro de lado e 323 km de comprimento)
- Acréscimo de 7,7% dos caudais tratados em relação a 2010, atingindo, mesmo em ano seco, o valor mais elevado desde sempre registado pela Simtejo
- Resultados analíticos globais positivos de qualidade de tratamento

- Medidas, em colaboração com os SMAS de Loures e de Vila Franca de Xira, para minimizar impactes negativos no tratamento das águas residuais de efluentes industriais aduzidos para os sistemas em “baixa”
- Adoção do Plano Geral de Eficiência Energética
- Conclusão e solicitação de aprovação do Regulamento de Exploração pelo Concedente (Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

## Manutenção

- Continuação do permanente esforço de manutenção, com inúmeras intervenções pontuais
- Esforço específico nos equipamentos destinados à cogeração de energia

## Laboratórios

- Realização de mais de 40 mil análises
- Realização de trabalhos de investigação
- Atingimento de taxas relevantes de prazos de execução e de disponibilização de dados

## Medição de Caudais

- Significativo investimento no sistema de medição de caudais para fins de faturação
- Natureza inovadora do sistema, que implica saldo qualitativo significativo, também relevante para fins de Investigação & Desenvolvimento
- Análise aprofundada com os Municípios do sistema de medição de caudais para fins de faturação
- Arranque dessa medição para fins de faturação abrangendo já o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012
- Desencadeamento do processo formal de aprovação pelo Concedente da faturação com base na medição de caudais

## Investigação & Desenvolvimento

- Desenvolvimento de vários projetos de reutilização de águas residuais, designadamente em Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira
- Colaboração no projeto “Aguasafe”, destinado à integração dos sistemas de informação numa ferramenta de gestão operacional
- Colaboração no projeto “SIMAI”, que tem por objetivo o suporte de serviços de proteção civil, através de monitorização e avisos de descargas numa bacia hidrográfica

- Continuidade do projeto "Envitejo", cujo objetivo é integrar o conhecimento, a informação e as ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do Estuário do Tejo

## Recursos Humanos

- Estabilidade do quadro de pessoal
- Continuidade do esforço coletivo, em geral com muita entrega e qualidade, apesar das condições adversas decorrentes da inexistência de promoções, das reduções salariais e das expectativas negativas sobre a evolução salarial em 2012

## Evolução económica

- Situação económica estável
- Acréscimo de volume de negócios para 46,6 milhões de euros, decorrente da ampliação da taxa de cobertura no final de 2010
- Resultados líquidos do exercício de 7,7 milhões de euros
- Redução global de gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos de 15,7% em relação à atividade comparável do ano de 2009

## Evolução financeira

- Estabilização da maioria dos indicadores financeiros
- Significativo agravamento das dívidas de clientes
- Compensação de dívidas municipais com valores de transferência de infraestruturas dos municípios, nos termos resultantes do Aditamento ao Contrato de Concessão
- Agravamento da fiscalidade associada à adoção das normas IFRS, nomeadamente decorrente das mudanças da forma de cálculo das amortizações para efeitos fiscais, deixando de permitir a aceitação como gasto fiscal das amortizações do investimento contratual ainda não realizado, e seu efeito sobre as contas do exercício
- Inerente necessidade de regularizar os efeitos acumulados de anos anteriores a 2010 pelo prazo da concessão, implicando os efeitos conjugados um acréscimo de pagamento de IRC de cerca de 3,5 milhões de euros no exercício de 2011 e também nos futuros

## Qualidade, Segurança e Responsabilidade Social

- Continuidade do trabalho no Sistema Integrado de Gestão correspondente às NP EN ISO 9001:2008 (Qualidade), ISO 14001:2004 (Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Segurança e Saúde no Trabalho)
- Avaliação de risco em todas as estações elevatórias
- Monitorização de ruído ocupacional e de agentes biológicos e químicos em algumas ETAR
- Realização de vários estágios para distintos níveis de ensino e integração profissional

## Comunicação

- Divulgação de ligação da zona ribeirinha de Lisboa à ETAR de Alcântara no início do ano e realização de várias iniciativas associadas
- Colaboração na cerimónia comemorativa no arranque da ETAR de Alcântara
- Divulgação de esclarecimentos relativos aos aspetos de funcionamento incompleto ou inadequado da ETAR de Alcântara, designadamente questões relacionadas com maus cheiros

## Educação Ambiental

- Programa educativo "Ama a Água", destinado a escolas do 1º Ciclo de Ensino Básico, que abrangeu cerca de 4 mil alunos e cerca de 200 professores
- Iniciativa itinerante "Hidrobox", que esteve presente em todos os Municípios acionistas, para sensibilizar a população para a importância da Água,
- Ações dispersas de apoio a iniciativas de Educação Ambiental

## Contencioso

- Formalização, no início do ano, de acordo com o consórcio empreiteiro da ETAR de Alcântara e instalação de arbitragem, de modo a criar condições para a conclusão da ETAR
- Prossecução da tramitação no Tribunal Arbitral
- Incumprimento do prazo de conclusão da empreitada da ETAR de Alcântara e nova dimensão litigiosa, com aplicação de multas

## Reconhecimento Externo

- Atribuição à Simtejo do Prémio de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos no tema "Qualidade de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas Prestado aos Utilizadores" (júri constituído por ERSAR, APDA, APESB, APRH, e Jornal "Água & Ambiente")
- Projeto da plataforma "Aguasafe" selecionado como finalista do "Be Inspired Bentley Awards"
- Prémio de mérito APCE 2011 - "Excelência em Comunicação" na categoria "Campanha de Comunicação e Responsabilidade Social" atribuído à Campanha "Ama a Água" e na categoria "Ação de Formação", atribuído à ação de *Team Building*







### Simtejo recebe “Prémio de Qualidade de Serviço”

A Simtejo foi distinguida com o “Prémio de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos 2011”, na categoria “Qualidade de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas Prestado aos Utilizadores”. A atribuição deste prémio, que pretende divulgar casos portugueses de excelência, surge da parceria entre o Jornal Água & Ambiente e a ERSAR, com a colaboração da APDA, da APESB, da APRH e do LNEC.

É assim reconhecido o bom desempenho em termos do tratamento das águas residuais recolhidas, das análises de águas residuais realizadas e o aumento da população equivalente servida por estações de tratamento em que se verificam o cumprimento dos parâmetros de descarga e um destino adequado para as lamas. Estes aspetos estão aliados a uma robustez significativa dos indicadores económicos.

Na atribuição do prémio, foi também realçado o trabalho técnico que tem sido desenvolvido na procura de soluções que promovam a adequada gestão dos sistemas unitários de drenagem de águas residuais e a reutilização da água.



# A - Governo da Sociedade

## 1. Missão, Objetivos e Políticas

A **Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.**, na qualidade de empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Saneamento Integrado do Tejo e Trancão, tem como missão assegurar a prestação de serviços de saneamento de águas residuais - recolha, tratamento e rejeição - aos Municípios integrados na concessão.

A gestão da Empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

## 2. Documentos Normativos Internos e Externos

A Simtejo tem como documentos normativos mais relevantes, os seguintes:

### Regulamento de Descarga

O regulamento tem por objeto a regulamentação das condições de utilização dos Sistemas de Drenagem Municipais e do Sistema no que se refere às águas residuais industriais lançadas nos mesmos.

### Manual de Contratação

Este Manual define a metodologia e responsabilidades para a contratação de empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços por procedimento de ajuste direto.

### Conceção de Estudos e Projetos

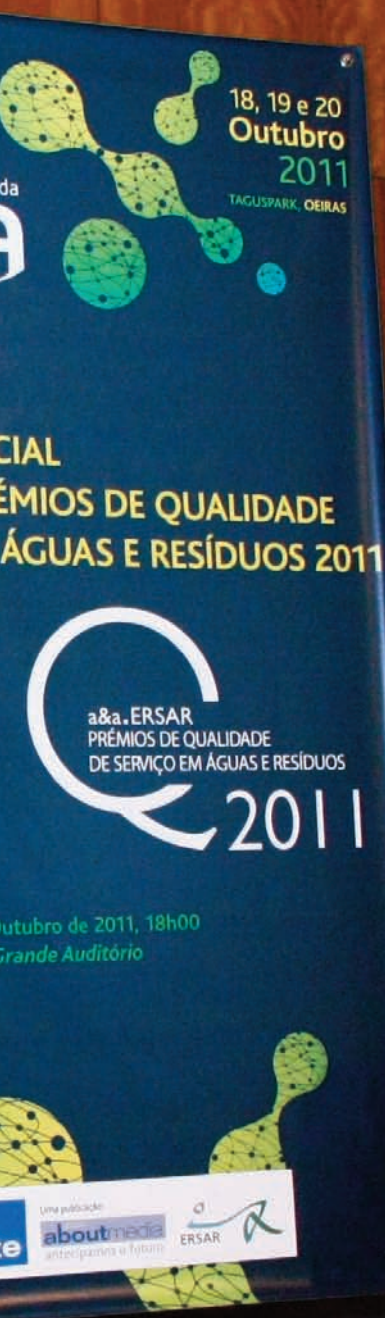
Caracteriza as etapas da metodologia e responsabilidades associadas à conceção de estudos e projetos desde o planeamento do estudo/projeto, o processo de concurso e as fases de desenvolvimento até à sua conclusão.

### Manual de Licenciamentos

Estabelece os vários procedimentos a adotar para os casos de licenciamentos e autorizações, nomeadamente inerentes ao Contrato de Concessão e à legislação aplicável associados a projetos de infraestruturas a desenvolver pela Simtejo.

### Gestão de Empreitadas

Este documento normativo define a metodologia e responsabilidades na preparação e controlo de empreitadas.





## **Aspetos Ambientais e Perigos e Riscos**

O documento normativo define a metodologia para a identificação de aspetos ambientais e determinação daqueles que podem ter impactes significativos no ambiente, bem como para a identificação de perigos e avaliação e controlo dos riscos para a segurança e saúde do trabalho. Aplica-se aos processos, atividades, produtos e serviços da Empresa, existentes, novos, planeados ou modificados.

## **Gestão de Resíduos**

Regulamenta a forma de proceder relativamente à separação, recolha, tratamento e destino final adequado dos resíduos sólidos, líquidos e pastosos resultantes das várias atividades da Empresa produtoras de resíduos sólidos, líquidos e pastosos, incluindo as lamas de processo e a sua monitorização.

## **Rotinas de Exploração**

Definem local e temporalmente as diversas atividades de rotina diárias e não diárias de cada instalação operacional.

## **Avaliação de Fornecedores**

Define a metodologia de seleção e avaliação de fornecedores de bens e serviços com influência na qualidade do serviço prestado pela Simtejo e que possam afetar o desempenho ambiental ou causar perigos e riscos para a segurança e saúde do trabalho.

## **Auditorias**

Este procedimento define a metodologia para planear e realizar auditorias internas ao Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com os normativos internacionais respetivos.

## **Avaliação da Satisfação de Clientes**

Define a metodologia para a avaliação e análise do grau de satisfação dos clientes (Municípios), em relação aos serviços prestados pela Simtejo.

## **Tratamento de Não Conformidades e Reclamações**

São definidas a metodologia e as responsabilidades para o tratamento de não conformidades e reclamações e para a definição, implementação e avaliação de ações corretivas e preventivas.

## **Regulamento de Valorização Profissional**

Fixa os termos da participação das empresas do grupo AdP no desenvolvimento dos seus colaboradores, incentivando à participação em programas de pós-graduação, ações de formação que contribuam para o aumento do capital intelectual.

## **Gestão da Formação**

Define o processo de identificação das necessidades de formação, desde a caracterização dos objetivos da formação individuais e coletivos, elaboração do plano anual de formação e a sua implementação até à avaliação da sua eficácia.

## **Atribuição de Fardamento e de Equipamentos de Proteção Individual**

Regulamenta a metodologia para a atribuição, substituição e lavagem do fardamento bem como dos equipamentos de proteção individual atribuídos a cada colaborador.

## **Visitas aos Subsistemas da Simtejo**

Define a metodologia e as diversas responsabilidades na marcação e acompanhamento de visitas de entidades externas às instalações da Simtejo. É aplicável a todas as visitas de empresas, escolas, associações ou particulares às unidades operacionais da Empresa.

## **Regras Segurança para Entidades Externas**

Identifica os requisitos, em termos de qualidade, ambiente e segurança, que os prestadores de serviços externos e os seus colaboradores, terão de cumprir, quando da execução de trabalhos nas instalações da Simtejo. Constitui um reforço de comunicação das exigências estabelecidas em caderno de encargos e pretende assegurar o cumprimento dos procedimentos existentes na Empresa.

## Atribuição de Donativos e Patrocínios

Define a metodologia a aplicar para a atribuição de patrocínios e donativos, de forma a garantir a maior transparência aquando da avaliação da concessão dos mesmos.

## Gestão e Segurança dos Sistemas de Informação

Regulamenta e estabelece os procedimentos de gestão e segurança dos sistemas de informação da Simtejo e aplica-se a todos os equipamentos e programas informáticos, bem como os acessos disponibilizados a entidades externas.

## Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Este Plano identifica as principais áreas (contratação de empreitadas, aquisição de bens e serviços, concessão de benefícios públicos) que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e as medidas adotadas para prevenir o seu acontecimento e mitigar o seu impacto. Visa ainda reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

## Regulamento de Exploração

O Regulamento de Exploração que teve em conta os pareceres dos Municípios utilizadores, foi remetido ao Concedente para aprovação final e posterior publicação. O Regulamento tem por objeto o estabelecimento das condições de utilização do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão, no que se refere à recolha, drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, tendo em conta as exigências de proteção ambiental, segurança e de saúde pública.

## 3. Informações sobre Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

### Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A Empresa, durante o ano de 2011, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria. O relacionamento com a unidade de serviços partilhados, AdP Serviços, S.A., funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.

### Universo das transações que não tenha ocorrido em condições de mercado

Não aplicável.

### Lista de fornecedores com volume de faturação superior a 1 milhão de euros

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros durante o ano de 2011 e/ou mais de 5% do volume total de fornecimentos da Empresa no ano de 2011.

NIF	Denominação	Valor (€)	%
507864044	EDP - Serviço Universal, S.A.	4.497.632	30%
503447145	Terrafértil - Gestão e Valorização de Resíduos, Lda.	1.679.201	11%
500705570	Rivaz Química, S.A.	965.733	6%

No quadro seguinte listam-se os fornecedores de imobilizado que, no ano em análise, representaram mais de um milhão de euros bem como a respetiva percentagem comparativamente ao volume total de investimento da Empresa no ano de 2011.

NIF	Denominação	Valor (€)	%
503156000	Somague - Engenharia, S.A.	3.627.334	14%
500090114	Edifer - Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A.	3.420.141	13%
501157344	Oliveiras, S.A.	2.556.672	10%
500829608	Hidrocontrato, Lda.	2.462.560	10%

### 3.1 Cumprimento da orientação relativa às normas de contratação pública

Em cumprimento do determinado no n.º 1 do ofício - circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, as prestações de serviços adjudicadas pela Simtejo, S.A. de valor superior a 125 mil euros foram justificadas pela inexistência de soluções internas, sendo a sua adjudicação precedida de procedimento de natureza concorrencial, pelo que, também por esta via, foi obtida a solução mais económica.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2011 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela Simtejo foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

## 4. Modelo de Governo

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três, cinco ou sete Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º dos estatutos da Sociedade, e à semelhança dos restantes Órgãos Sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos Órgãos Sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na Lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia. Nos termos do artigo 19º dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração terá os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos estatutos da Sociedade e pelas deliberações dos acionistas.

### 4.1 Órgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia-Geral

**Presidente:** Câmara Municipal de Mafra, representada pelo Eng. José Maria Ministro dos Santos

**Vice-Presidente:** Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

**Secretária:** Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira

#### Conselho de Administração

**Presidente:** Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

**Vogal:** Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

**Vogal:** Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão

**Vogal:** Eng. Joaquim Carlos Correia Peres

**Vogal:** Eng. José Fernando da Silva Ferreira

**Vogal:** Dr. José Augusto Borges Neves

**Vogal:** José Esteves Ferreira

#### Comissão Executiva

Na sequência da deliberação da Assembleia-Geral de 17 de junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, criar uma Comissão Executiva, atualmente constituída pelos seguintes Administradores:

**Presidente:** Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

**Vogal:** Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão

**Vogal:** Eng. Joaquim Carlos Correia Peres

Sem prejuízo das disposições seguintes, a Comissão Executiva deverá informar regularmente o Conselho de Administração das deliberações que tomar no âmbito da sua competência, que serão registadas em livro de atas próprio.





Da esquerda para a direita:

**Dr. José Augusto Borges Neves** - Vogal (não executivo); **José Esteves Ferreira** - Vogal (não executivo); **Dr. José Henrique Zenha** - Vogal e Presidente da Comissão Executiva; **Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo** - Presidente (não executivo); **Eng. José Fernando da Silva Ferreira** - Vogal (não executivo); **Eng. António Frazão** - Vogal (executivo); **Eng. Joaquim Carlos Correia Peres** - Vogal (executivo).

## Delegação de Poderes na Comissão Executiva

O Conselho de Administração deliberou ainda delegar a gestão corrente da Sociedade na Comissão Executiva, para o que lhe atribui os seguintes poderes:

- a) Gerir negócios e praticar todos os atos e operações relativas ao objetivo social que não sejam da competência reservada do Conselho de Administração (art.º 406.º do Código das Sociedades Comerciais);
- b) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente;
- c) Estabelecer a organização técnica- administrativa da Sociedade e introduzir nela as modificações que se revelem necessárias;
- d) Estabelecer as normas de funcionamento interno;
- e) Tomar a decisão de contratar e autorizar a inerente despesa com vista ao lançamento de concursos e envio de convites para a contratação de empreitadas, aquisição de serviços e de bens, pronunciar-se sobre erros e omissões detetados pelos interessados e aprovar minutas de contratos;
- f) Adjudicar empreitadas até ao valor de €150.000 (cento e cinquenta mil euros);
- g) Adjudicar estudos e projetos, fiscalização de empreitadas e aquisição de bens e outros serviços até ao valor de €75.000 (setenta e cinco mil euros);
- h) Adjudicar trabalhos a mais, até ao valor de 5% (cinco por cento) do valor de adjudicação da empreitada ou aquisição de bens e serviços em causa;
- i) Celebrar, acompanhar e controlar os contratos de empreitada e de aquisição de serviços celebrados para a prossecução do objeto social da Sociedade;
- j) Negociar, adquirir e indemnizar os direitos sobre imóveis, constituir servidões e/ou direitos de propriedade, até ao valor de €75.000 (setenta e cinco mil euros), por parcela de terreno, resultante de relatórios de avaliação tecnicamente fundamentados e elaborados por perito de lista oficial;
- k) Representar a Sociedade, na outorga de contratos-promessa, bem como de contratos definitivos à constituição de servidões de aqueduto e direitos de passagem para concretização dos fins próprios da Sociedade, assim como para aquisição de parcelas de terreno, com vista aos fins e com possibilidade de os subdelegar, por procuração, com vista a obviar a situações de urgência ou conveniência;
- l) Executar todas as faculdades, poderes e direitos, designadamente autos de expropriação e autos de posse administrativa, bem como cumprir os deveres de que, no âmbito da lei e, designadamente, do Código das Expropriações, a Sociedade seja ou venha a ser titular, enquanto entidade expropriante ou enquanto sujeito de direito emergente da constituição de servidões administrativas ou outras, e que estejam relacionados com o desenvolvimento de projetos e obras que a Sociedade careça de executar;

- m) Promover de todos os atos de registo predial e comercial, podendo preencher e assinar em nome da Sociedade, quaisquer declarações e requerimentos junto das entidades competentes, e proceder à sua alteração;
- n) Outorgar em arrendamentos necessários às instalações da Sociedade;
- o) Aprovar e estabelecer contratos relativos à prestação de serviços prestados pelos acionistas ou por empresas detidas por estes, devendo informar o Conselho de Administração das operações efetuadas ao abrigo da presente alínea;
- p) Elaborar proposta dos relatórios de gestão anuais, orçamentos, planos de atividades, estudos económicos e outros de cariz semelhante, para aprovação pelo Conselho de Administração;
- q) Fazer a supervisão da atividade dos serviços da Empresa;
- r) Recrutar pessoal e renovar contratos de trabalho a termo certo de acordo com os procedimentos definidos e exercer função disciplinar;
- s) Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, no âmbito dos poderes delegados;
- t) Definir áreas de administração de que ficarão especialmente encarregues os seus membros e distribuir por estes tais áreas;
- u) Abrir e movimentar contas, tanto a débito como a crédito, em quaisquer instituições de crédito, incluindo o saque e endosso de cheques, sem qualquer limite, sem prejuízo das competências do Conselho de Administração quanto à contração de empréstimos de valor superior ao limite de €250.000 (duzentos e cinquenta mil euros);
- v) Assinar letras e livranças até ao limite de €75.000 (setenta e cinco mil euros), ou, dentro de obrigações aprovadas pelo Conselho de Administração, de valor superior;
- w) Receber todas as quantias, valores e documentos que pertençam à Sociedade e passar recibos e quitações de importâncias ou valores entregues à Sociedade;
- x) Representar a Sociedade junto dos serviços competentes da Administração Fiscal, preencher, em nome da Sociedade, quaisquer declarações para efeitos fiscais, alterá-las e cancelá-las;
- y) Representar a Sociedade na apresentação de quaisquer candidaturas que tenham como atos e operações correntes relativos ao objeto social e à sua missão;
- z) Praticar qualquer ato de gestão urgente da competência do Conselho de Administração que não caiba, por lei, às suas competências exclusivas, sendo sempre sujeito a posterior ratificação daquele órgão;
- aa) Assinar todo o expediente corrente da Sociedade;
- bb) Assinar os extratos de atas do Conselho de Administração;
- cc) Informar o Conselho de Administração dos elementos essenciais da atividade da Sociedade, designadamente através da subsequente disponibilização das atas da Comissão Executiva e, particularmente, quanto às atividades descritas nas alíneas f), g), h) e j).

A Comissão Executiva poderá subdelegar alguma ou algumas das funções que lhe foram delegadas.

## Órgão de Fiscalização

Nos termos do artigo 24º dos estatutos da Sociedade, a fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não sejam membros daquele órgão. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em Assembleia-Geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado. O Revisor Oficial de Contas, ou a sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é nomeado pela Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

Para o mandato de 2010/2012, e na sequência da deliberação da Assembleia-Geral do dia 17 de junho de 2010, foi eleito um Conselho Fiscal e uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

## Assembleia-Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º dos estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia-Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia-Geral.

A Simtejo cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, acionistas, ministérios, entidades reguladoras, utilizadores e instituições financeiras.

## Curriculum Vitae dos Administradores

### Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

Nasceu em Matosinhos, a 20 de dezembro de 1946.

#### Habilitações Académicas e Profissionais

Licenciado em Engenharia Químico-Industrial, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1971, tirou um curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária pela Universidade Nova de Lisboa em 1977 e o curso de Alta Direção de Empresas (AESE) em 1993.

#### Carreira Profissional

Iniciou a sua atividade profissional em 1972, como Técnico - Investigador da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, onde permaneceu até 1977, ano em que ingressa na empresa Hidroprojecto como Engenheiro projetista do Departamento de Tratamento. Entre 1979 e 1983 foi Diretor Técnico na Divisão de Controlo de Fluidos na EFACEC. Entre 1983 e 1988, chefiou a Delegação no Porto do grupo de empresas da Hidroprojecto integrado nos quadros da Hidrocontrato. De 1986 a 1988, e cumulativamente com as anteriores funções, desempenhou as funções de Diretor Comercial Adjunto da Hidrocontrato. Entre 1988 e 2000, foi Membro do Conselho de Gerência da Hidrocontrato. De 1996 a 2000, como representante da Hidrocontrato, exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da empresa Indaqua Fafe e, a partir de 1998, Vogal do Conselho de Administração das empresas Indaqua Santo Tirso e Indaqua Feira. Em 2000 ingressou no grupo Águas de Portugal, como Diretor Geral da Região Norte. Entre 2000 e 2004 foi Presidente não executivo do Conselho de Administração da Águas do Minho e Lima, S.A. Entre abril e dezembro de 2001 foi Presidente executivo do Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. e Vogal executivo da mesma empresa, entre 2002 e 2004. Foi Vogal não executivo do Conselho de Administração das empresas Águas do Cávado, S.A., entre março de 2002 e setembro de 2003, e da AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A., entre outubro de 2004 e junho de 2005 e Vogal executivo da AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., entre novembro de 2002 e abril de 2007. Foi ainda Vogal não executivo do Conselho de Administração da Aquasis, Sistemas de Informação, S.A., entre novembro de 2003 e novembro de 2005, tendo passado nessa altura a Presidente do Conselho de Administração da empresa em 2005, cargo que exerceu até março de 2010.

#### Funções Atuais

Atualmente, e desde 2007, exerce as funções de Gestor da UNA-PD (Unidade de Negócios de Água - Produção e Depuração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.), acumulando este cargo com o de Presidente não executivo do Conselho de Administração das empresas Águas do Oeste, S.A., Sanest - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., Simarsul - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal S.A., e Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

É membro do Conselho de Região Hidrográfica da ARH do Tejo, I.P. em representação das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais.

### Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Nasceu em 6 de novembro de 1949, em Braga.

#### Habilitações Académicas e Profissionais

Licenciado em Direito (Universidade de Lisboa).

#### Carreira Profissional

Advogado e Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados; Consultor Jurídico do Banco Português do Atlântico; Consultor Jurídico e Diretor dos Serviços Jurídicos da EPAL- Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.; Administrador da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.; Administrador da Águas do Cávado, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Sanest- Saneamento da Costa do Estoril, S.A.; Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado da Águas do Oeste, S.A.; Membro do Conselho Consultivo do Instituto Regulador de Águas e Resíduos; Presidente da Comissão Executiva da Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

Experiência profissional complementar: Membro da Comissão de Economia e Legislação da APDA-Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas e da União Europeia das Associações de Distribuidores de Água e de Serviços de Saneamento (EUREAU); participação como formador em ações de formação no âmbito do Banco Mundial; comunicações em congressos nacionais e internacionais.

Projetos mais relevantes: Preparação dos projetos de expansão da EPAL para o Médio Tejo; participação na conceção da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e no apoio jurídico ao respetivo projeto; colaboração na conceção dos sistemas multimunicipais e na instalação dos primeiros; colaboração na criação da Águas do Cávado, S.A.; criação e início da exploração da Sanest, SA; início e desenvolvimento da atividade da Águas do Oeste, S.A.; colaboração na criação da Simtejo, S.A.

### **Funções Atuais**

Presidente da Comissão Executiva da Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.; Membro das comissões de Economia e Legislação da APDA e da EUREAU.

### **Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão**

Nasceu em S. Mamede Infesta, Matosinhos, a 22 de setembro de 1951.

### **Habilitações Académicas**

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo Energia e Sistemas de Potência, pelo IST.  
Programa de Alta Direção de Empresas (AESE - 1992).

### **Carreira Profissional**

Iniciou a carreira em 1978, como Engenheiro Eletrotécnico, na D.S. de Projetos e Obras da Direção-Geral do Saneamento Básico, tendo participado em estudos, projetos e acompanhamento e fiscalização de obras nos domínios de abastecimento de água e de recolha e tratamento de águas residuais, designadamente para as cidades de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Coimbra, Faro, Portimão e Santarém. No Gabinete Coordenador do Projeto de Saneamento da Costa do Estoril desde abril de 1987, tendo tido como principais tarefas a coordenação da execução da ETAR da Guia e das estações elevatórias e da sua entrada em funcionamento. Participação no projeto de despoluição do Rio Alviela (1986 a 1989), onde foi responsável pela beneficiação e entrada em funcionamento das estações de tratamento de Alcanena e a gestão do serviço de exploração. Consultor da Comissão de Saneamento Básico do Algarve entre 1980 e 1985. Como projetista procedeu à elaboração de inúmeros projetos no domínio do tratamento de águas de abastecimento, residuais domésticas e industriais. Consultor da Organização Mundial de Saúde para a Europa, no domínio das Instalações Eletromecânicas. Diretor de Exploração e de Estudos e Desenvolvimento da SANEST- Saneamento da Costa do Estoril, S.A., desde outubro de 1995 a abril de 1999. Assessor de Administração da Aquapor, Serviços S.A., desde maio de 1999 até dezembro de 2001, onde foi o coordenador técnico dos estudos para criação das empresas Simtejo, S.A. e Simarsul, S.A., e efetuou a revisão e remodelação do Plano Diretor de Esgotos da Prolagos, no Rio de Janeiro. Representante da APDA na Commission 2 da EUREAU desde outubro de 1998 a janeiro de 2000. Vogal do Conselho de Administração da Simtejo desde dezembro de 2002. Vogal do Conselho de Administração da Simarsul, entre janeiro de 2003 a maio de 2003.

### **Funções atuais**

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Simtejo.

### **Eng. Joaquim Carlos Correia Peres**

Nasceu em 21 de janeiro de 1950.

### **Habilitações Académicas e Profissionais**

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa. Diploma de Estudos Superiores Especializados em Gestão e Execução de Obras e Edificações. Diplomado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa no "Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas". Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros. Membro efetivo da Sociedade Portuguesa de Geotecnia. Membro efetivo da Associação Francesa de Topografia.

### **Carreira Profissional**

Iniciou a carreira em 1978, no Metropolitano de Lisboa, onde também exerceu as funções de Chefe de Divisão de Topografia e Medições, Chefe de Divisão de Estudos e Projetos e Diretor Adjunto do Gabinete dos Novos Empreendimentos até 1991.

Entre 1991 e 2006 foi Diretor Técnico da FERCONSULT.



Entre 2006 e 2009 regressa ao Metropolitano de Lisboa para desempenhar as funções de Responsável pelo Núcleo de Planeamento e Apoio Técnico do Gabinete de Infraestruturas.

Entre fevereiro de 2009 e junho de 2010 foi Diretor de Projeto, Planeamento, Obras, Investigação e Desenvolvimento da Simtejo.

Exerce funções de docência no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1991, lecionando disciplinas do domínio da Gestão de Obras e Legislação. É membro da Direção do Centro de Estudos de Engenharia Civil do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

### Funções Atuais

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Simtejo.

## Eng. José Fernando da Silva Ferreira

Nasceu em Lisboa, 19 de dezembro de 1951.

### Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo Energia e Potência, pela Universidade de Luanda, em agosto de 1974.

### Carreira Profissional

De outubro a novembro de 1973 - Tradutor-intérprete de Inglês e Francês na Petrangol, Refinaria de Luanda; De novembro de 1974 a abril de 1975 - Professor de Matemática no Liceu Nacional Paulo Dias de Novais em Luanda.

De abril a julho de 1975 - Professor de "Instalações Elétricas" no Curso de Engenharia Mecânica do Instituto Tecnológico de Luanda; De abril de 1975 a julho de 1978 - Assistente convidado da Universidade de Luanda, primeiro no Departamento de Física da Faculdade de Ciências e, posteriormente, no Departamento de Engenharia Eletrotécnica da Faculdade de Engenharia, tendo lecionado as disciplinas de Física III (Eletromagnetismo), Mecânica Clássica, Iluminação e Climatização e Eletrotecnia Teórica II; De janeiro de 1975 a janeiro de 1979 - Técnico Superior dos SMAE de Luanda, Angola, (posteriormente Empresa de Distribuição de Eletricidade de Luanda - EDEL), tendo desempenhado cargos dirigentes da Rede de Iluminação Pública e da Rede de Exploração de Energia Elétrica (Alta e Baixa Tensão); De janeiro de 1979 a dezembro de 1979, funções na Área da Eletrónica Industrial, primeiro como Entwicklung Ingeieur (Engenheiro de I&D) e posteriormente no Controle de Qualidade, na firma REKOBA, Relais und Fernmeldetechnik, GmbH em Berlim Ocidental, República Federal Alemã; De janeiro de 1980 a dezembro de 1981, funções idênticas na Sucursal da firma alemã REKOBA em Lisboa e, mais tarde também como sócio-gerente, na firma REKOBA, Relés e Telecomunicações Lda., que sucedeu à firma alemã.

De dezembro de 1981 a julho de 1999 - Administração do Território de Macau, Direção de Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, desempenhando funções de chefia da Divisão de Eletricidade e mais tarde do Departamento de Edifícios Públicos; De janeiro de 2000 a abril de 2002 - Iluminação Pública da Câmara Municipal de Lisboa, tendo exercido funções de chefia da Divisão, de agosto de 2000 a março de 2002; De abril até agosto de 2002 - Assessor do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Carmona Rodrigues; De agosto a novembro de 2002 - Diretor Municipal da Intervenção Local da CML; De novembro de 2002 a novembro de 2005 - Diretor Municipal Ambiente Urbano da CML; De novembro de 2005 até fevereiro de 2011 - Diretor Municipal de Projetos e Obras da CML.

### Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração da Simtejo.

## Dr. José Augusto Borges Neves

Nasceu em Santarém, a 15 de novembro de 1945.

### Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com classificação de Bom. É Técnico Oficial de Contas.

## Carreira Profissional

Iniciou a sua atividade profissional em 1962 como quadro da FNMAL - Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras, tendo até 1994 desempenhado diversas funções no Grupo Fima/Lever/Iglo, Vesticom, Xamar e CTC. Elaborou e implementou em 1995 um projeto de investimento no setor de hotelaria e restauração. Entre 1996 e 2001 foi consultor na GTO-G.Tournier, S.A., em acumulação com o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Moscavide entre 1998-2001.

Entre 2002 e 2009 foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures, tendo sido Administrador dos Serviços Municipalizados de Loures nos anos de 2006 e 2007. Em 2009 foi nomeado Vogal não Executivo da Autoridade Metropolitana de Transportes, tendo ao longo da sua carreira profissional sido consultor diversas empresas.

## Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração da Simtejo.

## José Esteves Ferreira

Nasceu em Lisboa, a 30 de julho de 1966.

## Habilitações Académicas

Bacharel em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa (curso 1985-1987).

## Carreira Profissional

Iniciou a sua atividade profissional em 1988 no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, a cujos quadros ainda pertence (com a categoria de Enfermeiro - Graduado), no Bloco Operatório do Serviço de Cirurgia Cardio-Torácica, onde permaneceu (com a interrupção para cumprimento do serviço militar obrigatório) até 1993. Passou nessa data a exercer funções no Bloco Operatório do Serviço de Otorrinolaringologia do mesmo Hospital, onde permaneceu até 2000. Depois de uma interrupção para exercício de funções dirigentes na Comissão Instaladora do Município de Odivelas, volta ao Hospital de Santa Maria em 2002, agora para exercer funções no Bloco Operatório do Serviço de Pediatria, onde permanece até nova interrupção no mesmo ano, agora para exercício de cargo político, como Vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Odivelas.

Participou ainda na equipa inicial de arranque do projeto "Saúde 24 - Serviço de Orientação Pediátrica" do Ministério da Saúde, onde esteve entre janeiro de 1999 e janeiro de 2000. Prestou também serviços no Hospital Prisional S. João de Deus (Caxias) entre setembro e novembro de 1998, bem como no projeto privado AdvanceCare, Gestão de Cuidados de Saúde, entre março e dezembro de 2001.

## Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração da Simtejo.

## Atividade Política

- Membro do M.O.C. - Movimento Odivelas a Concelho (até à data da criação do Concelho de Odivelas);
- Membro da Assembleia de Freguesia da Pontinha, no mandato autárquico 1993-1997;
- Presidente da Assembleia de Freguesia de Odivelas, no mandato autárquico 1997-2001;
- Coordenador do Gabinete de Tráfego, Circulação e Estacionamento da Comissão Instaladora do Município de Odivelas (desde o início do seu funcionamento, em janeiro de 2000, até dezembro de 2001);
- Membro da Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal "ALO-Digital", que integra os Municípios da Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, em representação do Município de Odivelas, entre 2004 e 2005;
- Membro da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios "Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis", onde desempenhou as funções de Secretário da Mesa, em representação do Município de Odivelas, entre 2005 e 2009;
- Vereador na Câmara Municipal de Odivelas entre 2001 e 2009, cargo que exerceu em regime de permanência desde maio de 2002, tendo à sua responsabilidade no mandato de 2001/2005 os pelouros Jurídico, do Património e da Administração Geral, e no mandato de 2005/2009 os pelouros da Habitação e da Saúde;
- Presidente da Assembleia-Geral da Sociedade Comercial "Odivelas Viva", em representação do Município de Odivelas, desde a sua criação em março 2009 até fevereiro de 2010;

- Chefe do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas, desde novembro de 2009;
- Membro da Assembleia de Freguesia da Ramada (com mandato suspenso).

## Conselho Fiscal

**Presidente:** Dr. Luís Filipe Cracel Viana

**Vogal:** Dra. Joana Taveira Almodôvar

**Vogal:** Dr. José Manuel Ribeiro Lopes Tomé

## Revisor Oficial de Contas

ERNST & YOUNG AUDIT & Associados - S.R.O.C., S.A., representada pelo Dr. Rui Abel Serra Martins (R.O.C. n.º 1119) ou Dr. Carlos Miguel Alves (R.O.C. n.º 896)

**Suplente:** Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (R.O.C. n.º 1154)

## 4.2 Estrutura organizacional

Para o correto exercício das suas funções, a Simtejo dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão da Empresa. Estes órgãos operacionais e de *staff* apresentam a seguinte afetação, não estando atualmente preenchidas a Assessoria e o Apoio Jurídico (interno):



### DE - Direção de Engenharia

Órgãos diretamente subordinados:

**PRO** - Área de Estudos e Projetos;

**OBR** - Área de Obras.

**ITE** - Área de Instalações Especiais.

### DE - Atribuições globais

- Planeamento, coordenação e fiscalização de obras de ampliação, de melhoria/renovação e de reabilitação de coletores, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade (incluindo obras relativas a desvios de coletores provocados por terceiros) em articulação com DO.

- Programação temporal e afetação de meios aos grandes investimentos físicos, novos e em curso na Empresa.
- Análise e gestão da execução de projetos.
- Manutenção do arquivo administrativo técnico, bem como dos elementos de cadastro.

### **PRO - Área de Estudos e Projetos - Atribuições específicas**

- Identificação do sistema existente e das suas necessidades de expansão.
- Gestão de projetos elaborados internamente ou por prestadores externos.
- Elaboração de programas de concursos e de cadernos de encargos e apoio na seleção e adjudicação de obras.
- Lançamento de concursos, seleção de propostas, adjudicação e contratação de obras de ampliação, melhoria e reabilitação do Sistema.
- Elaboração de estudos e projetos de obras de ampliação, de melhoria/renovação e de desvio de coletores.
- Realização de estudos e pareceres específicos para o CA.
- Emissão de pareceres técnicos e aprovação dos respetivos projetos relativos a obras de terceiros com implicações no Sistema.
- Elaboração de estudos prévios.
- Realização de desenho, topografia, medições e orçamentos de obras, projetos ou partes de obras.

### **OBR - Área de Obras - Atribuições específicas**

- Acompanhamento e fiscalização técnica e administrativa das obras, coordenando os aspetos interdisciplinares.
- Elaboração de manuais de obras.
- Preparação de elementos técnicos de apoio necessários aos projetos e obras.
- Vigilância, acompanhamento e controlo de trabalhos na via pública ou zonas adjacentes.
- Implementação de um sistema de segurança no trabalho da construção.
- Gestão corrente do relacionamento com empreiteiros e controlo do progresso.
- Controlo e conferência de faturas dos prestadores externos e controlo financeiro das obras.
- Articulação com os clientes finais internos.
- Definição das normas e procedimentos das comissões de apreciação de concursos de sua competência.

### **ITE - Área de Instalações Especiais - Atribuições específicas**

- Manutenção de equipamentos elétricos e de comunicações não especificamente ligados ao sistema de drenagem.
- Otimização das redes e tecnologias de telecomunicações, em articulação com os utilizadores internos e prestadores externos.
- Desenvolvimento e manutenção do sistema de telegestão, incluindo apoio técnico ao equipamento e *software* instalados nos centros de controlo.
- Detecção e solução de avarias ou anomalias do sistema de telegestão e intervenção na programação de autómatos.
- Apoio às Áreas da DE e da DO respeitante a questões relacionadas com instalações especiais.

## **DO - Direção de Operação**

Órgãos diretamente subordinados:

**ALC** - Área do Centro Operacional de Alcântara

**ALV** - Área do Centro Operacional de Alverca

**BEI** - Área do Centro Operacional de Beirolas

**CHE** - Área do Centro Operacional de Chelas

**FRI** - Área do Centro Operacional de Frielas (inclui também Bucelas)

**SJT** - Área do Centro Operacional de São João da Talha

**MFR** - Área do Centro Operacional de Mafra (inclui também Ericeira, Malveira e outros subsistemas)

**VFX** - Área do Centro Operacional de Vila Franca de Xira (inclui também outros subsistemas)

### **DO - Atribuições globais**

- Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a coordenação geral funcional dos centros de comando nas ETAR.
- Monitorização da qualidade de serviço prestado, em articulação com SRE.
- Manutenção geral e corrente das instalações, edifícios e recintos.
- Manutenção dos espaços verdes e sistemas de drenagem dos recintos.



- Gestão da vigilância, segurança e higiene das instalações na Empresa (exceto na Sede).
- Análise e resolução das reclamações sobre qualidade da prestação dos serviços e dos resultados das colheitas realizadas pelos Laboratórios, investigando e estudando as causas possíveis e promovendo as medidas conducentes à respetiva resolução.
- Coordenação da articulação operacional com os clientes municipais.
- Em articulação com DE, avaliar a necessidade de realização de estudos, de investimentos e de intervenções e a deteção e alerta para disfuncionalidades.
- Em articulação com o Departamento de Manutenção, avaliar a necessidade de realização de intervenções e investimentos bem como da eficiência das operações.
- Gestão do destino final das lamas.

### **Centros Operacionais - Atribuições específicas**

- Assegurar a operação dos Subsistemas, nomeadamente a operação das ETAR, a operação das Estações Elevatórias e o funcionamento dos coletores a cargo da Empresa.
- Preparação dos manuais de procedimentos da operação.
- Garantir o cumprimento dos parâmetros de descarga.
- Controlar a utilização de reagentes e consumíveis.
- Zelar pela manutenção dos espaços envolventes das ETAR quanto a higiene e imagem bem como pela operacionalidade da rede de telemetria.
- Garantir a vigilância das instalações.
- Aplicação de modelos matemáticos com vista à otimização da exploração, em colaboração com I&D.
- Análise e controlo sistemático dos consumos energéticos das ETAR, estações elevatórias e demais instalações para a otimização da exploração.
- Programação dos consumos e produção de todo o Subsistema.
- Participação na elaboração e atualização de Manuais de Segurança e de Planos de Emergência.

### **Direção Administrativa e Financeira**

Órgãos diretamente subordinados:

**TES** - Função de Tesouraria;

**CONT** - Função de Contabilidade;

**RHS** - Função de Recursos Humanos.

**LOG** - Função de Logística;

**ADM** - Função Administrativa;

### **DAF - Atribuições globais**

- Elaboração de planos a médio e longo prazo para a Empresa.
- Participação na definição da estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos à produção.
- Gestão financeira da Empresa.
- Contabilidade geral e analítica.
- Gestão corrente da relação com o Regulador.
- Implementação do Sistema de Informação da Empresa.

### **TES - Área de Tesouraria - Atribuições específicas**

- Gestão financeira da Empresa.
- Gestão e controlo da tesouraria.
- Elaboração de orçamentos de tesouraria.
- Planeamento financeiro e pesquisa das fontes de financiamento bem como das alternativas de aplicação de fundos e elaboração dos correspondentes contratos.
- Gestão e controlo de cobranças e pagamentos (incluindo "caixas" locais).

### **CONT - Área de Contabilidade - Atribuições específicas**

- Definição da estrutura do sistema de contabilidade analítica.
- Registo dos movimentos contabilísticos (contabilidade geral e analítica), atualização do plano de contas e elaboração de fechos de contas.
- Identificação de riscos a cobrir por seguros e gestão da carteira de seguros, em articulação com as outras áreas da Empresa e corretoras.

- Processamento de faturação.
- Processamento de outros produtos e serviços.
- Atualização do inventário do ativo imobilizado e controlo físico do património.
- Controlo de inventariação física anual das existências.

### **RHS - Área de Recursos Humanos - Atribuições específicas**

- Estudo e desenvolvimento de sistemas e metodologias inerentes à gestão integrada de recursos humanos.
- Apoio à Administração no relacionamento com organizações sociais e representativas dos trabalhadores.
- Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho (legislação de trabalho, regulamentação e contratação coletiva).
- Assegurar, em articulação com CEA, a comunicação interna relativamente à sua Área.
- Identificação e priorização das necessidades de formação da Empresa.
- Elaboração, execução e avaliação do Plano de Formação da Empresa.
- Programação e gestão das ações de formação profissional.
- Promoção e avaliação da participação em ações de formação profissional (internas e externas), bem como de visitas de estudo e de atualização de conhecimentos, no País e no estrangeiro.
- Desenvolvimento de ações de aprendizagem e de autoaprendizagem.
- Implementação de políticas de medicina do trabalho, programas de saúde e controlo de riscos profissionais e de unidades de saúde assistencial, de acordo com o Sistema de SST.
- Promoção de atividades de higiene e segurança no trabalho, nas áreas de prevenção e do controlo.
- Promoção de iniciativas de acolhimento e reconhecimento empresarial de trabalhadores.
- Administração da política de compensação e retributiva do pessoal.
- Em articulação com as demais Áreas, definição do quadro de pessoal.
- Gestão administrativa de pessoal, recrutamento e seleção, sua movimentação e respetiva atualização dos sistemas de suporte.
- Implementação dos procedimentos inerentes às relações laborais.
- Centralização dos registos das representações da Empresa e dos seus profissionais em entidades externas.
- Processamento de salários.

### **LOG - Área de Logística - Atribuições específicas**

- Aprovisionamentos dos materiais e consumíveis, utilizados nos Subsistemas, bem como de peças e ferramentas necessárias a MAN.
- Aquisição, após consulta ao mercado, de bens móveis requisitados pelas Áreas da Empresa.
- Prospecção de fornecedores e gestão do seu relacionamento com a Empresa, em articulação com MAN.
- Igualmente em colaboração com MAN, elaboração e atualização da listagem de fornecedores de bens e serviços qualificados pela Empresa.
- Elaboração de programas de concursos ou cadernos de encargos no âmbito dos aprovisionamentos.
- Gestão dos processos de compras ao mercado acionados pelas várias Áreas da Empresa, nomeadamente por MAN.
- Gestão económica dos stocks e respetivo suporte administrativo.

### **ADM - Área Administrativa - Atribuições específicas**

- Interface comercial com os Clientes da Empresa.
- Gestão da relação contratual.
- Gestão da frota automóvel e acompanhamento de acidentes.
- Gestão do economato.
- Gestão dos seguros da Empresa.

## **MAN - Departamento de Manutenção**

### **MAN - Atribuições Globais**

- Definição da política de manutenção da Empresa e coordenação dos programas de manutenção preventiva e curativa de todo o Sistema.
- Gestão de stocks de peças de reserva e consumíveis, que garantam eficiente e eficaz manutenção das instalações operacionais.
- Definir normas e procedimentos de manutenção (rotinas) do Sistema.
- Em articulação com DO, promover a elaboração e a atualização de manuais de manutenção.
- Implementação do sistema informático de gestão de manutenção.
- Manutenção da instrumentação de medida e controlo.

- Manutenção da rede de telemetria e telegestão.
- Criação dos cadernos de equipamentos.
- Controlo, vigilância e manutenção das instalações operacionais.
- Manutenção dos coletores e equipamentos associados.
- Vigilância e conservação das faixas de servidão.
- Realização de intervenções de beneficiação de instalações operacionais que lhe sejam especificamente cometidas.
- Manutenção da integridade operacional do Sistema que suporta as atividades da Empresa, em articulação com DE e DO.
- Avaliação das causas de incidência sistemática.
- Manutenção preventiva e curativa do Sistema, coletores confinantes e órgãos hidromecânicos de responsabilidade da Empresa.
- Apoio logístico quanto a fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais a trabalhos de construção civil inerentes ao Sistema.
- Montagem e manutenção curativa, preventiva e condicionada das instalações e equipamentos eletromecânicos, electropneumáticos e eletrónicos do sistema de drenagem.
- Assegurar a execução de trabalhos oficinais metalomecânicos e outros, em órgãos e componentes de equipamentos do Sistema.
- Montagem, ensaios, reparação e manutenção de instalações, equipamentos, cabos e circuitos de telecomunicações.
- Manutenção e análise metrológica dos caudalímetros e outros equipamentos instalados, em colaboração com DO e I&D.
- Controlo metrológico dos caudalímetros objeto de reclamações dos clientes.
- Gestão de *stocks*, em articulação com LOG, de peças e consumíveis necessários a uma eficiente e eficaz manutenção do Sistema, incluindo instalações e recintos.
- Prospecção de fornecedores de peças e equipamentos da área da manutenção e gestão do seu relacionamento com a Empresa.
- Elaboração de programas de concursos ou cadernos de encargos no âmbito da gestão de *stocks* que lhe compete.
- Definição das normas e procedimentos das comissões de apreciação de concursos de sua competência.
- Arrumação, movimentação e conservação dos armazéns a seu cargo.
- Gestão de bens “excedentários/em abate”, mediante reafecção interna ou venda externa como material sem utilização.

## PCG - Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão

### PCG - Atribuições Globais

- Planeamento geral e coordenação dos investimentos da Empresa.
- Organização e acompanhamento dos dossiês do Fundo de Coesão e outros.
- Atualização contínua de indicadores de desempenho.
- Apoio à preparação e controlo dos planos anuais e plurianuais da Empresa, relativamente aos investimentos sob a sua responsabilidade de gestão.
- Avaliação contínua da evolução dos caudais e habitantes e unidades industriais servidos.
- Assegurar o processo de expropriações e de constituição de servidões, bem como de todos os licenciamentos necessários para o efeito, com exceção dos previstos em 6.10.
- Acompanhamento de processos de licenciamento de obras de outras entidades interferentes com as instalações operacionais.
- Participação e/ ou apoio em comissões de abertura de propostas de concurso.
- Preparação dos planos a médio e longo prazos para a Empresa, assegurando a sua utilização como instrumentos de gestão.
- Análise crítica de planos operacionais da Empresa.
- Avaliação de grandes investimentos potenciais.
- Resposta a inquéritos estatísticos de entidades externas.
- *Benchmarking* e análise de métricas de desempenho do negócio.
- Desenvolvimento de modelos de controlo de gestão (*tableau de bord*).
- Elaboração de candidaturas de investimentos e financiamentos.
- Consolidação dos *inputs* das diferentes áreas para elaboração do orçamento de exploração.
- Elaboração do orçamento de exploração, do plano de investimentos e sua atualização.
- Controlo da execução dos orçamentos de exploração e de investimentos, identificação e investigação de desvios.
- Em articulação com SRE, promover a realização de auditorias internas.

## I&D - Área de Investigação e Desenvolvimento

### I&D - Atribuições globais

- Planeamento e gestão do desenvolvimento dos sistemas de informação de processo da Empresa, nomeadamente, sistemas de telegestão e rede de telecomunicações.
- Promoção e acompanhamento de estudos de inovação e desenvolvimento.
- Desenvolvimento de estudos comparativos para avaliação de desempenho dos processos, órgãos e subsistemas.
- Desenvolvimento e gestão do sistema de medição de caudais para fins de faturação.
- Administração e atualização do cadastro do Sistema.
- Assegurar a cobertura dos sistemas pelo Sistema de Informação Geográfica.

## STI - Área de Sistemas e Tecnologias de Informação

### STI - Atribuições globais

- Definição de necessidades e soluções informáticas (*hardware* e *software*) em articulação com os utilizadores.
- Planeamento e gestão do desenvolvimento dos subsistemas de informação de gestão e de informação de processo da Empresa, este em articulação com I&D.
- Desenvolvimento de aplicações a disponibilizar na Internet e sua administração, garantindo a interface com os sistemas de informação implementados na Empresa.
- Conceção e execução de testes aos subsistemas informáticos.
- Apoio aos utilizadores dos sistemas de informação de Empresa.
- Apoio aos utilizadores ao nível da microinformática.
- Execução de testes técnicos a equipamentos e *software* microinformático.
- Desenvolvimento e administração dos subsistemas de informação de gestão da Empresa, nomeadamente o SAP.
- Conceção e articulação do *Site* da Empresa, em articulação com CEA.
- Gestão dos contratos de prestação de serviços telefónicos.
- Manutenção do sistema telefónico e rede de dados da Empresa.

## LAB - Área de Laboratório

### LAB - Atribuições globais

- Execução das análises microbiológicas, físicas e químicas necessárias ao cumprimento das normas legais e do programa de monitorização da Empresa, assegurando os requisitos do Sistema de Qualidade.
- Assegurar a atualização de metodologias de análise, de acordo com novas exigências técnicas e normas em vigor.
- Cumprimento das normas legais de frequência de amostragem e de análise de qualidade das águas residuais drenadas pela Empresa.
- Definição e execução do programa de monitorização da qualidade ambiental (para além dos requisitos legais), adequado às necessidades de gestão da Empresa e aos níveis de qualidade de serviço a oferecer aos seus Clientes.
- Recolha de amostras, com a colaboração dos Subsistemas.
- Preparação do material necessário à execução das análises e da recolha de amostras.
- Gestão dos resíduos sólidos e líquidos das Unidades Laboratoriais.
- Execução de relatórios técnicos relativos à qualidade da água, necessários às Áreas da Empresa e a disponibilizar a entidades externas.
- Garantir a disponibilização sistemática de dados de qualidade das águas residuais para informação às autoridades e aos Clientes Diretos e Municipais.
- Sugestão de possíveis medidas corretivas de desvios atuais ou potenciais na qualidade das águas residuais.
- Apoio técnico à seleção de materiais/produtos usados no sistema da Empresa, no respeitante à influência na qualidade das águas residuais.
- Garantir a acreditação dos ensaios laboratoriais.
- Assegurar a gestão do armazém de reagentes e vidraria do Laboratório.
- Assegurar o cumprimento dos requisitos do Sistema de Qualidade.
- Em articulação com DO, propor medidas corretivas.
- Em articulação com DE, promover o levantamento e controle de descargas.



## CEA - Área de Comunicação e Educação Ambiental

### CEA - Atribuições globais

- Elaboração, em articulação com a AdP, do Plano de Comunicação da Empresa.
- Gestão das iniciativas de comunicação institucional da Empresa.
- Gestão das relações com os órgãos de comunicação social, particularmente em situações de crise.
- Apoio ao CA em funções de representação protocolar e acolhimento de visitas institucionais à Empresa.
- Assegurar a comunicação interna e externa da Empresa.
- Definição, em articulação com a AdP, dos *standards* de imagem da Empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações.
- Implementação de atividades de educação ambiental de acordo com a estratégia de comunicação e imagem da Empresa.

## SRE - Sistema de Responsabilidade Empresarial

### SRE - Atribuições Globais

- Colaborar na definição da Política do Sistema.
- Coordenar a implementação, operação, análise crítica e melhoria contínua do SRE, de acordo com a Política definida, o Manual do Sistema, as Partes Interessadas e os requisitos das Normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001.
- Promover a realização do levantamento ambiental e de segurança, higiene e saúde no trabalho e assegurar a sua consolidação e atualização.
- Garantir o Controlo Operacional em matéria de Ambiente e de SHST de acordo com os respetivos normativos.
- Coordenar a elaboração do Planeamento de Gestão do Sistema Integrado e acompanhar a respetiva execução.
- Elaborar o Manual do Sistema.
- Coordenar o programa de auditorias internas do SRE.
- Promover a revisão do SRE.
- Gerir o sistema documental do SRE.
- Promover e assegurar o cumprimento do Plano de Formação no domínio do SRE.
- Coordenação, implementação e manutenção da Certificação dos Sistemas de Qualidade da Empresa.
- Monitorização da qualidade do serviço prestado pela Empresa.
- Promover a monitorização da eficiência do Sistema e dos meios recetores.
- Promover a regulamentação das descargas.
- Promover estudos da caracterização das lamas e dos solos agrícolas.
- Promover o levantamento da tipologia das indústrias, nomeadamente das lavandarias a seco.
- Em articulação com DAF, promover auditorias internas.
- Normalização de impressos e procedimentos administrativos da Empresa.
- Garantia da separação dos resíduos nas instalações.
- Obtenção das licenças de descarga e de utilização do domínio hídrico.

## JUR - Apoio Jurídico e Secretário da Sociedade

### JUR - Atribuições Globais

- Consulta e assessoria jurídica ao CA e às várias Áreas da Empresa.
- Representação da Empresa em processos judiciais, para-judiciais e jurídico-administrativos.
- Elaboração e participação em estudos de foro jurídico-institucionais relevantes para a Empresa.
- Apoio institucional e jurídico aos órgãos da Empresa.

## SEC - Secretariado da Administração

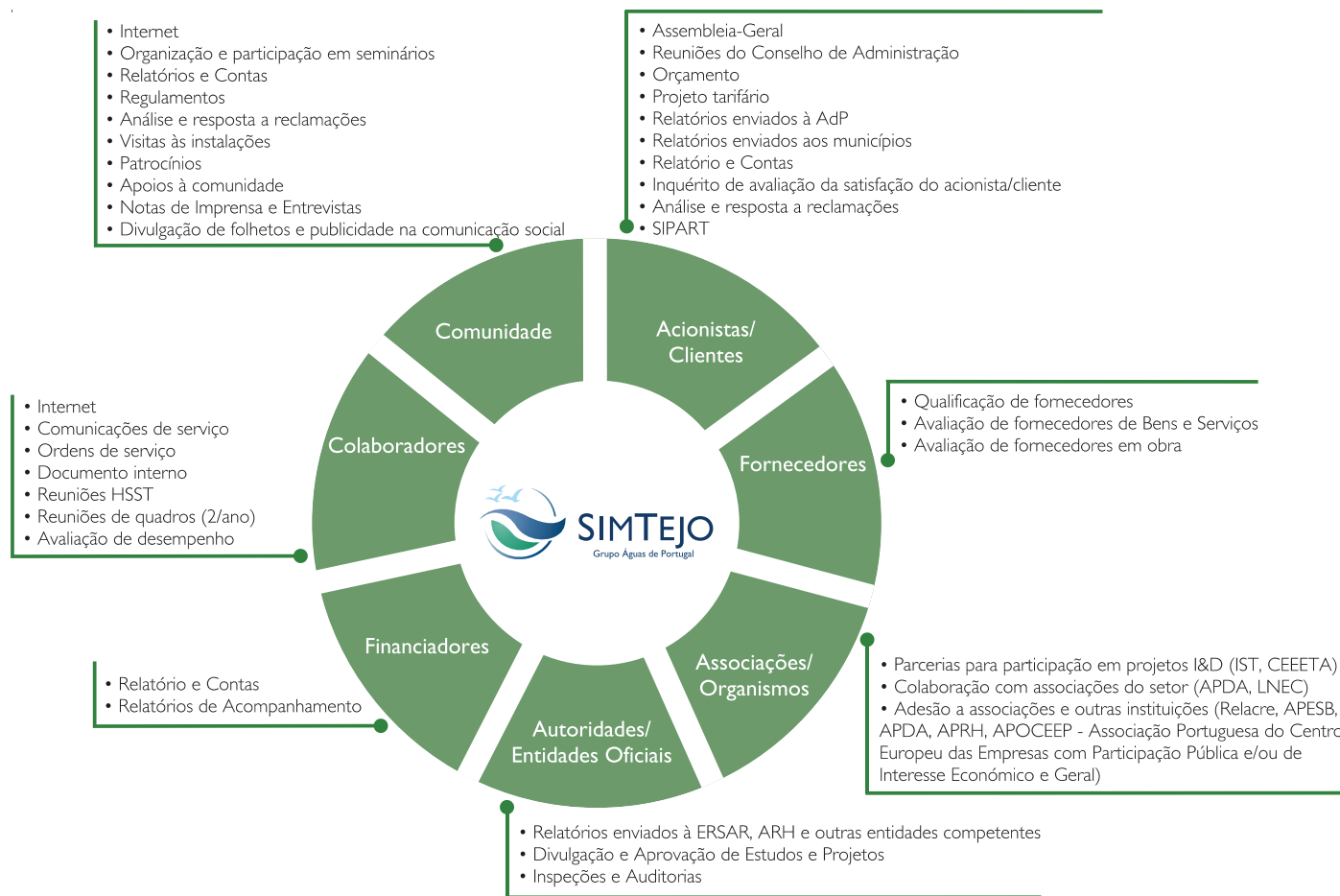
### SEC - Atribuições Globais

- Velar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do membro do CA designado para o efeito, em matéria de elaboração e arquivo de atas do CA, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos.
- Secretariado das reuniões do CA e controlo do cumprimento dos prazos estabelecidos nas deliberações do CA.
- Apoio logístico diretamente afeto aos membros do CA.
- Aquisição, classificação, circulação e arquivo de publicações e documentação técnica (externa e interna) com vista à criação de um Centro de Documentação.

- Receção e expedição de correspondência, distribuição interna e arquivo geral, designadamente dos documentos normativos.
- Manutenção geral e corrente das instalações da Sede.
- Assegurar viagens e alojamentos no país e no estrangeiro.
- Controlo dos serviços de motoristas adstritos à Sede e estafetas.

### Relações com as partes interessadas (Stakeholders), acionistas, reguladores, clientes, fornecedores, pessoal, etc.

São vários os grupos de partes interessadas da Simtejo, com quem a Empresa se relaciona de várias e diversas formas. No esquema seguinte são ilustradas, para cada grupo de stakeholders, as principais formas de comunicação.



## 5. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia-Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia-Geral que teve lugar no dia 17 de junho de 2010, foram eleitos os membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2010/2012, tendo passado o Conselho de Administração a ter a seguinte composição:

**Presidente:** Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

**Vogal:** Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

**Vogal:** Eng. Joaquim Carlos Correia Peres

**Vogal:** Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão

**Vogal:** Eng. José Fernando da Silva Ferreira, representante da Câmara Municipal de Lisboa

**Vogal:** Eng. José Augusto Borges Neves, representante da Câmara Municipal de Loures

**Vogal:** José Esteves Ferreira, representante da Câmara Municipal de Odivelas

Na Assembleia-Geral de 17 de junho de 2010, foi eleita a Comissão de Vencimentos composta por um Presidente e dois Vogais. Com efeitos a partir da data de eleição supra referida, fixou as remunerações dos Órgãos Sociais para o mandato em curso, bem como a remuneração variável dos administradores executivos para o triénio 2010/2012.

O montante total de remunerações anuais auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi o seguinte:

Mesa da Assembleia-Geral Mandato 2010-2012 Ano de 2011	Presidente José Maria Ministro dos Santos	Vice-Presidente <sup>(1)</sup> Paulo Manuel Marques Fernandes	Secretário <sup>(1)</sup> Ana Cristina Rebelo Pereira
I.1. Senhas de Presença <sup>(2)</sup>	-	2.077	553

#### Legenda

(1) - Valores faturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. No caso do Vice-Presidente, essa faturação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. respeita 1.662 euros relativos a 2010 e 415 euros relativos a 2011

(2) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

Conselho de Administração Mandato 2010-2012	Presidente Não Executivo <sup>(1)</sup> Arnaldo Lobo Moreira Pêgo	Vogal Executivo José Henrique Guimarães SalgadoZenha	Vogal Executivo António Alberto Côrte Real Frazão	Vogal Executivo Joaquim Carlos Correia Peres	Vogal Não Executivo José Fernando da Silva Ferreira	Vogal Não Executivo José Augusto Borges Neves	Vogal Não Executivo José Esteves Ferreira
<b>Ano de 2011</b>							
<b>I. Remunerações</b>							
I.1. Remuneração Fixa <sup>(2)</sup>	34.412	96.222	91.252	91.252	0	22.820	22.820
I.2. Redução Remuneratória (Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho)	1.721	4.812	4.563	4.563	0	679	679
I.3. Redução Remuneratória (Artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010)	3.269	9.141	8.669	8.669	0	1.141	1.141
I.4. Remuneração Fixa Efetiva (I.1 - I.2)	29.422	82.269	78.020	78.020	0	21.000	21.000
I.5. Senhas de Presença	0	0	0	0	0	0	0
I.6. Acumulação de Funções de Gestão	0	0	0	0	0	0	0
I.7. Remuneração Variável (Prémios de Gestão)	0	0	0	0	0	0	0
I.8. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Outras Regalias e Compensações</b>							
2.1. Gastos na Utilização de Telefones	0	730	1.135	2.270	0	0	0
2.2. Subsídio de Deslocação	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Subsídio de Refeição	0	1.327	1.423	1.583	0	0	0
2.4. Outros (identificar detalhadamente)	—	—	—	—	—	—	—
<b>3. Encargos com Benefícios Sociais</b>							
3.1. Regime Convencionado	0	6.550	6.550	5.021	0	1.953	1.953
3.2. Regime Convencionado							
3.2.1. Segurança Social (S/N)	NA	S	S	S	NA	S	S
3.2.2. Outro (identificar)	—	—	—	—	—	—	—
3.3. Seguros de Saúde	0	676	676	676	0	0	0
3.4. Seguros de Vida	0	1.718	1.737	2.481	0	0	0
3.5. Outros (identificar detalhadamente)	—	—	—	—	—	—	—
<b>4. Viatura de Serviço</b>							
4.1. Marca da Viatura de Serviço	—	BMW	BMW	Audi	—	—	—
4.2. Modelo da Viatura de Serviço	—	318	318	A4	—	—	—
4.3. Matrícula da Viatura de Serviço	—	97-EV-60	81-GQ-32	54-FU-85	—	—	—
4.4. Valor AOV	—	37.680	39.663	36.227	—	—	—
4.5. Valor de Renda AOV da Viatura de Serviço <sup>(3)</sup>	—	658	572	581	—	—	—
4.6. N.º de Prestações Contratualizadas <sup>(4)</sup>	—	60	48	48	—	—	—
4.7. Ano de Aluguer da Viatura de Serviço	—	2007	2008	2008	—	—	—
4.8. Valor do Combustível Gasto com a Viatura de Serviço	—	2.966	1.541	2.935	—	—	—
4.9. Tributação, em IRS, da Viatura de Serviço (S/N)	—	S	S	S	—	—	—
<b>5. Informações Adicionais</b>							
5.1. Opção pelo Vencimento de Origem (S/N)	NA	N	N	N	NA	NA	NA
5.2. Exercício de Funções Remuneradas Fora do Grupo	N	N	N	S <sup>(5)</sup>	S	S	S
5.3. Outras (identificar detalhadamente)	—	—	—	—	—	—	—

#### Legenda

(1) - Valores faturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

(2) - Corresponderia à Remuneração Anual Bruta (se não fossem considerados os descontos abaixo referidos), decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada

(3) - Valor referente às rendas mensais de aluguer operacional, com IVA incluído

(4) - Caso a Viatura de Serviço tenha sido adquirida através de contratos de *Leasing*, ALD, AOV, *Renting*, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas

(5) - A exercer funções docentes

S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável



Conselho Fiscal	Presidente	Vogal <sup>(1)</sup>	Vogal
Mandato 2010-2012 (de 01/01/2011 a 14/03/2011)			
Ano de 2011	Pedro António Martins Mendes	João Paulo Pinto Esteves Martins	José Manuel Ribeiro Lopes Tomé
I.I. Remuneração Fixa <sup>(2)</sup>	1.230	923	923

**Legenda**

(1) - Valores faturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

(2) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

Conselho Fiscal	Presidente	Vogal	Vogal
Mandato 2010-2012 (de 14/03/2011 a 13/09/2011)			
Ano de 2011	Pedro António Martins Mendes	Luis Filipe Cracel Viana	José Manuel Ribeiro Lopes Tomé
I.I. Remuneração Fixa <sup>(1)</sup>	2.706	2.357	2.691

**Legenda**

(1) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

Conselho Fiscal	Presidente	Vogal	Vogal
Mandato 2010-2012 (de 14/09/2011 a 31/12/2011)			
Ano de 2011	Luis Filipe Cracel Viana	Joana Taveira Almodovar	José Manuel Ribeiro Lopes Tomé
I.I. Remuneração Fixa <sup>(1)</sup>	2.311	1.553	1.553

**Legenda**

(1) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

Revisor Oficial de Contas	Valor Anual
Mandato 2010-2012	
Ano de 2011	
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	12.000

Nos quadros acima, são apresentadas todas as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da Simtejo, não recebendo os administradores executivos mais qualquer remuneração, despesas de representação, prémios de gestão, ou outras.

## 6. Análise de Sustentabilidade

Os valores que regem a atividade da Simtejo vão desde a procura constante do envolvimento dos Municípios, à racionalização dos investimentos e obtenção de economias de escala, ao desenvolvimento de capacidades, *know-how* e domínio tecnológico das soluções técnicas, para que sejam adequadas, eficientes e economicamente sustentáveis e de forma a melhorar e preservar os ecossistemas, com tarifas socialmente aceitáveis.

A atividade da Simtejo é desenvolvida tendo por base a estratégia e os objetivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais - o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 - 2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de fevereiro de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, a par com a necessária execução de infraestruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, a Simtejo tem ainda como dever assegurar que o preço dos serviços reflita os custos do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em termos de posicionamento estratégico, a Simtejo tem desenvolvido a sua estratégia em duas frentes em simultâneo:

- **Expansão** - pela conceção e construção de novas infraestruturas que visam abranger uma maior população servida de tratamento de águas residuais;
- **Especialização** - na contínua melhoria da qualidade e eficiência dos processos de tratamento dos afluentes.

A Simtejo tem como principal objetivo estratégico contribuir para a despoluição dos recursos hídricos das bacias hidrográficas e dos meios recetores na sua área de influência com o correspondente contributo da atividade da Empresa para a melhoria das condições ambientais, dos valores naturais em presença e da qualidade de vida das populações na área servida.

**Isto significa que o desempenho da Simtejo visa contribuir para o bem-estar de cerca de 1,5 milhões de habitantes, numa área geográfica da ordem dos 1000 km<sup>2</sup>, situada na zona metropolitana mais importante do País.**

Os valores estratégicos a preservar incluem o Estuário do Tejo, que se destaca pela sua representatividade e importância a nível europeu e pela diversidade de ecossistemas e valores naturais que possui, as bacias hidrográficas do rio Trancão, das pequenas ribeiras afluentes da margem direita do rio Tejo, situadas entre Vila Franca de Xira e Algés, as ribeiras do Oeste do Município de Mafra e a respetiva frente atlântica.

No Planeamento de Objetivos e Metas para 2010 a Simtejo definiu metas quantificáveis para cada um dos objetivos definidos.

No domínio da responsabilidade social a Simtejo tem como pressuposto a gestão adequada do capital humano da Empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, a instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores, num quadro de um Código de Ética que garante a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos humanos e de não discriminação.

A sustentabilidade da Simtejo está devidamente relatada e disponível no Relatório de Sustentabilidade, publicado anualmente, e a sua análise está também disponível na página de Internet, em [www.simtejo.pt](http://www.simtejo.pt), que contém também o presente Relatório e Contas e o referido Relatório de Sustentabilidade.

## 7. Gestão do Capital Humano

A Simtejo é uma empresa que pugna pela melhoria contínua dos processos internos de recursos humanos, sobretudo para garantir e promover a igualdade de oportunidades e de respeito pelos direitos dos seus colaboradores e de modo a dar cumprimento aos requisitos das normas de referência do Sistema de Gestão Integrado da Empresa.

O sistema de gestão de avaliação de desempenho profissional realiza-se considerando a avaliação de competências e a definição de objetivos, sendo um dos objetivos deste processo de integrar no plano de formação anual da Empresa as necessidades constantes no plano de desenvolvimento pessoal.

A Simtejo procedeu no ano de 2011 à reestruturação da sua organização funcional. Contudo, e atendendo que a mesma apenas se procedeu no final do ano, os quadros seguintes apresentam ainda a estrutura anterior.

### 7.1 Evolução do quadro de pessoal (número de trabalhadores em 31 de dezembro):

Área	2011	2010	2009	2008
Administrativa e Financeira	11	11	11	10
Exploração	125	122	111	105
Imagem e Comunicação	1	2	2	1
Manutenção	28	27	31	31
Planeamento, Projetos e Obras	25	27	27	23
Qualidade	16	15	14	16
Recursos Humanos	5	5	5	4
Secretariado	6	6	6	6
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>215</b>	<b>207</b>	<b>196</b>

## 7.2 Evolução da massa salarial (em euros):

Área	2011	2010	2009	2008
Administrativa e Financeira	259.564	291.373	274.843	260.841
Exploração	2.210.721	2.282.333	2.296.258	2.214.200
Imagem e Comunicação	31.882	51.102	33.894	25.396
Manutenção	593.661	690.169	730.123	726.521
Planeamento, Projetos e Obras	724.570	791.020	892.344	647.672
Qualidade	321.060	381.263	403.102	423.634
Recursos Humanos	105.220	128.319	124.904	71.025
Secretariado	122.476	133.391	135.728	136.307
<b>Total</b>	<b>4.401.768</b>	<b>4.748.970</b>	<b>4.891.196</b>	<b>4.505.596</b>

A Simtejo procedeu em 2011 à redução remuneratória aplicável aos seus trabalhadores, em conformidade com o artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010.

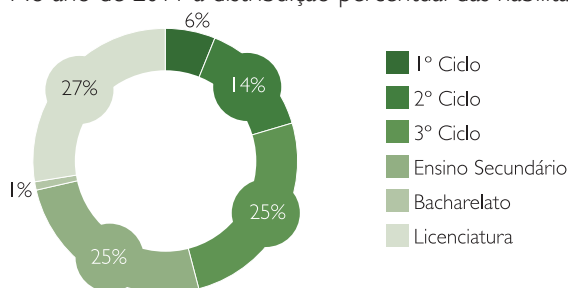
## 7.3 Evolução dos vínculos contratuais:

Área	Sem termo		Termo certo		Outros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Administrativa e Financeira	9	8	2	3	0	0	11	11
Exploração	110	107	14	15	1	0	125	122
Imagem e Comunicação	0	1	1	1	0	0	1	2
Manutenção	23	23	5	4	0	0	28	27
Planeamento, Projetos e Obras	18	16	3	4	4	7	25	27
Qualidade	14	14	2	1	0	0	16	15
Recursos Humanos	5	4	0	1	0	0	5	5
Secretariado	6	5	0	0	0	1	6	6
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>178</b>	<b>27</b>	<b>29</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>217</b>	<b>215</b>

## 7.4 Distribuição da formação académica:

Área	2011	2010	2009	2008
Sem Escolaridade	0	0	1	1
1º Ciclo	14	14	16	15
2º Ciclo	31	32	33	35
3º Ciclo	55	50	44	40
Ensino Secundário	55	59	54	54
Bacharelato	3	3	4	5
Licenciatura	59	57	55	46
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>215</b>	<b>207</b>	<b>196</b>

No ano de 2011 a distribuição percentual das habilitações literárias é apresentada no gráfico seguinte:



## 7.5 Formação (em horas):

Área	2011	2010	2009	2008
Administrativa e Financeira	228	125	182	353
Exploração	905	1.793	2.214	2.112
Imagem e Comunicação	4	13	2	43
Manutenção	277	482	653	292
Planeamento, Projetos e Obras	1.942	882	575	540
Qualidade	323	372	494	487
Recursos Humanos	49	222	162	141
Secretariado	10	60	10	74
<b>Total</b>	<b>3.738</b>	<b>3.948</b>	<b>4.292</b>	<b>4.042</b>

## 7.6 Segurança e Saúde no Trabalho

Ao nível da segurança no trabalho foi dada continuidade ao sistema integrado de gestão na área da segurança, decorrendo a participação na realização de auditorias internas e no acompanhamento de auditorias externas, efetuadas aos subsistemas segundo a ISO 18001. Vários documentos foram elaborados, integrando um conjunto de obrigações legais, ou internas, e de recomendações a ser consideradas pelos colaboradores nas atividades de operação e manutenção. Deu-se continuidade à implementação do regulamento de segurança contra incêndios em edifícios em todas as instalações com revisão do plano de emergência interno.

Foram efetuadas diversas inspeções por parte do ACT, que conduziram apenas a pequenas medidas corretivas locais, não tendo sido a Simtejo sujeita a qualquer coima.

Realizou-se a avaliação de riscos em todas as Estações Elevatórias, recorrendo a uma nova metodologia integrada de análise, tendo em conta riscos especiais, nomeadamente as quedas em altura. Várias ETAR e EE sofreram intervenções de beneficiação, ao nível de segurança.

Os colaboradores foram envolvidos nas questões fundamentais, nomeadamente através de sugestões apresentadas e das reuniões realizadas com os representantes em matéria de SST, garantindo-se o objetivo de promoção da segurança e a higiene, prevenindo a ocorrência de lesões, ferimentos e danos para a saúde. Foram promovidas diversas iniciativas de informação e prevenção, na mira do aumento da motivação dos colaboradores, vocacionadas para o exercício das suas funções e considerando as medidas de prevenção dos riscos que lhe estão associadas.

Durante o ano de 2011 realizou-se a monitorização de ruído ocupacional, de agentes biológicos e químicos na ETAR de Alcântara e na ETAR de Alverca.

No domínio da Saúde no Trabalho, durante o ano de 2011, realizaram-se 92 exames periódicos, 9 exames de admissão aos trabalhadores que iniciaram o seu vínculo contratual com a Simtejo e ainda 63 exames ocasionais.

Procedeu-se ao despiste de hepatite A e B aos trabalhadores com atividade profissional considerada de risco, com o objetivo de determinar o respetivo grau de imunidade e foi iniciada a sua vacinação.

No que respeita à campanha de vacinação da gripe sazonal aderiram 78 colaboradores da Empresa, o que representa uma adesão inferior a 50%.

## 8. I&D e Inovação

No ano de 2011 consolidaram-se as atividades de investigação e desenvolvimento a decorrer dos anos anteriores e iniciaram-se novas atividades e projetos:

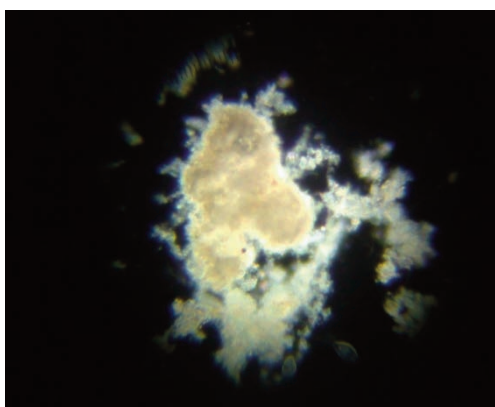


## Projeto “Nereda”

A Simtejo deu continuidade ao projeto de investigação “Aplicação da Tecnologia Nereda™ na ETAR de Frielas” em desenvolvimento desde 2007. Este projeto refere-se à aplicação de lamas ativadas granulares de funcionamento descontínuo, tendo como princípio “chave” a seleção natural da biomassa. O projeto conta com a colaboração do Grupo Internacional DHV detentores da patente da tecnologia NEREDA.

Apesar de resultados promissores no início dos ensaios, posteriormente, surgiram vários problemas relacionados com a estabilidade do processo.

Em 2011, foram realizados ensaios laboratoriais e alterações no funcionamento do piloto, com o objetivo fundamental de aumentar a granulação da biomassa mantendo a estabilidade temporal processual.



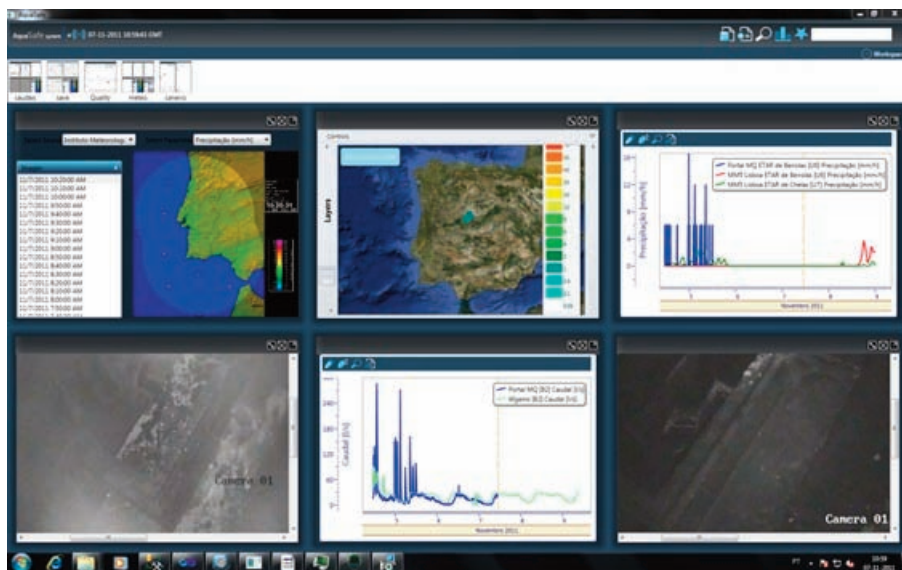
## Projeto “Aquasafe”

Deu-se continuidade ao Projeto “Aquasafe” em parceria com a Hidromod e a Bentley. O objetivo do “Aquasafe” é a integração dos sistemas de informação existentes numa ferramenta de gestão operacional. A ferramenta “Aquasafe” foi aplicada ao caso particular do subsistema de Beirolas, que abrange uma área de cerca de 2730 hectares divididos pelos Municípios de Loures e Lisboa. Esta aplicação visou a gestão integrada dos caudais na rede de drenagem, da respetiva afluência à ETAR e, finalmente, da rejeição no Estuário do Tejo. Destacam-se as vantagens ao nível do diagnóstico e do prognóstico do comportamento do sistema de drenagem, designadamente no que se refere à sua capacidade máxima, à previsão de descargas no meio recetor e ao controlo dos caudais máximos a intercalar e encaminhar para as ETAR, em condições de tempo húmido.

Durante o ano de 2011 o projeto “Aquasafe” foi apresentado pela Simtejo em diversos contextos dos quais se destacam: WEX (Lisboa), Expo Água (Lisboa), ENEG (Santarém), FUNDEC (Lisboa) e *BE Inspired* (Amesterdão).

A aplicação da plataforma “Aquasafe” ao caso de estudo do subsistema de Beirolas foi selecionada, de entre 37 projetos a concurso, como finalista dos *Be Inspired Bentley Awards* de 2011, na categoria *Innovation in Water, Wastewater and Stormwater Networks*. Esta nomeação foi atribuída por um júri internacional composto por entidades independentes especialistas nas áreas industrial, académica e dos meios de comunicação social e justificada pelo carácter inovador, pela qualidade e pelo impacto positivo desta ferramenta ao nível da gestão da informação no subsistema de Beirolas.

Os *Be Inspired Bentley Awards*, criados em 2004, visam distinguir, à escala mundial, a excelência e inovação de projetos de *design*, construção e operação de infraestruturas com recurso à tecnologia Bentley.



### Projeto “SIMAI”

Deu-se continuidade ao Projeto “SIMAI”, cofinanciado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em parceria com o Instituto Superior Técnico, Laboratório de Engenharia Civil e o Institute for Biotechnology and Bioengineering. O Projeto “SIMAI” tem como objetivo o desenvolvimento de um sistema de monitorização, aviso e alerta em tempo real numa bacia hidrográfica da zona baixa de Alcântara, em Lisboa, para suporte de serviços de proteção civil, assim como a monitorização e aviso de descargas, com estimativa das cargas poluentes no meio receptor.

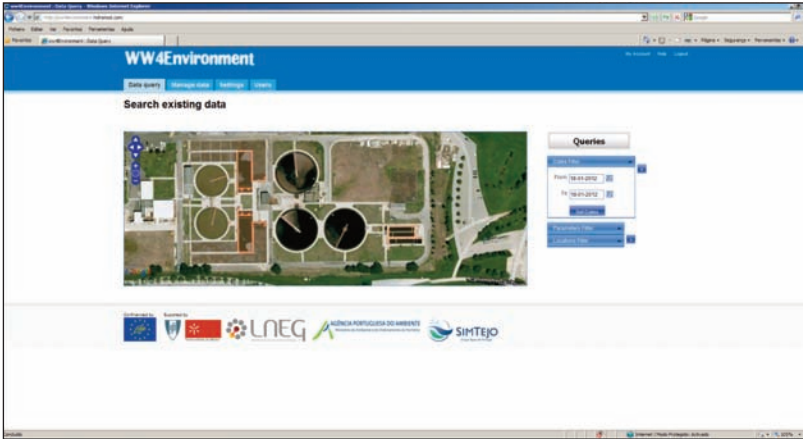
Em 2011 procedeu-se à instalação do sistema de medição de caudais no Terreiro do Paço, nomeadamente, no interceptor doméstico e nos três coletores pluviais afluentes ao rio Tejo. Paralelamente foram realizadas duas campanhas de qualidade no sistema de drenagem da zona baixa do subsistema de Alcântara. Estas campanhas foram realizadas no caneiro de Alcântara, ETAR de Alcântara, Estação Elevatória das Agências e interceptor do Terreiro do Paço.



### Projeto “WasteWater4Environment”

Deu-se continuidade ao projeto “WasteWater4Environment”, cofinanciado pelo Programa Life08, juntamente com o Instituto Superior Técnico, Universidade do Minho, Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação. Entre outros, este projeto tem como objetivos otimizar o balanço de energia, avaliar e minimizar a pegada de carbono, aumentar a eficiência energética, minimizar a produção de lamas e determinar os custos ambientais dos processos de tratamento de águas residuais. Ao longo do 2º ano de projeto, a Simtejo deu continuidade à realização das tarefas previstas, nomeadamente:

- Elaboração do portal de carregamento e consulta de dados recolhidos no âmbito do projeto, assente sobre uma base de dados onde os diferentes membros do consórcio podem partilhar dados. Sobre esta base de dados foi criada uma *interface web*, que inclui um *backoffice* para administração (permissões de utilizadores, etc.) e uma zona de pesquisa e carregamento de informação;



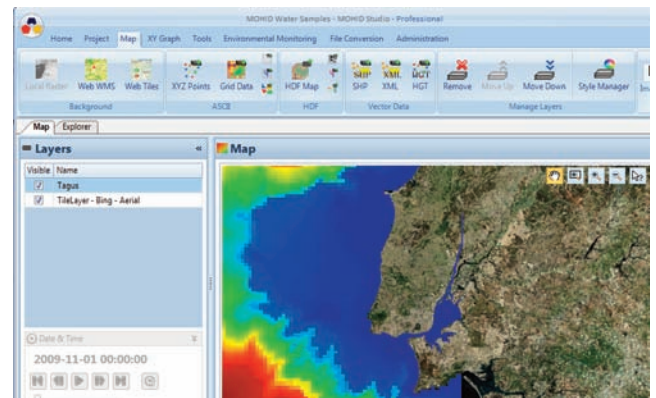
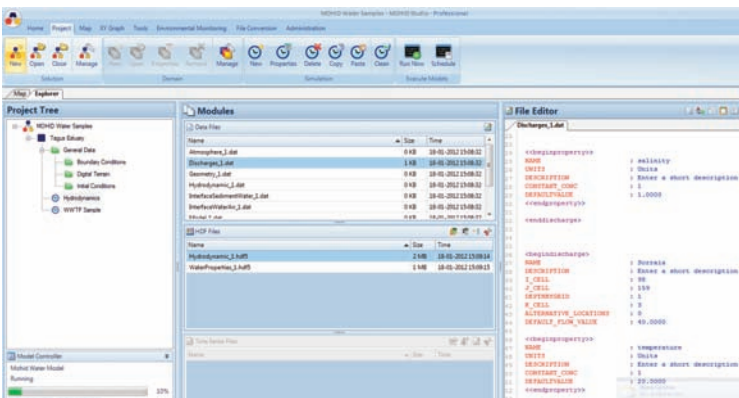
- Aquisição e operação do analisador respirométrico de alta precisão Strathtox, para identificação do tipo toxicidade/inibição presente nas águas residuais afluentes das ETAR de Beirolas.

Paralelamente deu-se continuidade à realização de várias campanhas de amostragem com o intuito de calibrar os modelos a implementar ao longo do projeto.

### Projeto “Envitejo”

Deu-se continuidade ao projeto “Envitejo”, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional de Lisboa, em parceria com a Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P. e a Simarsul. O “Envitejo” visa integrar conhecimento, informação e ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do Estuário do Tejo, bem como otimizar a logística de monitorização efetuada pelos parceiros de projeto. Durante o ano de 2011 foram lançados vários concursos públicos e contratados os serviços referentes às atividades da responsabilidade da Simtejo:

- Aquisição de uma boia instrumentada que irá fornecer dados em tempo real;
- Contratação do serviço de monitorização do estuário e locais de descarga a realizar durante dois anos;
- Contratação do serviço de implementação de atualizações no modelo do Estuário do Tejo, manutenção e exploração do sistema de modelação;
- Contratação do serviço de atualização do Modelo Hidrológico, Microbiológico e Biogeoquímico da Bacia do Rio Trancão;
- Contratação do serviço de desenvolvimento, implementação e teste da ferramenta de exploração do modelo.



Adicionalmente, em 2011 a Simtejo participou numa formação sobre a plataforma de modelação MOHID a qual está a ser usada pelo IMAR para o desenvolvimento do modelo do Estuário do Tejo. O modelo do Estuário será utilizado para simular o efeito das descargas das ETAR e descargas de emergência no meio receptor, nomeadamente para simular diferentes cenários de descarga.

## Projeto “Odowatch”

Deu-se continuidade ao projeto “Odowatch”, financiado exclusivamente pela Simtejo, com o objetivo de implementar um sistema de monitorização dos odores produzidos na ETAR de Frielas. Com a implementação deste projeto, pretende-se otimizar a gestão de odores, tendo em vista a minimização de ocorrências. Durante o ano de 2011 foi realizado o trabalho de exploração de dados e respetivo relatório. Os objetivos deste relatório são **1)** analisar os dados de novembro de 2010 de forma a fazer a caracterização dos eventos de odor; e **2)** e efetuar uma primeira análise de correlação entre os eventos de odor e o processo de tratamento.



## Reutilização na ETAR de Beirolas: Análise das respostas fisiológicas de três grupos de plantas do Parque das Nações

Iniciou-se o projeto “Reutilização na ETAR de Beirolas: Análise das respostas fisiológicas de três grupos de plantas do Parque das Nações” no âmbito de um projeto de doutoramento do Instituto de Agronomia (ISA) e do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL). Este projeto visa contribuir para a criação de espaços verdes sustentáveis e adaptados à disponibilidade sazonal de água que caracteriza o clima mediterrânico, preservando simultaneamente as suas funções ecológicas, sociais e estéticas.

Para tal, foram implementados três canteiros para analisar a resposta fisiológica de três grupos de plantas (coincidentes com algumas das espécies do Parque das Nações) com características morfológicas contrastantes, quando sujeitas a rega deficitária, com água proveniente de duas origens:

- Água do furo existente na ETAR;
- Água de serviço da ETAR.



## Candidatura a financiamento LIFE+ 2011 do projeto “Wastewater2Value”

Preparou-se a candidatura do projeto “Wastewater2Value” ao Programa LIFE+ 2011, tendo como principal objetivo a demonstração de soluções de valorização do esgoto em produtos com valor de mercado, nomeadamente:

- Reciclagem de fósforo, sendo esta vertente particularmente importante visto que este é um recurso não renovável sendo expectável o aumento do seu consumo e simultaneamente o fim das suas reservas dentro de 100 anos;



- Reutilização de água tratada e de lamas para fertilização e irrigação de plantas ornamentais;
- Separação de gorduras para bioconversão em plásticos;
- Otimização da digestão anaeróbia através da adição de gorduras residuais como cosubstrato para aumentar a produção de metano a partir das lamas.

A candidatura foi liderada pela Simtejo em parceria com o Instituto Superior de Agronomia, o Departamento de Química da Universidade Nova de Lisboa e o Departamento de Engenharia Biológica da Universidade do Minho.

### Candidatura a financiamento QREN do projeto “Si-GeA”

Tendo sido objeto de apoio do *cluster* ACQUEAU do programa EUREKA, através da concessão do respetivo selo, preparou-se a candidatura do projeto “Si-GeA” ao “QREN - SI à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - Projetos de I&DT Empresas em Co Promoção”.

O projeto “SI-GeA” é um projeto de I&D que tem como objetivo final a criação de um sistema inteligente de apoio à gestão otimizada de sistemas urbanos de águas residuais, baseado em monitorização e simulação em tempo real. A otimização permite integrar toda a informação relevante, tendo em vista, nomeadamente, a redução do risco de inundações, de aflúncias indevidas e de descargas poluentes nos meios recetores, a custos mínimos.

Este projeto nasce de uma parceria, formalizada em contrato de consórcio, constituída pelas empresas SIEMENS S.A. (promotor líder) e Simtejo S.A., e pelas entidades do Sistema Científico e Tecnológico, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), e Instituto Superior Técnico (IST), cujas relações de cooperação entre alguns deles (LNEC-IST-Simtejo) contam já com várias interações e anos de trabalho conjunto.

Com os resultados e produtos alcançados neste projeto, seja o sistema final, as suas componentes ou o conhecimento adquirido no seu desenvolvimento, o consórcio pretende reforçar a posição competitiva das suas empresas num setor de grande importância em Portugal, e alavancar a sua ação em mercados internacionais, nomeadamente Espanha, noutros países europeus, América do Sul e em África.

### Candidatura a financiamento QREN do projeto “GOPA”

A Simtejo integra a candidatura a um projeto QREN, designado por “GOPA - Gestão e Otimização de Processos Ambientais”, cujos promotores são as empresas MdeMáquina, Lda. e Simbiente.

O Projeto visa dar seguimento ao projeto “NAVIA”, tendo como objeto a implementação de uma ferramenta com vista à gestão operacional em ETAR, nomeadamente, ao nível da instrumentação e gestão operacional da informação em sistemas de digestão anaeróbia.

### Candidatura a financiamento LIFE+ 2011 do projeto “RainVille”

A Simtejo na qualidade de entidade demonstradora integrou a proposta da candidatura “RainVille” ao Programa LIFE+ 2011.

O consórcio do projeto é constituído pelo Instituto Superior Técnico (líder), Simtejo, Clapsa (Barcelona), Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Instituto Superior de Agronomia, e as empresas ActionModulers e Hidromod.

O objetivo do projeto “RainVille” é o desenvolvimento de um modelo concetual de implementação de medidas verdes para gestão otimizada das águas pluviais. No que se refere à cidade de Lisboa, será desenvolvido o modelo de terreno da bacia de Alcântara e atualizado o modelo matemático do Caneiro de Alcântara. Após a integração do escoamento superficial e do sistema de drenagem, será desenvolvida uma ferramenta que permitirá simular o sistema atual após a implementação de medidas de controlo de águas pluviais, nomeadamente, bacias de retenção, sistemas de controlo na fonte (pavimentos porosos). Esta ferramenta permitirá às entidades gestoras que participam no projeto, Simtejo (Lisboa) e Clapsa (Barcelona), a sistematização e o planeamento das medidas de controlo das águas pluviais a implementar, tendo em vista, por exemplo, a minimização de caudais de ponta pluviais e a diminuição de descargas em tempo húmido.

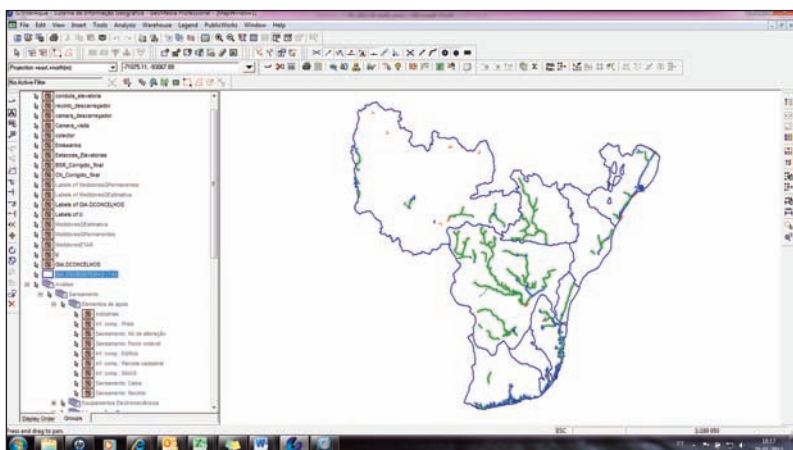
### SIG

Deu-se continuidade ao projeto de implementação do Sistema de Informação Geográfica da Simtejo. Na vertente de Divulgação e Formação foram ministradas formações de Edição/Análise de GInteraqua a seis trabalhadores da Simtejo, abrangidas no âmbito da prestação de serviços a decorrer com a Aquasis. As *newsletters* SIG continuaram a ser distribuídas bimensalmente.

A nova versão do *software* Glnteraqua (6.1), foi instalada ao abrigo do contrato de manutenção.

Durante o ano 2011 foi contratado um voo aéreo de forma a proceder-se à atualização dos ortofotomapas existentes no SIG. Estes encontravam-se datados de 2004 e a nível de ocupação urbana apresentavam uma desatualização significativa.

No decurso deste ano, assinou-se um Auto Parcial de Receção Provisória relativo ao carregamento de informação já realizada.

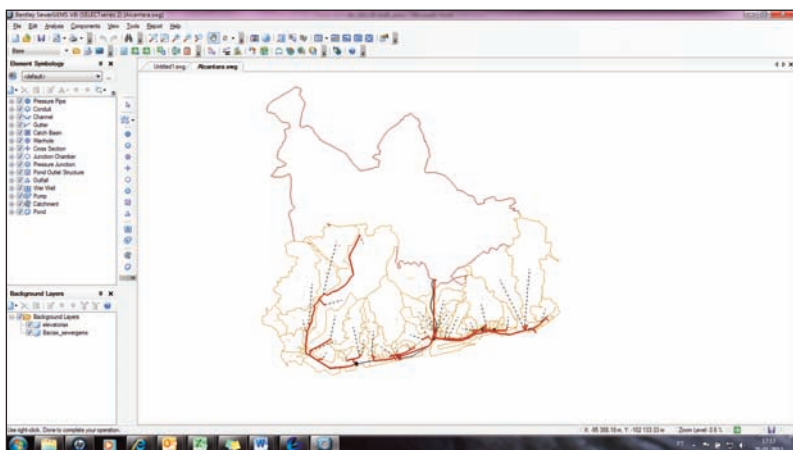


## Modelação Matemática dos sistemas de drenagem urbana

Os modelos matemáticos de drenagem urbana são uma potente ferramenta para a gestão dos nossos subsistemas. Este projeto, a cargo da área de I&D, encontra-se em permanente desenvolvimento, através da construção dos modelos matemáticos e posterior adaptação e consecutiva recalibração dos mesmos.

Foi realizado no segundo semestre de 2011 um projeto com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para recalibração do modelo matemático do caneiro de Alcântara em *software* SWMM (modelo já existente na Simtejo desde 2005): Este projeto obteve bons resultados de calibração do modelo e deu origem a uma Tese de Mestrado na área de Engenharia Civil. Também neste ano deu-se início à construção do modelo matemático do subsistema de Alcântara que será calibrado com os dados de caudal registados através dos vários medidores de caudal dispersos no subsistema.

Com o objetivo de adquirir maior robustez nos resultados dos modelos matemáticos e facilitar a gestão de cenários de cada modelo adquiriu-se o SewerGEMS, um novo *software* de modelação matemática de sistemas de drenagem urbana.



Modelo Matemático do Subsistema de Alcântara

## Reutilização de águas residuais tratadas

No seguimento do grupo de trabalho criado após assinatura de protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL, a Simtejo e a Lisboa E-Nova, com o objetivo de dar cumprimento à meta de redução do consumo de água potável na cidade de Lisboa, de 7,8% em 2013, patente na Estratégia Energético Ambiental para Lisboa, foi realizado um estudo técnico/económico para a implementação de uma rede de água reutilizada na cidade de Lisboa.

O referido estudo teve por base as seguintes linhas orientadoras:

- Estudar, em conjunto, a implementação de uma rede de água reutilizada para a cidade de Lisboa, que abranja os percursos entre, por um lado, a Praça do Comércio, Algés e a ETAR de Alcântara e, por outro, entre a ETAR de Chelas e o Parque Urbano da Bela Vista, o Campo de Golfe da Bela Vista e o Parque Hortícola do Vale de Chelas;
- Contemplar, no estudo em apreço, os termos de implementação da referida rede, nomeadamente, os percursos a adotar e os tipos de tarifa a aplicar;
- Contemplar, no estudo em apreço, a viabilidade económica da implementação das referidas redes.



Foi igualmente celebrado um protocolo de colaboração da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira com a Simtejo, tendo em vista a realização de um estudo de viabilidade técnica e económica da implementação de um sistema de reutilização de ART na frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria a partir da ETAR de Alverca, bem como os possíveis modelos de gestão e exploração.

O estudo de viabilidade do sistema de reutilização de Alverca surge no âmbito da requalificação da frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, e tem como objetivo a rega de espaços verdes com água reutilizável produzida na ETAR de Alverca dos seguintes projetos:

- i. Parque Urbano dos Moinhos da Póvoa - 16.500 m<sup>2</sup>;
- ii. Parque Urbano da Póvoa - 80.000 m<sup>2</sup>;
- iii. Área I definida na Unidade de Execução por "U18" - 30.000 m<sup>2</sup>.

## Medição de caudal (MQ)

A medição de caudais entregues no Sistema da Simtejo é essencial à otimização da gestão operacional dos sistemas integrados (sistema interceptor, ETAR e meio receptor) e à repartição das contribuições dos Municípios que drenam para a área de Concessão.

Este é um projeto de grande prioridade para a Simtejo dada a obrigação contratual para que a faturação passe a ser feita com base no caudal medido em vez do sistema de faturação em vigor; que tem por base os caudais mínimos definidos no Contrato de Concessão.

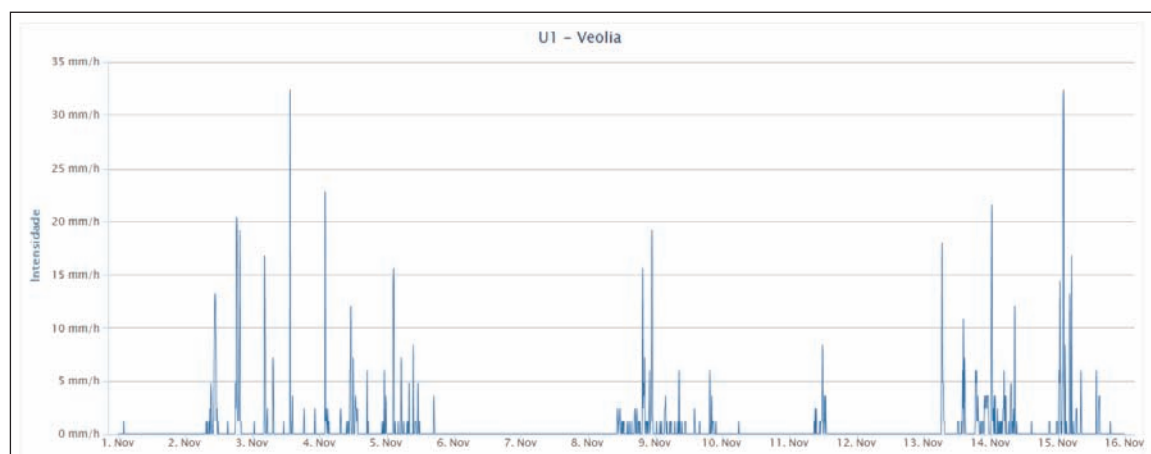
O sistema de medição de caudal é constituído por 97 pontos de medição para efeitos de faturação e 77 pontos de medição para efeitos de gestão e controlo. As tecnologias utilizadas variam desde a tipologia eletromagnética, radar, pico doppler, doppler pulsado e doppler de superfície. É ainda complementado por uma rede de sete udómetros, permitindo determinar a ocorrência de eventos de precipitação.

Os dados de medição de caudal produzidos são sujeitos a tratamento, tendo como finalidade a definição, para cada ponto de medição, de hidrogramas padrão de tempo seco, hidrogramas padrão industriais (quando aplicável), curvas de vazão típicas, caracterização dos caudais pluviais afluentes e determinação de volumes a faturar. O tratamento de dados tem subjacente a identificação de registos sem qualidade e de falhas de medição, a respetiva correção, e a identificação e previsão de problemas que possam prejudicar a qualidade da medição.

O período experimental de medição de caudal teve início a 1 de outubro de 2011 e terminará no dia 1 de junho de 2012, permitindo assim iniciar a faturação com base em caudal efetivamente medido em 2013.

No último semestre de 2011, os Municípios aprovaram, na generalidade, os pontos de medição de caudal, os algoritmos de faturação, a rede de udómetros, as regras de correção de falhas e a metodologia de faturação em tempo seco e tempo húmido.

Está em desenvolvimento o portal da medição de caudal, onde será disponibilizada informação relativa a cada ponto de medição (caudais, volumes e precipitação).



Registos de intensidade do udómetro U1, no período de 1 de novembro a 16 de novembro

## 9. Ética e Prevenção da Corrupção

No ano de 2011 deu-se continuidade à implementação do Código de Conduta e Ética do grupo AdP, adotado no ano anterior e que tem como principais objetivos:

- Ser uma referência, formal e institucional, para a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, tornando-se um padrão de relacionamento quer entre colaboradores, quer com os públicos externos do grupo AdP;
- Cimentar no Grupo a existência e a partilha de valores e normas de conduta comuns, reforçando uma cultura comum;
- Promover relações de confiança entre o grupo AdP e seus parceiros;
- Reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos;
- Responder ao desafio cívico de alicerçar a Sociedade em princípios éticos que respeitem as orientações de organizações supranacionais.

O Código de Conduta e Ética explicita ainda a razão da sua existência, o âmbito de aplicação, a natureza das regras, os valores do grupo AdP e princípios de atuação, os valores centrais e a sua prática e as normas de conduta.

O Código de Conduta e Ética encontra-se disponível para consulta no sítio da Simtejo, com o seguinte endereço eletrónico:

[http://Simtejo.pt/output\\_efile.aspx?id\\_file=480&id\\_object=652](http://Simtejo.pt/output_efile.aspx?id_file=480&id_object=652)



## 10. Controlo de Risco

A Simtejo e, em particular, o seu Conselho de Administração dedicam grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2011 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído por cada empresa para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar;
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco;
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP têm por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Considerando que reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Simtejo, sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, S.A.). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Simtejo e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a Empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Envolvente política, económica e financeira;
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os Municípios;
- Continuidade do negócio;
- Cobranças;
- Crédito e financiamento.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

## 11. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Simtejo, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Simtejo, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) Entrega, junto da Inspeção-geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na Empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (ii) Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- (iii) Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (iv) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (v) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

## 12. Divulgação de Informação

A Simtejo, S.A. dá cumprimento à divulgação das informações previstas na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, através do sítio da Empresa, bem como para cumprimento dos deveres especiais de informação previstos no Despacho n.º 14277/2008, designadamente respeitante a:

- Relatório e Contas;
- Historial, Visão, Missão e Estratégia
- Organigrama
- Órgãos Sociais e Modelo de Governo
  - Identificação dos Órgãos Sociais
  - Identificação das áreas de responsabilidade do CA
  - Identificação das Comissões existentes na Sociedade
  - Identificação dos sistemas de controlo de riscos
  - Remuneração dos Órgãos Sociais
  - Regulamentos internos e externos
  - Transações fora das condições de mercado
  - Transações relevantes com entidades relacionadas
- Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental
- Código de Ética

## 13. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos Públicos e as Empresas Públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público - estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no Relatório de Atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de ações e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na referida portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Simtejo tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Simtejo durante o ano de 2011 foi desenvolvida com vista a assegurar os objetivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior, e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos quadros seguintes a informação sintética requerida.

### Quadro A - Montante global, do ano de 2011, discriminado por trimestres

(em euros)

Órgão	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
Correio da Manhã	13.895				13.895
Expresso	13.329				13.329
Destak	8.844				8.844
Sol	5.440				5.440
A Bola	5.412				5.412
Record	5.380				5.380
Público	4.502				4.502
Metro	4.439				4.439
Sábado	3.980				3.980
Jornal I	3.953				3.953
Diário de Notícias	3.920				3.920
Visão	1.713				1.713
A Tribuna		500			500
Quem é Quem no Ambiente e Diretório de Empresas 2011			1.995		1.995
Anuário da RELACRE				808	808
<b>Total</b>	<b>74.806</b>	<b>500</b>	<b>1.995</b>	<b>808</b>	<b>78.109</b>

Nota: Os valores apresentados não incluem IVA

### Quadro B - Ações, de entre as referidas no quadro A, com montante superior a 15.000 euros

(em euros)

Ação	Objetivo	Órgão	Valor Global
Empreitada Cais do Sodré/Alcântara	Divulgação da ligação das águas residuais da zona baixa de Lisboa à ETAR de Alcântara e consequente início da cobertura integral da cidade de Lisboa por tratamento de águas residuais	Correio da Manhã	74.806
		Expresso	
		Destak	
		Sol	
		A Bola	
		Record	
		Público	
		Metro	
		Sábado	
		Jornal I	
		Diário de Notícias	
		Visão	

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Simtejo cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º 47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Simtejo divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta Empresa.



## 14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A Simtejo deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente as seguintes:

- Cumprimento das Orientações sobre remunerações salariais, promoções e outras (Lei do OGE de 2011)
- Cumprimento da determinação de não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 (despacho de 25 de março do Ministro de Estado e das Finanças)
- Cumprimento da orientação relativa às normas de contratação pública (despacho n.º 438/10-SETF)
- Cumprimento do previsto no art. 12.º da Lei n.º 12-A/2010 - redução da remuneração dos gestores em 5%
- Cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativa ao Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado:
  - A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade da Empresa são desenvolvidas pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a *holding* a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada;
  - A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, S.A. tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas;
  - Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada autorização da tutela pela AdP SGPS.
- Cumprimento do Plano de Redução de Custos:
  - Foi cumprido o plano de redução de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos acordado com a tutela, que definia o compromisso de redução, concretizado em termos consolidados, conforme determinação para os grupos de empresas, para a atividade de 2011 comparável com 2009;
  - O cumprimento deste plano está conforme com o disposto no Despacho n.º 1315/2010, de 15 de novembro do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e no Despacho n.º 155/2011-MFAP, de 28 de abril, na medida em que a redução preconizada por este último despacho foi concretizada através do plano de redução de gastos de 2011 face à atividade comparável de 2009;
  - O grau de cumprimento destas medidas é reportado no Relatório e Contas consolidado da AdP SGPS.
- Cumprimento da autorização prévia da AG relativa a investimentos que excedam 5% do capital estatutário ou social, dos limites estabelecidos aos níveis de endividamento (Consolidado) e da fixação da despesa máxima com Custos com Pessoal e FSE's em 85% do valor registado no ano anterior (Atividade Comparável e no Consolidado) (Despacho n.º 155/10-SETF, de 28 de abril)
- Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (RCM 34/2008 + Despacho n.º 9870/2009-SETF) - ver capítulo 15

### Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados, a AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja aquisição opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura privativa do Grupo justifica-se por um conjunto de particularidades bastante relevantes dos bens e serviços de que as empresas participadas carecem. Trata-se de categorias de bens tão específicos como o sejam os reagentes e materiais de laboratório usados pelo segmento do tratamento de efluentes. Estas particularidades encontram-se presentes igualmente no parque automóvel, em que as viaturas operacionais utilizadas obedecem a tipologias específicas adaptadas às atividades desenvolvidas. O mesmo se aplica no caso da eletricidade, com um conjunto vasto de instalações incluídas em média tensão. A escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições, como o demonstra o mais recente concurso público para fornecimento de energia elétrica no Grupo.

### Evolução do Prazo Médio de Pagamento

Apresenta-se o prazo médio de pagamento a fornecedores, nos termos da RCM n.º. 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009-SETF:

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	46	40	41	44	43	43	39	37

Nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, apresenta-se os pagamentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2011:

<b>Pagamentos em Atraso</b>	<b>0-90 dias</b>	<b>90-120 dias</b>	<b>120-240 dias</b>	<b>240-360 dias</b>	<b>&gt; 360 dias</b>
Cópias e Impressão	505	0	0	0	0
Empreitadas de obras públicas	18.034	24.971	5.972	1.469	124.530
Outros bens e serviços	2.665	2.579	1.496	0	20.390
<b>Total</b>	<b>20.699</b>	<b>27.550</b>	<b>7.468</b>	<b>1.469</b>	<b>144.920</b>

### Quadro com o resumo do cumprimento das orientações legais

Para cumprimento das orientações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referentes a 2011, apresenta-se o quadro seguinte:

<b>Cumprimento das Orientações Legais</b>	<b>Cumprimento</b>			<b>Justificação</b>
	<b>S</b>	<b>N</b>	<b>N.A.</b>	
<b>Objetivos de Gestão:</b>				
ROCE	X			
EBITDA / Receitas	X			
Custos com pessoal / EBITDA (%)	X			
Cash-Cost Saneamento	X			
Investimento			X	
Prazo Médio de Recebimento (PMR)		X		
Prazo Médio de Pagamento (PMP)	X			B - Capítulo 7
Volume de Atividade	X			
Taxa de Cobertura de AR Potencial	X			
Qualidade dos Efluentes Tratados	X			
Reforço da Eficiência Contratual	X			
Cumprimento dos Prazos de Reporte	X			
Cumprimento das Orientações Corporativas	X			
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			X	-
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	X			A - Capítulo 14
<b>Atrasos nos Pagamentos (Arrears)</b>	X			
<b>Deveres Especiais de Informação</b>			X	-
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas:</b>			X	-
<b>Remunerações:</b>				
Não atribuição de prémios de gestão	X			
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			A - Capítulo 5
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 22º da Lei 55-A/2010			X	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do artigo 19º da Lei 55-A/2010	X			A - Capítulo 7
<b>Contratação Pública</b>				
Normas de contratação pública			X	-
Normas de contratação pública pelas participadas			X	-
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X	B - Capítulo 14
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>			X	-
<b>Plano de Redução de Custos</b>				
Gastos com pessoal			X	B - Capítulo 14
Fornecimentos e Serviços Externos			X	
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b>			X	

## 15. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A governação da Simtejo, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de março.

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Princípios	Missão, objetivos e princípios gerais de atuação	
	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Simtejo cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.</li> <li>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A divulgação da missão da Simtejo, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Simtejo elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O grupo AdP, e por consequência a Simtejo, definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade.</li> <li>A estratégia de sustentabilidade da Simtejo encontra-se disponível no seu Relatório de Sustentabilidade e no sítio da Empresa na internet.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O grupo AdP, e por consequência a Simtejo preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência.</li> <li>A Simtejo foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Simtejo cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.</li> <li>Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</li> <li>A Simtejo elabora anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor; devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>Toda a atividade do grupo AdP e da Simtejo é norteadada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</li> <li>Neste contexto, a Simtejo adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O grupo AdP e a Simtejo apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</li> <li>A Simtejo possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação.</li> <li>A Simtejo tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva de desenvolvimento e valorização profissional.</li> </ul>

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Simtejo respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Simtejo divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da Empresa na internet.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conduzir com integridade os negócios da Empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O grupo AdP e a Simtejo pautam a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</li> <li>O Código de Conduta e Ética da Simtejo expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</li> <li>Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Simtejo, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</li> <li>A Simtejo desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter ou aderir a um Código de Ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Código de Conduta e Ética da Simtejo encontra-se disponível no sítio da Empresa na internet.</li> </ul>

Estruturas de administração e fiscalização		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da Empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Simtejo está perfeitamente ajustada à complexidade da sua missão e perfeitamente alinhada com a estratégia definida para o grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Modelo de Governo da Simtejo, em alinhamento com o definido para as empresas participadas do grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Assembleia-Geral;</li> <li>- O Conselho de Administração;</li> <li>- O Conselho Fiscal;</li> <li>- O ROC.</li> </ul> </li> <li>Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</li> </ul>

Princípios	Estruturas de administração e fiscalização	
	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado.</li> <li>Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da Empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A auditoria anual às contas da Simtejo é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal e a Direção Administrativa e Financeira.</li> <li>De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os membros dos Órgãos Sociais da Simtejo são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</li> <li>No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da Empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela Empresa.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores das empresas que integram o grupo AdP.</li> <li>A Simtejo está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco - Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte..</li> </ul>

Princípios	Remunerações e outros direitos	
	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>As empresas públicas devem:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos Órgãos Sociais da Simtejo consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela Empresa.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos Órgãos Sociais da Simtejo consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.</li> </ul>

Princípios	Prevenção de conflitos de interesse	
	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os membros do Conselho de Administração da Simtejo têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos Órgãos Sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Simtejo e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</li> <li>Os membros do Conselho de Administração da Simtejo cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</li> <li>Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.</li> </ul>



## 16. Relatório dos Administradores não executivos

### Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos

#### 1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, cumpre-nos, na qualidade de administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho dos administradores executivos, que constituem a Comissão Executiva, referente ao exercício de 2010.

#### 2. Atividade

Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da Empresa e o desempenho dos administradores executivos e da Comissão Executiva.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

#### 3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação dos administradores executivos que integram a Comissão Executiva de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Lisboa, 14 de fevereiro de 2012

Os Administradores não executivos



Arnaldo Lobo Moreira Pêgo  
(Vogal do Conselho de Administração)



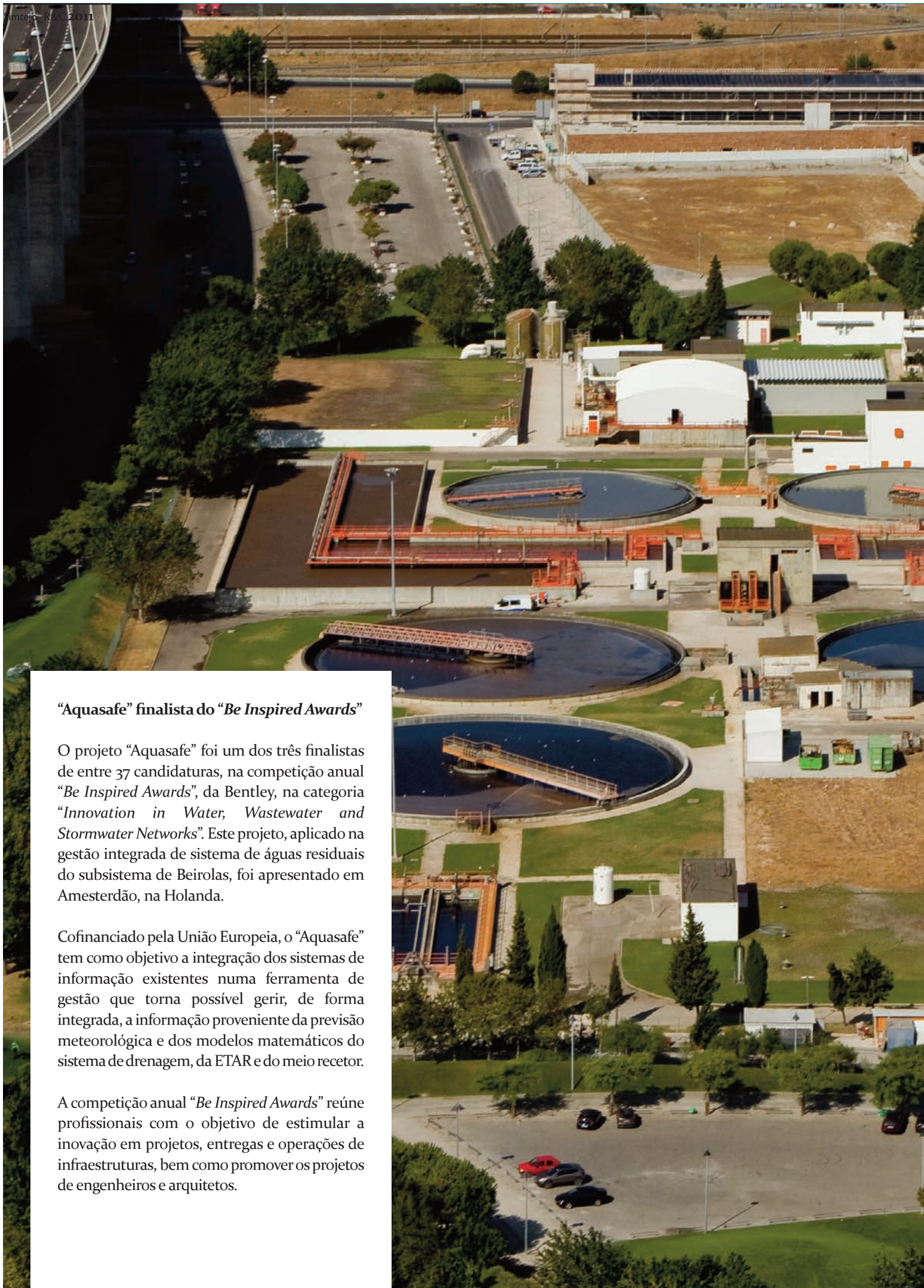
José Fernando da Silva Ferreira  
(Vogal do Conselho de Administração)



José Augusto Borges Neves  
(Vogal do Conselho de Administração)



José Esteves Ferreira  
(Vogal do Conselho de Administração)



### **“Aquasafe” finalista do “Be Inspired Awards”**

O projeto “Aquasafe” foi um dos três finalistas de entre 37 candidaturas, na competição anual “Be Inspired Awards”, da Bentley, na categoria “Innovation in Water, Wastewater and Stormwater Networks”. Este projeto, aplicado na gestão integrada de sistema de águas residuais do subsistema de Beirolas, foi apresentado em Amsterdão, na Holanda.

Cofinanciado pela União Europeia, o “Aquasafe” tem como objetivo a integração dos sistemas de informação existentes numa ferramenta de gestão que torna possível gerir, de forma integrada, a informação proveniente da previsão meteorológica e dos modelos matemáticos do sistema de drenagem, da ETAR e do meio recetor.

A competição anual “Be Inspired Awards” reúne profissionais com o objetivo de estimular a inovação em projetos, entregas e operações de infraestruturas, bem como promover os projetos de engenheiros e arquitetos.



# B - Atividade da Empresa

## I. Introdução

No âmbito da sua missão, a **Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.**, procede à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais geradas nas áreas dos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Vila Franca de Xira e algumas áreas limítrofes, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

No cumprimento da sua missão, a Simtejo assume os seguintes princípios da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança:

- A importância social da sua atividade é suportada por objetivos, metas e processos relevantes, claramente orientados para as necessidades de clientes, cidadãos, colaboradores e acionistas;
- A preocupação de organização, simplificação e otimização dos processos e recursos, através de uma gestão transversal, é o suporte da melhoria contínua do desempenho do Sistema de Gestão Integrado, com o objetivo de maior eficiência e qualidade, sempre com a preocupação de uma redução de custos;
- O desenvolvimento do conhecimento e a disponibilidade do pleno potencial de todos os colaboradores, ao nível do indivíduo e das equipas, é condição essencial ao desenvolvimento da Política e da eficácia dos processos;
- A avaliação periódica da satisfação e necessidades do Cliente, conjugada com a resposta adequada a áreas de melhoria identificadas, é um objetivo de todos;
- A atividade da Simtejo desenvolve-se de acordo com os requisitos e a legislação aplicável, com uma postura de aposta na prevenção, nomeadamente da poluição e dos acidentes.

## 2. Enquadramento Macroeconómico

### Global

A economia mundial sofreu, em 2011, da confluência de dois desenvolvimentos adversos, corporizados na lenta recuperação económica das economias mais avançadas e na elevada incerteza fiscal e financeira. Estes dois fatores são a justificação para que essas economias tenham crescido, neste ano, apenas cerca de 1,5%, enquanto a economia mundial cresceu aproximadamente 4% (em 2010, tinha crescido mais de 5%), novamente à custa das economias emergentes (China, Índia, Brasil, México, Indonésia, Malásia,

Filipinas, países africanos, etc.). 2011 é mais um ano da Grande Crise, que se iniciou em 2007 nos Estados Unidos da América, com a crise financeira do *subprime*, e que, em 2008-2009, se tornou numa crise económico-financeira quase global (de proporções nunca vistas desde 1929). No período 2010-2011 evoluiu para uma crise das dívidas soberanas, que atingiu de modo especial a Zona Euro, gerando a atual "crise sistémica". As perspetivas para 2012 não são melhores: por um lado, a crise na Zona Euro parece não ter fim, uma vez que por um lado os compromissos políticos teimam em não sair do papel e a pacificar os mercados, e por outro, a instabilidade fiscal nos EUA, o seu débil mercado imobiliário e a deterioração das suas condições financeiras, não auguram um futuro próximo positivo.

## União Europeia

A economia da União Europeia registou novamente um crescimento insignificante (pouco mais de 1% em 2011), mantendo a tendência para a diminuição da procura interna e um enfraquecimento da confiança e agravamento das condições de financiamento em resultado do aumento da incerteza relacionada com a crise das dívidas soberanas e das revisões em baixa da procura externa. Este contexto de incerteza elevada, ampliado pela crescente crise de *deficits* excessivos das contas públicas de uma grande maioria dos países da Zona Euro, deu origem a riscos descendentes substanciais quanto às perspetivas económicas para a área do euro. Os riscos descendentes estão associados, em especial, a uma nova intensificação das tensões nos mercados financeiros da área do euro e ao seu potencial de repercussão na economia real. Estão também relacionados com a economia mundial, que poderá ser mais fraca do que o esperado, bem como com pressões protecionistas e a possibilidade de uma correção desordenada dos desequilíbrios mundiais. Os analistas referem a urgência na tomada de decisões estratégicas por parte dos líderes europeus, para acalmar os mercados e trazer maior segurança e a determinação necessárias para enfrentar estes tempos difíceis. O Banco Central Europeu tem atuado em duas frentes, mantendo as taxas de juro baixas (tendo inclusive baixado a taxa de juro de referência em novembro e em dezembro de 2011) no sentido de travar a tendência inflacionista da economia europeia, que deve rondar os 2% em 2011, e comprando dívida soberana dos países mais debilitados da Zona Euro.

## Portugal

Em Portugal, o ano de 2011 fica marcado pelo pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. Este pedido vem na sequência da ineficácia das medidas de consolidação orçamental e de contenção da despesa pública integradas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o período 2010-2013, aprovado em 2010 e com revisões posteriores. Neste contexto, é de referir a não aprovação na Assembleia da República, da quarta proposta de revisão (PECVI) que veio a precipitar a demissão do Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas. A evolução económica portuguesa em 2011 está, assim, fortemente limitada pelo processo de ajustamento macroeconómico no contexto do programa de assistência económica e financeira internacional, apontando todas as projeções para uma forte contração da economia portuguesa em 2011 e em 2012 e para uma provável estagnação em 2013. Esta retração traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, uma redução significativa do investimento, em particular o público, e um acesso cada vez mais difícil ao financiamento bancário, acompanhada por um importante crescimento das exportações.

Em 2011 o PIB português deverá cair 1,6%, o consumo público 3,2% e o privado 3,6%. A inflação deverá ser de 3,6%, influenciada pela subida do IVA (particularmente sobre o gás e a eletricidade) e de outros impostos específicos ao consumo. O *deficit* das contas públicas em 2011 deverá fechar nos 4% do PIB.

A taxa de desemprego em Portugal, de acordo com o Eurostat, situava-se em 13,2% (novembro de 2011), quase um ponto percentual acima do valor registado em 2010, sendo superior à média registada no conjunto dos 27 países da União Europeia, que se situava em 9,8%, mas ainda assim abaixo dos níveis registados em Espanha (22,9%), na Grécia (18,8%, em setembro de 2011) e na Irlanda (14,6%). Para Portugal e para o ano de 2012, as estimativas apontam para um aumento desta taxa.

Depois dos ganhos de mais de 30% em 2009, e de perdas de 10% em 2010, em 2011 o índice PSI 20 da bolsa portuguesa acentuou a queda, registando uma média de 20% de perdas. Em resultado, hoje as cotadas do principal índice português valem menos 12 mil milhões de euros em relação há um ano. O setor financeiro foi onde se registaram as maiores perdas (entre os 75% do BCP e os 53% do BES). Entre as não financeiras registaram-se perdas significativas, de 43% na Portugal Telecom e de 10%, na Sonaecom. A Jerónimo Martins foi a cotada que mais subiu (12%), embora longe do crescimento registado em 2010 (63%).

### 3. Enquadramento do Setor

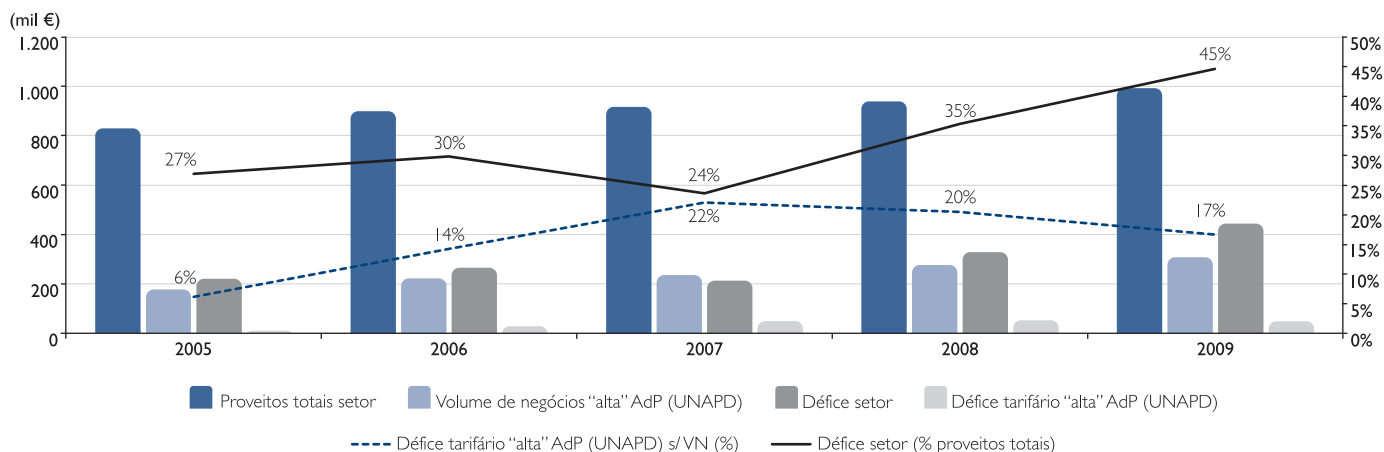
O setor dos serviços de águas vem registando nos últimos anos uma muito expressiva e importante evolução, salientada por diferentes entidades e evidenciada nos mais variados indicadores, dos quais merecem especial destaque os relativos à percentagem de água distribuída sujeita a controlo, à boa qualidade da água para consumo humano, ao aumento dos índices de cobertura de serviços com sistemas públicos e de tratamento de águas residuais urbanas, assim como à melhoria da capacidade de resposta aos períodos de menor pluviosidade, garantindo-se uma maior autonomia dos sistemas através de um aumento dos volumes estratégicos de reserva.

Sem embargo da evolução registada, o contágio da crise dos mercados financeiros para a dívida soberana dos Estados, com repercussões cada vez mais acentuadas e afetando com especial acuidade o país no decorrer de 2011, teve naturalmente consequências gravosas no setor de águas, em particular no capítulo relativo ao investimento.

Esta crise obrigou a repensar os planos de investimentos desenhados, inclusivamente aqueles que dispunham de apoio comunitário assegurado, uma vez que foi fortemente limitada a capacidade de subsídio e de financiamento junto do setor financeiro.

#### Evolução do volume de negócios e défice nos serviços de águas do Continente<sup>1</sup>

(Fonte: Relatórios INSAAR e AdP)



Este facto contribuiu fortemente para o agravamento de um conjunto de dificuldades estruturais há muito diagnosticadas no setor; em particular as da sustentabilidade económica e financeira dos operadores, medido pelo acumular do défice tarifário, conforme ilustrado no gráfico, embora não seja o caso da Simtejo. Este agravamento contribuiu em grande medida para o acentuado crescimento que se vem verificando das dívidas dos utilizadores pelo serviço prestado.

Este contexto desfavorável veio assim tornar incontornável e ainda mais premente a necessidade de dar continuidade à consolidação do setor; cuja importância e imprescindibilidade já se encontrava espelhada no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 - 2013 (PEAASAR II)<sup>2</sup>.

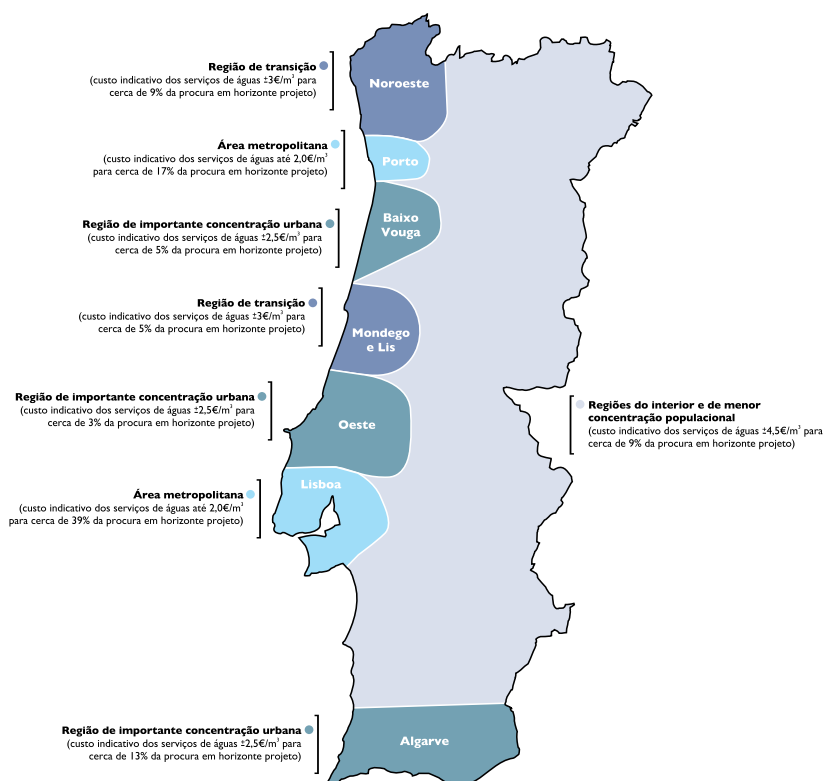
O reconhecimento dessa necessidade de consolidação e, em geral, de uma resposta mais abrangente e integrada, em escala e em âmbito, às exigências acrescidas do setor; pode medir-se pelo enorme esforço de infraestruturização realizado no nosso país nos últimos quinze anos, em particular pelo grupo AdP, com poucos paralelos a nível internacional.

A vantagem de uma maior integração, releve-se, foi de algum modo antecipada por um grupo muito alargado de Municípios e pelo grupo AdP que, aquando do lançamento dos sistemas multimunicipais em várias regiões do país, celebraram protocolos para a integração dos respetivos sistemas municipais. Este espírito de colaboração entre Municípios e AdP, posteriormente reforçado em várias ocasiões, a par do desenvolvimento de vários projetos e iniciativas relevantes no setor e de sinais de uma maior perceção por parte dos diversos intervenientes dos custos reais associados aos serviços, reforçam a convicção quanto à existência de condições para se evoluir e ultrapassar os atuais e acentuados constrangimentos.

<sup>1</sup> A análise do presente gráfico deve atender que os valores apresentados não são totalmente comparáveis, particularmente na vertente do défice. Tal resulta das diferenças em termos de fiabilidade dos processos de apuramento e serviço associado, como das rubricas que concorrem para o cômputo dos gastos (custos), que no caso das entidades do Grupo AdP integra ainda encargos de capital - alheio e próprio - e fiscais sobre resultados, assim como são objeto de um amplo escrutínio. O volume de negócios relativo às entidades gestoras de sistemas em "alta" do grupo AdP não inclui o fornecimento de água em "alta" pela EPAL.

<sup>2</sup> Com Despacho de Aprovação publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de fevereiro de 2007.





Papel importante tem sido igualmente desempenhado por diferentes entidades na realização de vários estudos, verificando-se uma assinalável convergência em aspetos importantes e contribuindo para fundamentar soluções para a consolidação do setor. Neste domínio também o grupo AdP procurou mais uma vez estar à altura das suas importantes responsabilidades, tendo os estudos por si promovidos concluído, no essencial, que:

- O gasto médio nacional com os serviços de águas junto do utilizador final, num cenário de otimização, pode situar-se num valor na ordem dos  $2,7 \text{ €/m}^3$  de água faturada (preços de 2008) o que, em termos de acessibilidade económica das populações, significa que pode ser perseguido, numa perspetiva macro, o objetivo de implementação do princípio do utilizador-pagador, e assim a autonomização financeira do setor através das tarifas.
- As expressões dos desequilíbrios na ocupação do território, aliadas a outros fatores, materializam-se no apuramento de gastos até  $2,0 \text{ €/m}^3$  no caso das áreas metropolitanas e de cerca de  $4,5 \text{ €/m}^3$  no caso de regiões do interior; já em cenários de otimização e com a adesão dos Municípios de maior dimensão. Estes valores sugerem que a perseguição do objetivo de aplicação do princípio do utilizador-pagador seja mais viável quando aplicado ao todo nacional, e não individualmente em cada uma das regiões, o que torna inevitável a implementação de um mecanismo de compensação.

Outros estudos conhecidos apontam para que:

- A escala mínima eficiente das entidades gestoras de sistemas municipais encontra-se avaliada para Portugal, entre os 90.000 e os 140.000 habitantes residentes;
- A captação de ganhos em sistemas dispersos, como os que servem as regiões de menor densidade populacional, passa pela verticalização e pela integração territorial, isto é, combinar uma atuação integrada “alta” e “baixa” com uma agregação territorial superior; e englobando todo o ciclo urbano da água. Já no caso dos sistemas mais concentrados, como os que servem as grandes áreas metropolitanas, a atuação não verticalizada permite captar o essencial dos ganhos de eficiência e eficácia, porquanto a otimização se concentra em torno da infraestrutura e não em termos territoriais ou da gestão verticalizada.

No que respeita à aposta no melhor desempenho em termos de eficiência e de eficácia, objeto de grande e continuado esforço nos sistemas em “alta” e também em múltiplos sistemas municipais, a existência de um maior conhecimento e convergência técnica quanto ao sentido de atuação, a par de soluções merecedoras de um consenso alargado, permite equacionar um alargamento desse esforço a um universo crescente de sistemas, bem como uma melhoria na articulação “alta” - “baixa”.

Assim, parece consensual que, para além do necessário ajustamento tarifário, os grandes princípios que presidiram à estruturação dos sistemas multimunicipais em 1993 se mantêm válidos, nomeadamente no que respeita à aposta em entidades gestoras com uma escala adequada, dotadas de uma gestão empresarial e beneficiando de meios técnicos especializados e competentes.

Neste domínio o ano de 2011 registou importantes progressos que importa dinamizar, dos quais relevamos:

- As iniciativas de promoção de entidades gestoras de sistemas municipais com uma escala relevante, quer por parte da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, quer as promovidas pelos Municípios com o grupo AdP nas regiões do Noroeste, Mondego e Lis, Oeste e Algarve, que reforçam iniciativas anteriores mais recentes no mesmo sentido como a Águas do Ribatejo, Águas da Região de Aveiro e Águas Públicas do Alentejo, assim como a Águas do Noroeste, resultante da fusão de três anteriores entidades gestoras de sistemas multimunicipais;
- A importante tomada de posição no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses em torno da implementação de um mecanismo de compensação e solidariedade no setor;
- As iniciativas da ERSAR ao nível dos tarifários dos serviços de águas.

## Aspetos específicos

Durante o ano 2011, o grupo Águas de Portugal prosseguiu o plano de investimentos relativo à infraestruturação do setor, tomando por referência a estratégia e os objetivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, designadamente no PEAASAR II. Esta tarefa revela-se necessária para a obtenção dos níveis de atendimento e os padrões de qualidade exigidos pela legislação nacional e comunitária aplicada.

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objetivos traçados para o setor.

O Fundo de Coesão disponível no Eixo do POVT relativo ao Abastecimento de Água e Saneamento tem-se revelado indispensável para apoio aos investimentos em curso respeitantes aos sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, e que foram inicialmente avaliados em mais de 3.800 milhões de euros, no período 2008 - 2015. O facto da adesão dos promotores - em termos de candidaturas apresentadas - ter superado largamente a oferta financeira disponível comprova a importância da comparticipação comunitária para a infraestruturação do setor e para a sua sustentabilidade.

Para além da execução das candidaturas aprovadas a título do 1º Aviso ao POVT/Eixo II, há a considerar mais 20 candidaturas promovidas por empresas do grupo AdP e aprovadas pelo POVT durante 2011, totalizando agora um investimento de cerca de 635,4 milhões de euros dos quais é expectável receber uma comparticipação comunitária a fundo perdido (Fundo de Coesão) de cerca de 410,6 milhões de euros.

Várias candidaturas submetidas pelo Grupo a comparticipação comunitária no âmbito do POVT foram suspensas em virtude de não se efetivarem as parcerias Estado-Municípios que lhes davam sustentação. De referir ainda que face às condicionalidades que se colocam à execução dos investimentos, afiguram-se necessárias reprogramações de grande parte das candidaturas por forma a adaptar a programação à nova realidade e a uma diminuição das necessidades de comparticipação nacional perante as dificuldades na obtenção de outros financiamentos.

No que respeita ao forte constrangimento, já apontado acima, na realização dos investimentos por parte das empresas do grupo AdP no ano 2011, há que referir a conjugação de diferentes efeitos:

- a) O Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, emanado no âmbito do largo espectro de medidas de emergência adotadas para fazer face à crise económica e financeira, veio clarificar o conteúdo de orientações anteriores, ao atribuir um primado exclusivo ao cumprimento dos limites de endividamento do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013 a partir de 2011, deixando de introduzir qualquer nuance a propósito dos investimentos com financiamento comunitário.

Para dar cumprimento a esta determinação houve que realizar um significativo aprofundamento do trabalho realizado no ano de 2010, promovendo a elaboração de novos planos de investimento em todas as empresas do Grupo para que os citados limites de endividamento fossem cumpridos em termos consolidados. Esses planos traduzem o adiamento de um conjunto muito significativo de investimentos para data subsequente ao período de vigência do PEC.

- b) O mesmo despacho estabeleceu a obrigatoriedade de que todos os investimentos a iniciar no período do PEC, de valor superior a 5% do capital social, fossem submetidos à aprovação dos acionistas em assembleia-geral. Por este motivo, entre outros, foram realizadas assembleias-gerais extraordinárias em todas as empresas do Grupo, na segunda quinzena do mês de julho, nas quais foram aprovadas as listas de investimentos respetivas.

Foi também estabelecido que estas mesmas listas de investimentos careciam igualmente de aprovação simultânea dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pelo Ambiente. No final de 2011 não existia ainda nenhum investimento aprovado, o que significou um importante protelamento a adicionar àquele que os novos planos de investimento tinham já implicado.

- c) Para além dos adiamentos referidos, resultantes do enquadramento institucional e legal, também o contexto no que toca à restrição no acesso ao crédito bancário, que é do conhecimento geral, se revelou determinante como fator limitativo ao normal desenvolvimento dos trabalhos. A este enquadramento há ainda que acrescentar as crescidas dificuldades de tesouraria resultantes do aumento de prazo médio de pagamento por parte dos clientes das empresas, tornando especialmente complexo o financiamento do investimento.

Merece também especial referência, ainda no âmbito do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 155/2011, de 28 de abril, o estabelecimento, no seu ponto 4, da obrigatoriedade de todas as empresas do Setor Empresarial do Estado fixarem a despesa máxima anual de gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 85% do valor registado em 2009. Esta limitação condicionou, durante 2011, toda a atividade das empresas, obrigando a um esforço extremo de contenção de custos, sem pôr em causa a continuidade e qualidade do serviço prestado.

Há que enfatizar a dificuldade que se verificou em pôr em prática esta medida pois, apesar de em 2011 estar em vigor a redução de cerca de 5% da massa salarial prevista no PEC e generalizada à Administração Pública e ao Setor Empresarial do Estado, houve que assegurar uma grande margem de redução para além disso em empresas dimensionadas com moderação e onde a contenção de custos foi sempre um objetivo fundamental.

Assim, para conseguir cumprir esta diretriz, em 2011 houve que adiar algumas intervenções, tornando difícil assegurar o respetivo cumprimento nos anos seguintes sem condicionar a qualidade do serviço.

Deve ainda ser destacado o envolvimento da AdP na implementação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI), dando cumprimento às orientações da tutela, com a prossecução dos trabalhos relativos ao desenvolvimento e implementação das soluções previstas, em particular, nas regiões de Leiria, Oeste e Península de Setúbal. A premência na resolução dos problemas ambientais provocados pelos efluentes agropecuários e agroindustriais ganhou uma importância acrescida dado que, com a entrada em funcionamento das instalações de tratamento de esgotos urbanos, estas atividades tornaram-se no principal foco de poluição das regiões onde se inserem.

Atendendo à difícil conjuntura económica que o país e o setor atravessaram, foi necessário reavaliar o modelo de envolvimento da AdP nestes projetos no sentido de encontrar soluções que possibilitem atenuar os riscos de investimento e garantir os financiamentos bancários necessários à implementação das diversas soluções. Neste sentido, procedeu-se à reconfiguração das intervenções regionais que se traduziu no envolvimento de entidades privadas nestes projetos. Para concretizar este envolvimento definiu-se o quadro de atuação de cada entidade e obtiveram-se as autorizações necessárias que permitissem retomar o normal andamento dos projetos.

Contudo, perante o agravamento das condições de financiamento destes projetos e de novas condicionantes impostas ao setor público, foi necessário reavaliar as políticas públicas e o modelo de atuação para esta temática, suspendendo-se temporariamente algumas intervenções previstas.

## 4. Regulação

A Simtejo exerce atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Estas atividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de saneamento de águas residuais com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental.

A atividade da Simtejo é regulada e desenvolvida em regime de concessão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e âmbito de atuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR cria as condições para reduzir as distorções de mercado existentes decorrentes do facto de serem praticados tarifários ao utilizador final que não estão otimizados, uma vez que estes tarifários passarão a poder ser escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 - Recomendação Tarifária), que veio a ser complementada em 2010 com uma proposta de Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

Espera-se que estas duas recomendações venham a permitir criar tarifários mais eficientes e que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços em “baixa”, contribuindo para a maior sustentabilidade do setor; para a eliminação das significativas distorções nos tarifários de “baixa” que ainda se verificam, como, por exemplo, a inexistência de tarifários de “baixa” para serviços de saneamento e resíduos em muitos Municípios já servidos por sistemas em “alta” com elevado desempenho.

## Regulação Económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de setembro com a apresentação ao Concedente e ao Regulador das propostas de orçamento e projeto tarifário para o ano seguinte. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, o prazo de avaliação das propostas uniformizou-se em 60 dias para todos os sistemas multimunicipais.

As propostas de orçamento e tarifa para 2011 foram apresentadas em conformidade com o disposto na Portaria n.º 1275/2003, de 7 de novembro. Em 19 de setembro de 2011, foi publicada a portaria 269/2011 que substituirá a Portaria n.º 1275/2003, de 7 de novembro, quando for remetida ao Concedente a proposta de orçamento e tarifa para 2013.

O ciclo orçamental de 2011, iniciado em setembro de 2010, estendeu-se até fevereiro de 2011, ou seja, até 85 dias depois.

Em setembro de 2011 iniciou-se o ciclo orçamental para 2012, não tendo a proposta de orçamento e projeto tarifário sido aprovada até 31 de dezembro de 2011. Contudo, na data de elaboração do presente relatório, já foi emitido o despacho final do Concedente.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se “desvios de recuperação de custos”.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

Durante o ano de 2011 o Regulador apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos défices e *superavit* tarifários ou de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, uma vez que esta não se encontra perfeitamente explícita nos contratos de concessão e legislação aplicável, proposta que o grupo AdP considera fundamental para a sustentabilidade e manutenção do financiamento do setor. No entanto, esta proposta ainda se mantém em discussão e ainda não foi aprovada e posta em execução.

Nessa proposta foram também retomados os procedimentos para proceder à distribuição dos ganhos de produtividade contratuais. Os montantes que se encontram capitalizados no Capital Próprio das entidades gestoras serão repartidos, entre os acionistas e utilizadores (através das tarifas futuras), de acordo com regras que se espera que venham a ser clarificadas durante 2012.

Em 2010, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado.

## 5. Análise Económica e Financeira

### Resultado Líquido

O Resultado Líquido da Simtejo no ano de 2011 foi de 7,735 milhões de euros.

	(em euros)		
	2009	2010	2011
Volume de Negócios	41.217.510	42.590.843	<b>46.597.059</b>
Margem Bruta	38.965.794	40.255.761	<b>44.383.986</b>
EBITDA	21.631.592	23.267.953	<b>31.813.705</b>
Resultado Operacional Líquido	9.372.435	8.032.377	<b>14.866.039</b>
Resultados Correntes	9.909.961	8.001.932	<b>11.261.918</b>
Resultado Líquido	7.244.053	5.738.571	<b>7.735.259</b>

A Simtejo registou em 2011 um aumento no seu Resultado Líquido na ordem dos 35%, pelo efeito do crescimento anual dos Resultados Operacionais Líquidos de 85%.

### Resultado Operacional

	(em euros)		
Contribuição para o Resultado Líquido	2009	2010	2011
Resultado Operacional Bruto	22.650.857	23.267.953	<b>31.813.705</b>
Resultado Operacional Líquido	9.372.435	8.032.377	<b>14.866.039</b>

Da análise do quadro anterior, verifica-se que em 2011 houve um aumento considerável da rentabilidade da Empresa.

O quadro seguinte explicita o contributo das várias rubricas na formação do Resultado Operacional:

	(em euros)		
Contribuição para os Resultados Operacionais	2009	2010	2011
Volume de Negócios	41.217.510	42.590.843	46.597.059
Subsídios ao Investimento	898.854	1.114.012	5.546.511
Outros Proveitos Operacionais	191.178	33.568	102.461
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>42.307.542</b>	<b>43.738.424</b>	<b>52.246.031</b>
	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	2.251.716	2.335.083	<b>2.213.073</b>
Fornecimentos e Serviços Externos	12.423.087	12.170.879	<b>12.740.854</b>
Gastos com Pessoal	5.330.948	5.547.449	<b>5.188.005</b>
Outros gastos e perdas operacionais	670.200	417.059	<b>290.394</b>
Amortizações	12.329.052	15.251.566	<b>16.923.467</b>
Provisões e reversões do exercício	-69.895	-15.990	<b>24.200</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>32.935.106</b>	<b>35.706.047</b>	<b>37.379.992</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>9.372.435</b>	<b>8.032.377</b>	<b>14.866.039</b>



Para o aumento da rentabilidade da Empresa em 2011, foi determinante o aumento do volume de negócios e do subsídio ao investimento, em cerca de 4 milhões de euros e 4,4 milhões de euros, respetivamente.

Ressalva-se que o aumento verificado na rubrica de subsídios ao investimentos resulta, na sua quase totalidade, do reconhecimento em 2011 dos proveitos decorrentes da atualização da dívida resultante da integração de infraestruturas municipais, atendendo a que, de acordo com o Aditamento ao Contrato de Concessão, houve uma antecipação do seu pagamento para o ano de 2012, em vez do anteriormente considerado ano de 2031.

Apesar de o total dos custos operacionais ter sofrido um acréscimo de cerca de 4,7%, é de realçar que o empenho e determinação na contenção de custos foram eficazes, traduzindo-se numa diminuição anual de cerca de 608 mil euros, entre o custo das vendas, gastos com pessoal e outros gastos e perdas operacionais.

Assim, verifica-se que, expurgados os custos das amortizações e provisões, o nível dos restantes custos operacionais totais da Simtejo se manteve em 2011 idêntico ao de 2010, pelo que se conclui ter havido uma boa performance operacional da Simtejo no exercício em análise.

## Volume de Negócios

Durante o exercício de 2011, a Simtejo faturou cerca de 46.597 milhares de euros, quase exclusivamente sob a forma de prestação de serviços aos Municípios.

## Resultados Financeiros

(em euros)			
<b>Custos Financeiros</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Juros suportados	2.375.059	3.085.683	<b>7.204.212</b>
Outros custos financeiros	711.783	679.829	<b>962.770</b>
TTPE - Ativos em curso	-1.913.145	-2.313.789	<b>-2.327.284</b>
<b>Custos Financeiros</b>	<b>1.173.697</b>	<b>1.451.722</b>	<b>5.839.698</b>

(em euros)			
<b>Proveitos Financeiros</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Juros obtidos depósitos	185.448	489.097	1.819.636
Juros de mora	1.525.774	932.180	415.942
<b>Proveitos Financeiros</b>	<b>1.711.222</b>	<b>1.421.278</b>	<b>2.235.578</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>537.525</b>	<b>-30.445</b>	<b>-3.604.120</b>

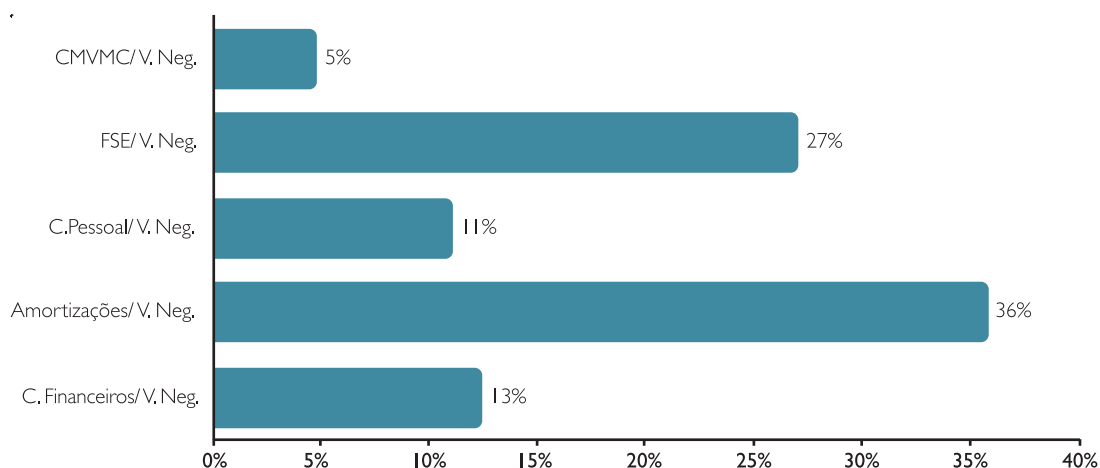
Os Resultados Financeiros negativos gerados no exercício de 2011 devem-se essencialmente ao aumento dos juros suportados, os quais decorreram por um lado, do aumento do endividamento junto do BEI ocorrido no final de 2010 e, por outro lado, do reconhecimento dos juros decorrentes da atualização da dívida resultante da integração de infraestruturas municipais, atendendo a que, de acordo com o Aditamento ao Contrato de Concessão, o prazo de pagamento foi antecipado para o ano de 2012, em vez do ano de 2031, anteriormente considerado.

A variação anual positiva nos proveitos financeiros da Simtejo resultou dos ganhos obtidos com as aplicações financeiras realizadas durante o ano em apreço.

## Análise de Custos e Rendibilidade

O gráfico seguinte mostra em que medida cada rubrica de custos, absorve o volume de negócios da Simtejo, encontrando-se esta expressa em termos percentuais:

### Estrutura de Custos (%)



Assim, conclui-se por esta análise que o custo que mais absorve o volume de negócios da Simtejo é o correspondente às Amortizações do Exercício, consumindo-o em cerca de 36%.

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas manteve-se em 5%, valor similar ao verificado nos exercícios anteriores.

Importa referir que os Gastos com Pessoal diminuiram, em 2011 o seu nível de absorção em 2%, face a 2010.

Para complementar a análise estática dos custos da Simtejo, apresenta-se outra abordagem que caracteriza a dimensão da Empresa:

	(euros)		
	2009	2010	2011
Gastos c/ Pessoal	5.330.948	5.547.449	<b>5.188.005</b>
Rendas	693.796	716.307	<b>707.185</b>
Gastos financeiros	1.173.697	1.451.722	<b>5.839.698</b>
Rendimentos financeiros	1.711.222	1.421.278	<b>2.235.578</b>
Amortizações	12.329.052	15.251.566	<b>16.923.467</b>
Provisões e reversões do exercício	-69.895	-15.990	<b>24.200</b>
Impostos	0	0	<b>0</b>
Resultados retidos em reservas	332.202	362.203	<b>362.203</b>
<b>Valor Acrescentado Bruto (VAB)</b>	<b>18.078.577</b>	<b>21.891.980</b>	<b>26.809.179</b>
Nº médio de Trabalhadores (4)	200	204	<b>217</b>
VAB / Nº de Trabalhadores	90.393	107.314	<b>123.545</b>

(1)ROB-Resultado Operacional Bruto (2) RL-Resultado Líquido (3)Am-Amortizações (4) Exclui administradores

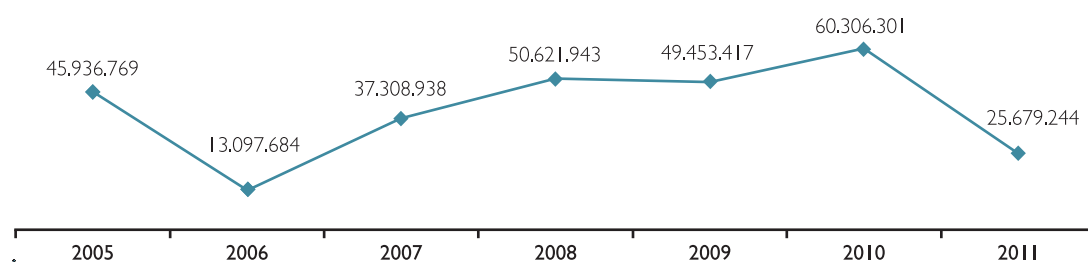
Verifica-se, assim, evolução positiva da rendibilidade e viabilidade da Simtejo, nomeadamente ao nível dos resultados operacionais e do valor acrescentado bruto.

## Investimento

No cumprimento do plano de investimentos inicial, a Simtejo tem vindo a desenvolver a implantação das infraestruturas e equipamentos de recolha e tratamento de águas residuais do sistema multimunicipal, bem como a reabilitar/beneficiar as infraestruturas e equipamento existentes à data da criação do dito sistema e por ele integrados.

No exercício de 2011, a Simtejo investiu cerca de 25,7 milhões de euros, o que representou uma diminuição de cerca de 57% relativamente ao período anterior. Tal decorreu das limitações impostas pelo Governo ao endividamento das empresas do Setor Empresarial do Estado, no qual a Simtejo se insere.

### Investimento (euros)



## Ativo

(em euros)

Ativos Não Correntes	2009	2010	2011
Ativos Intangíveis	225.825.996	280.858.918	274.331.735
Investimentos Financeiros	3.886.114	4.880.797	5.875.479
Impostos Diferidos Ativos	18.429.682	21.467.840	21.315.488
	<b>248.141.792</b>	<b>307.207.554</b>	<b>301.522.702</b>

(em euros)

Ativos Correntes	2009	2010	2011
Inventários	79.386	94.976	123.252
Clientes	21.942.443	15.258.545	37.815.810
Estado e Outros Entes Públicos	644.103	373.686	382.034
Outros Ativos Correntes	23.000.033	10.159.667	10.040.257
Caixa e seus Equivalentes	28.688.999	52.861.168	22.726.889
	<b>74.354.964</b>	<b>78.748.042</b>	<b>71.088.243</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>322.496.756</b>	<b>385.955.596</b>	<b>372.610.945</b>

A diminuição do valor dos ativos não correntes deve-se essencialmente à incorporação das amortizações realizadas durante o ano. O reforço do Fundo de Reconstituição de Capital Social, cumpre o disposto no Contrato de Concessão. A variação na rubrica de impostos diferidos ativos deve-se ao reconhecimento das amortizações de investimentos futuros consideradas no ano, as quais serão recuperadas aquando da passagem a firme dos investimentos em apreço.

No que concerne às rubricas de ativos correntes, importa referir o aumento considerável verificado na rubrica de Clientes, o qual mais que duplicou, em virtude do atraso do pagamento das prestações de serviços da Simtejo de alguns dos seus clientes municipais. Verifica-se, em consequência, uma redução na rubrica de caixa e seus equivalentes.

## Dívida de Clientes

	(em dias)		
	2009	2010	2011
Prazo médio de recebimentos	174	140	199

Fruto das condições atuais da envolvente económica e financeira do País, verificou-se em 2011 um aumento do prazo médio de recebimento, o qual tinha vindo sistematicamente a reduzir-se desde o ano de 2007. A Empresa tem vindo a tentar sensibilizar os seus clientes municipais para a necessidade de recuperação dos prazos em apreço, de modo a não colocar em causa a viabilidade financeira da Simtejo.

## Passivo

	(em euros)		
	2009	2010	2011
Passivos Não Correntes	253.205.267	304.650.476	<b>278.319.176</b>
Passivos Correntes	13.243.426	22.384.499	<b>31.013.416</b>
	<b>266.448.693</b>	<b>327.034.975</b>	<b>309.332.591</b>

	(em euros)		
Passivos Não Correntes	2009	2010	2011
Provisões	102.501	86.511	<b>99.177</b>
Empréstimos	118.261.892	162.967.673	<b>163.002.134</b>
Fornecedores e outros passivos não correntes	6.024.393	5.814.311	<b>0</b>
Impostos diferidos passivos	17.620.128	14.096.102	<b>14.360.558</b>
Acréscimos de custos do investimento contratual	65.422.607	75.749.110	<b>60.467.049</b>
Subsídios ao investimento	45.773.747	45.936.769	<b>40.390.258</b>
	<b>253.205.267</b>	<b>304.650.476</b>	<b>278.319.176</b>

	(em euros)		
Passivos Correntes	2009	2010	2011
Empréstimos	503.544	802.724	<b>8.817.095</b>
Fornecedores	5.627.123	9.553.455	<b>7.598.096</b>
Outros passivos correntes	4.817.570	4.531.172	<b>12.932.317</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	694.890	6.411.138	<b>795.819</b>
Estado e outros entes públicos	1.600.299	1.086.010	<b>870.089</b>
	<b>13.243.426</b>	<b>22.384.499</b>	<b>31.013.416</b>

Para a variação ocorrida nas rubricas de passivo não corrente concorreu decisivamente a redução da rubrica de Fornecedores e Outros Passivos Não Correntes, a qual se refere à dívida decorrente da transferência de infraestruturas municipais, que foi, como já anteriormente referido, transferida para dívida corrente, atendendo a que vai ser liquidada até 2012. Importa referir a diminuição do valor registado na rubrica de Acréscimo de Custos de Investimento Contratual, a qual se deveu à passagem a firme de parte da empreitada da ETAR de Alcântara (denominada vertente CI). Outra rubrica que concorreu decisivamente para a redução verificada foi a dos Subsídios ao Investimento, em virtude da já referida antecipação da data de pagamento das infraestruturas municipais integradas.

Relativamente ao passivo corrente, salienta-se o aumento da rubrica de Empréstimos Bancários, a qual resulta do pontual aumento do endividamento de curto prazo. O aumento verificado na rubrica de Outros Passivos Correntes resulta da dívida decorrente das infraestruturas municipais, a qual, de acordo com o disposto no Aditamento ao Contrato de Concessão, será paga até 2012.

A diminuição verificada na rubrica de estado e outros públicos deve-se ao facto de os valores referentes à taxa de recursos hídricos terem diminuído, apesar do acréscimo de caudal tratado verificado, fruto da eficiência atingida em 2010 no tratamento dos afluentes recebidos nas ETAR.

## 6. Atividade Operacional

### 6.1 Investimentos

Faz-se em seguida a discriminação dos estudos e projetos e, depois, das empreitadas que durante o ano de 2011 estavam concluídas, em fase de conclusão, em curso ou em concurso.

#### 6.1.1 Estudos e Projetos

##### Subsistema de Alcântara

- Estudos e projetos para a frente de drenagem Algés - Alcântara, das infraestruturas desde o descarregador D1 até à Estação Elevatória 3 - D3, D4/D5, D6, D6.1, D7, D8 e D9 (concluído); D16, D17, D19A, D19B, D19C e D20 (em curso);
- Adaptação do projeto dos poços de acesso ao Caneiro - Obra fase III (em curso);
- Estudos e projetos do sistema de drenagem da margem esquerda do Caneiro de Alcântara (em curso);
- Projeto de execução para remodelação das Estação Elevatória 1 e EE2 do Intercetor Algés Alcântara e EE4, EE5 e EE6 do Intercetor Cais do Sodré -Alcântara (concluído).

##### Subsistema de Alverca

- Projeto de execução do sistema de drenagem de águas residuais da bacia do Rio da Silveira (em curso).

##### Subsistema de Beirolas

- Projeto de execução do sistema de drenagem da bacia norte afluente à Estação Elevatória de Sacavém (em fase de concurso).

##### Subsistema de Frielas

- Elaboração do plano de controlo de caudais pluviais no Subsistema de Frielas (em curso);
- Adaptação do projeto de execução do emissário de Montemor (em curso).

##### Subsistema de São João da Talha

- Estudo de adaptação dos Intercetores de S. João da Talha às redes unitárias (em curso).

##### Subsistemas do Município de Mafra

- Projeto de execução do emissário de descarga do efluente tratado da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Estudo de dispersão da pluma de efluente do emissário da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Alteração edifício exploração da ETAR de Mafra (concluído);
- Projeto de execução dos descarregadores do Subsistema da Malveira (concluído);
- Projeto de execução da Estação Elevatória 2 de Alcainça (em curso);
- Alterações ao projeto de execução do Intercetor do Outeirinho (concluído);
- Adaptação do projeto de execução do Subsistema do Carvalhal (em curso);
- Projeto de saneamento do Subsistema da Ericeira - fase I (em curso);
- Projeto de saneamento do Subsistema da Ericeira - fase II (em curso);
- Projeto de beneficiação e ampliação do Subsistema de Póvoa da Galega Fase I (concluído); Fase II (em curso).

##### De âmbito geral

- Medição de caudal III - ETAR (em curso);
- Medição de caudal IV - restantes subsistemas (em curso);
- Prestação de serviços de execução de servidões (em curso);
- Prestação de serviços de levantamentos topográficos (em curso);
- Prestação de serviços de consultoria, assessoria técnica e prospeção geológica - geotécnica (em curso);
- Sistema de informação geográfica da Simtejo (em curso);
- Monitorização ambiental dos meios recetores da Simtejo (em curso);
- Assessoria técnica e execução de serviços de arqueologia no âmbito do sistema de saneamento integrado dos Municípios do Tejo e Trancão (em curso).



## 6.1.2 Empreitadas

### Subsistema de Alcântara

- Conceção/ construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara - vertente C1 (concluída);
- Conceção/ construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara - vertente C2 (em curso);
- Empreitada de construção do sistema de drenagem e interceção de águas residuais da bacia do rio seco (D12) e descarregadores e emissários associados (concluída);
- Fornecimento e montagem de equipamento das Estações Elevatórias da Estação Fluvial e do Terreiro do Trigo (concluída);
- Intercetor e Estações Elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO (concluída);
- Reparação do Intercetor de Casal de Cambra (concluída);
- Implementação de supervisão das Estações Elevatórias do sistema elevatório Cais Sodré - Alcântara II (concluída);
- Construção da conduta de ligação de água reutilizável da EE3 e da EE Rocha de Conde de Óbidos (concluída);
- Fornecimento e instalação da duplicação do sistema de visualização dos estados dos equipamentos da EE das Agências (concluída);
- Reparações de caixas de visita na Av. D. Carlos I em Lisboa-descarregador (concluída);
- Reparação da rotura da conduta de 800 da EE2 de Alcântara (concluído);
- Intervenção no descarregador DSC 5/6 da Av. Infante Santo e coletor da Travessa do Baluarte (concluída);
- Implementação da supervisão das EE1, EE2, EE4, EE5 e EE6 na supervisão CITECT na ETAR de Alcântara (concluída);
- Implementação de supervisão das EE's do sistema elevatório Cais Sodré Alcântara II (concluída);
- Instalação de cabo de fibra ótica entre as EE's das Agências, a EE de Santos e a EE da Rocha do Conde d'Óbidos (concluída);
- Conduta de fornecimento de água Alcântara - Cais do Sodré. Troço Alcântara Terra - Rua Tenente Valadim (em curso);
- Instalação de sistema de limpeza automática das lamelas dos Multiflo da ETAR de Alcântara (em curso);
- Instalação de solução semaforizada para a saída de pesados da ETAR de Alcântara (em curso);
- Construção do emissário da Praça do Império e descarregadores e infraestruturas associadas das bacias de drenagem D3 a D9 (em preparação de concurso).

### Subsistema de Alverca

- Construção dos sistemas elevatórios de Avieiros e Icesa (em curso).

### Subsistema de Beirolas

- Reabilitação de edifícios nos Subsistemas de Chelas e Beirolas (em curso);
- Empreitada de ampliação e beneficiação do edifício das oficinas da ETAR de Beirolas (em curso).

### Subsistema de Chelas

- Reabilitação de edifícios nos Subsistemas de Chelas e Beirolas (em curso).

### Subsistema de Frielas

- Intercetores e emissários da bacia do Rio Trancão - Sintra e emissário L - Fase II - Loures (concluída);
- Construção do sistema de drenagem dos efluentes domésticos das bacias afluentes à EN 8 - Fase II (concluída);
- Remodelação do centro de comando e rede de autómatos da ETAR de Frielas - 2ª fase (concluída);
- Confinamento e desodorização do tanque de equalização da ETAR de Frielas (em concurso);
- Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respetiva bombagem para os silos existentes (em curso);
- Instalação de duas cartas analógicas no autómato API03.2M na ETAR de Frielas (concluída);
- Fornecimento e configuração dos equipamentos de comunicações para integração das EE de Frielas e autómato do arejamento no sistema de comunicações da Simtejo (concluída);
- Instalação de cabo de fibra ótica entre o edifício administrativo da ETAR de Frielas (concluída);
- Fornecimento de três vigas metálicas para cobertura da zona de desodorização da fase sólida da ETAR de Frielas (concluída);
- Alinhamento de carris de decantador da ETAR de Frielas (concluída);
- Reparações de construção civil nos Lagos da ETAR de Frielas (concluída);
- Reabilitação dos espelhos de água contíguos ao edifício de exploração (concluída);
- Fornecimento e montagem de gasómetro na ETAR de Frielas (em concurso);
- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo "bolha fina" para tanque de arejamento da ETAR de Frielas (em concurso);
- Remodelação do sistema de desinfecção da ETAR de Frielas (em preparação de concurso);

- Reparação da cobertura do edifício da desodorização e tratamento de lamas da ETAR de Frielas (concluída);
- Melhorias na automação da ETAR de Frielas e na ETAR de Bucelas (concluída).

### Subsistemas do Município de Mafra

- Construção da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Construção dos emissários da Foz do Lizandro - Fase I (em curso);
- Construção dos emissários e condutas elevatórias do Subsistema da Foz do Lizandro - Fase II (em curso);
- Beneficiação da Estação Elevatória I da Ericeira (em curso);
- Construção dos emissários gravíticos do Subsistema da Ericeira - fase III (em curso);
- Beneficiação dos emissários de Mafra (concluída).
- Beneficiação de edifícios e arruamentos na ETAR da Póvoa da Galega, EE 3 e EE5 de Mafra (concluída);
- Ampliação e beneficiação do Subsistema da Póvoa da Galega - Fase I - descarregadores de tempestade (em preparação de concurso).

### Subsistema de Vila Franca de Xira

- Construção do emissário da Quinta de São João - Ligação à EE3 e EE4 (concluída).

### Simtejo (Geral)

- Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da Simtejo 2009/2011 (concluída);
- Beneficiação da segurança nas instalações dos Subsistemas de Beirolas, Chelas, Bucelas, Mafra e Vila Franca de Xira (concluída);
- Conceção/construção do sistema de medição de caudal dos Subsistemas de Frielas, Beirolas e Vila Franca de Xira (em curso);
- Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da Simtejo 2011/2012 (em curso);
- Fornecimento e montagem dos medidores de caudal do Caneiro de Alcântara e Caneiro da Damaia (em curso).

## 6.2 Exploração

### 6.2.1 Análise Global e por Subsistema

Em termos globais, os resultados de serviços de exploração prestados pela Simtejo durante o ano de 2011 foram positivos, tendo-se tratado durante o ano um volume global de cerca de 118 milhões metros cúbicos de água residual.

O ano ficou marcado pela entrada em serviço, no dia 1 de janeiro, do sistema interceptor Alfama-Alcântara, o que permitiu acabar com a descarga de efluentes não tratados para o rio Tejo naquela zona ribeirinha emblemática da cidade de Lisboa, com particular impacto positivo no Terreiro do Paço.

Durante o ano de 2011 passaram a ser exploradas pela Simtejo mais nove estações elevatórias (cinco no subsistema de Alcântara, uma no Subsistema de Alverca, uma no Subsistema de Frielas e duas no Subsistema de Vila Franca de Xira) e mais quatro quilómetros de interceptores, passando o global de infraestruturas da Simtejo, no final de 2011, a ser de 29 ETAR, 75 estações elevatórias e 249 quilómetros de interceptores e condutas elevatórias.

A melhoria da fiabilidade das infraestruturas foi um dos objetivos da atividade da Empresa, tendo-se continuado a desenvolver ações de correção e de beneficiação em vários subsistemas. O desempenho do processo de tratamento é sempre a principal preocupação ao nível da operação dos sistemas, tendo-se, em 2011, procurado determinar com maior profundidade as causas que podem condicionar a obtenção de bons resultados, designadamente as descargas indevidas de origem industrial. Deste modo, foram realizadas, com o apoio dos Municípios, campanhas de monitorização, com recurso a equipamentos de controlo portáteis, destinadas a medir, em tempo real, as características dos efluentes industriais. Este esforço foi desenvolvido com particular incidência nos Subsistemas de Alverca, Frielas e São João da Talha. Estas campanhas serviram, também para avaliar e testar as metodologias e o modo de instalação de equipamentos de monitorização *online* para utilização permanente nas redes de drenagem.

A redução e otimização dos consumos de energia elétrica continuou a ser um dos objetivos, tendo-se elaborado e aprovado o Plano Geral de Eficiência Energética destinado a enquadrar a intervenção da Empresa nesta temática tão importante. O Plano apresenta uma abordagem global sobre a eficiência energética na Simtejo, com planos de atuação de curto e médio prazo e a identificação das principais medidas a implementar em cada um dos subsistemas, devidamente justificadas e quantificadas em termos de resultados. Estas medidas começaram a ser implementadas de forma sistemática a partir do mês de setembro.

## Subsistema de Alcântara

Como já referido, ocorreu em 1 de janeiro de 2011 o arranque do sistema interceptor Alfama-Alcântara, que inclui cinco estações elevatórias (Terreiro do Trigo, Estação Fluvial, Agências, Santos e Rocha Conde d'Óbidos) e permitiu eliminar a descarga de esgotos não tratados em frente à Praça do Comércio bem como entre toda a área entre o Terreiro do Trigo e o Cais do Sodré. A entrada em serviço deste sistema permitiu aumentar o caudal tratado na ETAR entre 30 a 40 mil metros cúbicos diários.

A Empreitada de Conceção/Construção e Completamento da ETAR de Alcântara continuou a decorrer durante o ano de 2011. No final do ano efetuou-se a receção provisória parcial da empreitada na parte referente à VCI, que inclui a linha de tratamento biológico e desinfecção.

Com a conclusão das grandes obras de construção de novos sistemas de recolha de águas residuais, caso do sistema interceptor Alfama-Alcântara e com intervenções efetuadas no coletor unitário do Rio Seco, deixaram de existir grandes descargas para o meio recetor. Foram também efetuadas outras pequenas intervenções pontuais para eliminar pequenas descargas residuais e entrada de maré no interceptor.

Iniciou-se em 2011 a parametrização do sistema NAVIA no Centro Operacional de Alcântara, pelo que a introdução do mesmo na operação do sistema ocorrerá no início de 2012.

## Subsistema de Alverca

Na ETAR de Alverca concluiu-se o período experimental e entrou-se no regime de funcionamento regular, embora ainda numa situação de afluência de caudais inferiores ao valor do caudal nominal da instalação.

Registaram-se alguns períodos, ao longo do ano de 2011 descargas industriais indevidas que afetaram o tratamento biológico.

Em parceria com os SMAS de Vila Franca de Xira, foram desenvolvidas várias ações com o objetivo de melhorar o conhecimento das redes de drenagem ("alta" e "baixa"), neste âmbito e, tendo em especial incidência a deteção de descargas industriais não conformes com a regulamentação, que apresentam níveis de toxicidade para o tratamento biológico. Foram executados planos de monitorização destas situações, tendo sido detetadas algumas ocorrências graves, que pouco a pouco têm vindo a ser atenuadas.

Também na ETAR foram implementadas algumas medidas, para atenuar os efeitos negativos das descargas indevidas e para permitir dar uma melhor resposta a estas situações desfavoráveis.

Relativamente ao sistema interceptor, realça-se a regularidade de funcionamento das estações elevatórias existentes e em serviço. Apenas a Estação Elevatória do Sobralinho, que entrou em serviço em 2011, apresenta caudais ainda muito inferiores ao previsto, como resultado do número limitado de ligações da rede em "baixa", já efetuadas.

Destaca-se, ainda, a colocação em funcionamento de uma estação elevatória provisória (EE dos Salgados) que será, em breve, substituída por uma nova estação elevatória em construção (EE Icesa). Esta instalação provisória permitiu recolher e elevar águas residuais para tratamento na ETAR de Alverca, contribuindo com um acréscimo na ordem de 15 a 20% do caudal total afluente a esta instalação.

O sistema de gestão da operação NAVIA iniciou a sua implementação, com a gestão efetiva das estações elevatórias e de tratamento deste Centro Operacional.

## Subsistema de Beirolas

O Subsistema de Beirolas teve um excelente desempenho, tendo tratado, no primeiro trimestre, caudais médios afluentes ligeiramente acima da capacidade nominal da instalação. O desempenho da ETAR foi muito bom, apesar das descargas de efluentes industriais, com características indevidas, que ocorreram entre janeiro e abril.

Como resultado de algumas benfeitorias efetuadas no final de 2010, a ETAR passou a utilizar água residual tratada para lavagens, rega, e etapas de desodorização, reduzindo-se, assim, o consumo de água proveniente de um furo de captação, propriedade da ParqueExpo, bem como a redução do consumo de água potável em cerca de 50%. No futuro, será possível, o fornecimento de água residual tratada para reutilização externa, designadamente, pela Câmara Municipal de Loures e ainda da ParqueExpo, entre outros.

À semelhança do ocorrido em Alcântara, para além das rotinas de inspeção e limpeza da rede de interceptores com base na equipa dedicada aos trabalhos na rede, foi dada colaboração à equipa de medição de cauda, em particular na montagem, manutenção e verificação dos medidores de caudal.

### **Subsistema de Chelas**

O subsistema manteve-se a funcionar em boas condições, com excelentes resultados ao nível do tratamento.

No ano 2011 é de realçar o esforço feito na redução dos consumos energéticos, o que foi possível concretizar através da otimização do sistema de arejamento e uma melhor gestão do funcionamento de todos os equipamentos na instalação.

De forma a melhorar as condições de desodorização da ETAR, foi instalado no edifício de carregamento das lamas um sistema de pulverização, com um produto químico que neutraliza os odores dos camiões de transporte de lamas.

Em 2011 prosseguiu com o programa de reutilização externa de água residual tratada para lavagem de ruas e rega de árvores, através do fornecimento de água em camião à Câmara Municipal de Lisboa.

À semelhança do ocorrido em Alcântara e Beirolas, foram cumpridas as rotinas de verificação e limpeza da rede de interceptores com base na equipa dedicada aos trabalhos na rede.

### **Subsistema de Frielas**

Durante o ano de 2011, foram efetuadas algumas alterações na ETAR, destinadas essencialmente a fiabilizar o funcionamento automático de alguns equipamentos críticos da instalação e a obter a otimização energética da mesma, sendo de destacar a remodelação do centro de comando e da rede de autómatos, que incluiu a reconfiguração do programa de funcionamento e de supervisão do tratamento da fase líquida. Foi também efetuada a instalação de novas bombas de água industrial com variação de velocidade, iniciado um novo regime de filtração sem arejamento na biofiltração e realizado o arranque do digester 2 em funcionamento automático. Foi ainda desenvolvida uma auditoria externa ao funcionamento da ETAR onde foi identificada necessidade de efetuar outras alterações de modo a garantir um tratamento mais adequado e fiável das águas residuais afluentes.

Em 2011 deu-se continuidade à reutilização externa de água residual tratada da ETAR, para o sistema de climatização do IKEA de Loures. Neste contexto procedeu-se ao estudo e construção de um segundo sistema de adução ao tanque de bombagem, cujo investimento ficou a cargo do IKEA, por forma a garantir maior volume no respetivo tanque de abastecimento.

Quanto ao estudo de Controlo de Caudais Pluviais, estão em fase final de elaboração os projetos dos órgãos de controlo de caudal das bacias de Alfovelos, Brandoa, Calçada de Carriche e Famões, de primeira prioridade.

Em termos operacionais destaca-se a consolidação e otimização, no segundo semestre do ano, do sistema NAVIA, designadamente ao nível da amostragem e rotinas de exploração da rede de interceptores.

A capacidade do sistema interceptor do Subsistema de Frielas e a mitigação das obstruções do mesmo foram reforçadas com a conclusão das empreitadas de interceptores e emissários da bacia do Rio Trancão - Sintra e emissário L - Fase II - Loures bem como com a construção do sistema de drenagem dos efluentes domésticos das bacias afluentes à EN 8 - Fase II (que inclui a entrada em serviço da nova Estação Elevatória da Flamenga).

### **Subsistema de Bucelas**

A ETAR de Bucelas continua a apresentar excelentes resultados da qualidade da água tratada. A instalação de variadores de velocidade nos parafusos de elevação, no decurso do segundo semestre de 2011, possibilitou uma melhor adaptação à afluência caudais em tempo pluvioso.

### **Subsistema de São João da Talha**

O Subsistema de São João da Talha funcionou com regularidade satisfatória, durante o primeiro semestre do ano de 2011.

Já no segundo semestre e, logo a partir de julho, sucederam-se descargas de águas residuais industriais não conformes na rede de saneamento em "baixa", que interferiram muito negativamente com o desempenho da ETAR. Estas descargas mantiveram uma frequência

e impactes muito significativos, impondo condições de funcionamento precárias à ETAR, que teve resultados de tratamento não totalmente satisfatórios naquele período.

Estas ocorrências foram oportunamente comunicadas às entidades oficiais, bem como à entidade gestora da rede em “baixa”, tendo-se introduzido medidas para atenuação dos efeitos e para mais rápida recuperação do funcionamento do tratamento biológico da instalação. Ainda neste contexto e em colaboração direta com os SMAS de Loures, executaram-se ações de monitorização na rede de drenagem, que permitiram a obtenção de conclusões concretas sobre as origens destas descargas.

Os índices referentes aos custos da operação, nomeadamente, de energia elétrica e de água potável mantiveram valores satisfatórios, tendo havido uma redução na utilização de água potável.

Sobre o sistema interceptor, salientam-se as conclusões do desenvolvimento do “Estudo das Afluências Pluviais ao Sistema Intercetor”, executado por consultores externos, onde se evidencia a forte componente unitária das redes de drenagem de São João da Talha, tendo-se identificado diversas intervenções a efetuar nas redes, de modo a poder limitar-se as afluências pluviais à ETAR.

Em finais de 2011 iniciou-se a parametrização do sistema NAVIA, prevendo-se para início de 2012 a sua entrada em serviço.

### **Subsistema do Município de Vila Franca de Xira**

No subsistema de Vila Franca de Xira, realça-se a regularidade de funcionamento e a fiabilidade satisfatória dos órgãos e equipamentos da ETAR, que garantem a qualidade adequada dos efluentes tratados.

É de destacar o arranque da digestão anaeróbia de lamas, com grande sucesso, tendo-se iniciado todos os procedimentos com vista ao funcionamento regular da cogeração. Os testes já efetuados indicam a boa capacidade de produção de energia elétrica, prevendo-se uma redução dos custos de energia consumida na ETAR ou mesmo a sua venda direta à rede pública.

Destaca-se a colocação em funcionamento de mais duas estações elevatórias: no sistema interceptor a EE4 (Quinta do Cabo), que serve áreas do extremo norte da cidade de Vila Franca de Xira, e a EE9, que passou a servir o bairro de São João, na localidade de Castanheira do Ribatejo.

Os pequenos subsistemas do Município de Vila Franca de Xira, que incluem as ETAR de Rondulha, de Cachoeiras, de Casal da Patrícia, da Loja Nova e da Quinta da Coutada, funcionaram com resultados de tratamento considerados muito bons.

O sistema de gestão da operação NAVIA estendeu-se a todos os subsistemas deste Centro Operacional.

### **Subsistema do Município de Mafra**

As 14 ETAR geridas pela Simtejo no Município de Mafra apresentaram um funcionamento global satisfatório, continuando contudo a registar-se ocorrências de descargas de águas residuais industriais indevidas, que colocam grandes dificuldades na gestão de algumas ETAR.

De referir que, na sequência da aprovação do Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais do Município de Mafra, que atribui responsabilidades de inspeção à Simtejo, se iniciou programa de contacto com as indústrias e a realização de campanhas de monitorização.

Foi dada em 2011 particular importância à eficiência energética, designadamente nos tratamentos biológicos das ETAR de maior dimensão, tendo-se implementado alterações na programação dos autómatos, para permitir a regulação mais fina dos tempos de arejamento. Em algumas ETAR mais pequenas, foram também realizados pequenos investimentos destinados a otimizar o sistema de controlo do arejamento.

De destacar ainda o aumento de caudal tratado na ETAR da Caneira, como resultado de ligações da rede em “baixa”, e razoável resposta da ETAR da Póvoa da Galega, que trata caudais com valores muito altos quando comparados com a sua capacidade nominal. O funcionamento desta estação foi melhorado com a entrada em serviço dos equipamentos de desidratação mecânica (filtro banda) indispensável dada pouca capacidade dos leitos de secagem existentes para a totalidade das lamas produzidas.

O ano de 2011 fica, também, marcado pela extensão do sistema NAVIA no apoio à operação de todo o Centro Operacional.



## 6.2.2 Aspetos específicos

### Caudais

A Simtejo tratou nas suas instalações, no ano de 2011, 118.067.313 m<sup>3</sup> de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de 323.472 m<sup>3</sup> e representa um aumento de 7,7% face a 2010. É de referir que se tratou de um ano com cerca de metade da precipitação ocorrida na região de Lisboa em 2010, pelo que o acréscimo de caudal foi limitado por esse facto. Assim, os caudais aumentaram apenas em Alcântara (+29,1%), Alverca (+24,7%) e Bucelas (+8,2%), como resultado, nos dois primeiros casos, do aumento de população servida e, no caso de Bucelas, de melhor gestão em tempo de precipitação. Houve redução de caudal não muito significativa, em Beirolas (-3%) e em Mafra (-1,7%), e redução de caudal com valores ligeiramente superiores a 10% em Chelas e S. J. da Talha e próximos de 8% em Vila Franca Xira.

### Caudais Afluentes (m<sup>3</sup>)

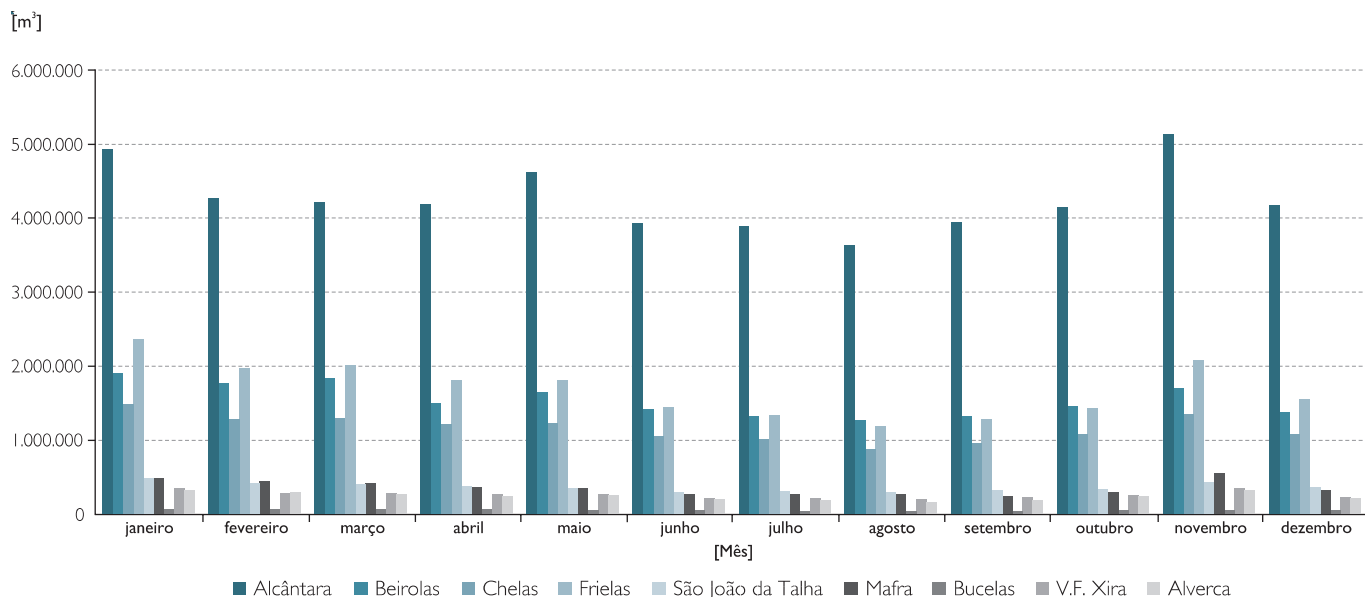
[m <sup>3</sup> ]	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra <sup>(1)</sup>	Bucelas	V.F.Xira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
janeiro	4.914.900	1.884.370	1.468.011	2.350.150	473.490	474.266	65.383	348.192	309.790	12.288.552
fevereiro	4.252.700	1.755.940	1.280.889	1.968.520	403.750	435.775	58.312	283.840	287.894	10.727.620
março	4.206.830	1.821.100	1.276.946	2.000.010	393.230	392.989	56.785	268.203	259.468	10.675.561
abril	4.167.068	1.491.380	1.208.667	1.802.170	370.870	357.470	53.765	263.582	230.870	9.945.842
maio	4.606.026	1.638.120	1.222.740	1.797.750	343.030	336.094	42.078	258.907	239.512	10.484.257
junho	3.923.110	1.406.870	1.033.669	1.446.930	297.330	262.427	39.443	214.446	188.745	8.812.970
julho	3.871.562	1.315.460	994.181	1.325.450	299.270	255.638	32.386	201.020	169.976	8.464.943
agosto	3.614.888	1.264.090	875.183	1.184.620	290.400	261.126	30.389	199.778	160.862	7.881.336
setembro	3.925.668	1.311.860	945.376	1.275.670	311.680	229.060	29.173	221.229	179.885	8.429.601
outubro	4.137.320	1.456.370	1.052.444	1.425.780	324.810	286.140	34.728	242.711	233.600	9.193.903
novembro	5.110.740	1.688.850	1.327.922	2.077.730	419.950	537.197	39.619	341.912	320.389	11.864.309
dezembro	4.161.573	1.366.300	1.071.402	1.543.130	352.710	322.096	41.699	226.762	212.747	9.298.419
<b>Total</b>	<b>50.892.385</b>	<b>18.400.710</b>	<b>13.757.430</b>	<b>20.197.910</b>	<b>4.280.520</b>	<b>4.150.278</b>	<b>523.760</b>	<b>3.070.582</b>	<b>2.793.738</b>	<b>118.067.313</b>

#### Notas:

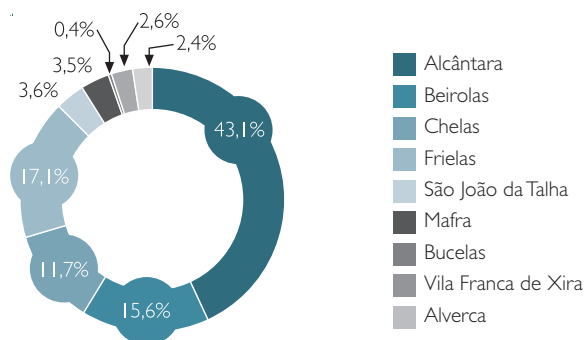
(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

### Caudais Afluentes (m<sup>3</sup>)



### Repartição de Caudais por Subsistema (%)



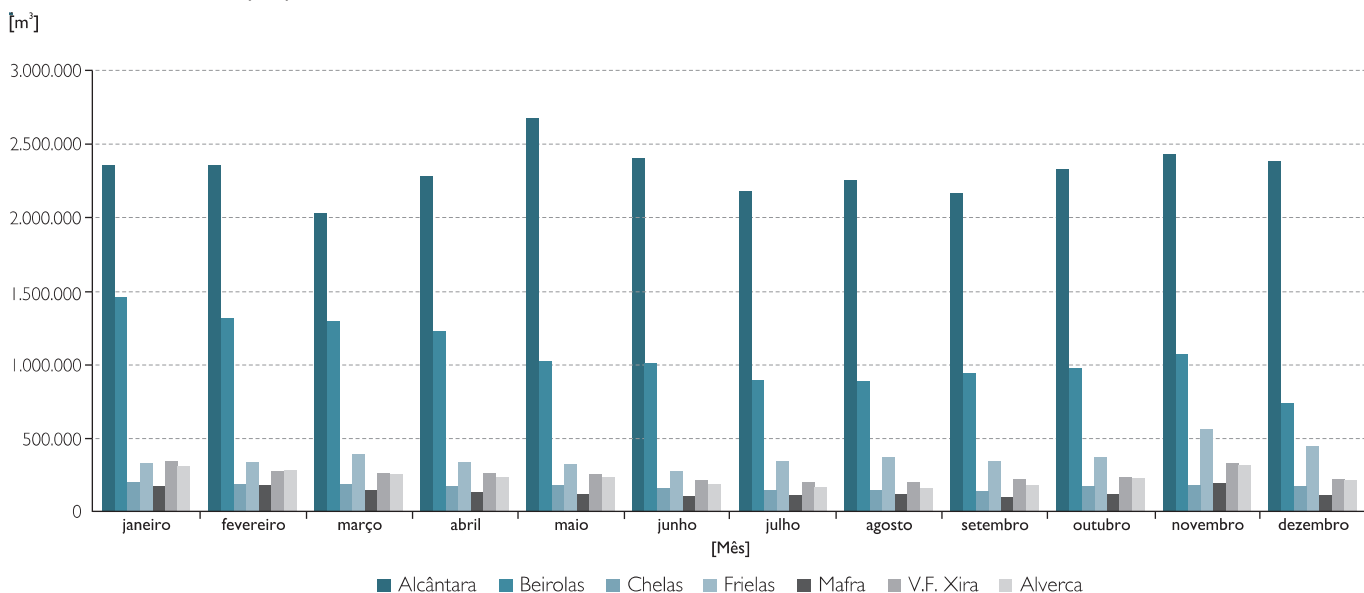
### Caudais Elevados (m³)

[m³]	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	Mafra <sup>(1)</sup>	V.F.Xira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
janeiro	2.358.204	1.457.321	191.204	336.137	175.320	346.022	309.790	5.173.998
fevereiro	2.350.620	1.314.654	184.776	340.029	178.802	281.495	287.894	4.938.270
março	2.028.240	1.291.794	184.613	396.943	154.618	265.938	259.468	4.581.614
abril	2.276.100	1.221.563	161.779	338.083	135.009	261.433	230.870	4.624.837
maio	2.666.520	1.016.209	172.957	323.976	124.924	256.364	239.512	4.800.462
junho	2.399.220	1.005.971	152.752	282.627	106.144	212.536	188.745	4.347.995
julho	2.178.900	890.453	139.909	349.271	112.982	198.972	169.976	4.040.463
agosto	2.253.420	885.157	139.849	370.188	123.134	198.120	160.862	4.130.730
setembro	2.164.320	935.437	132.153	350.321	97.939	219.264	179.885	4.079.319
outubro	2.329.560	966.521	166.412	368.191	124.327	239.014	233.600	4.427.625
novembro	2.426.760	1.065.789	171.999	562.877	192.991	334.061	320.389	5.074.866
dezembro	2.376.540	736.204	163.431	450.175	115.580	223.334	212.747	4.278.011
<b>Total</b>	<b>27.808.404</b>	<b>12.787.073</b>	<b>1.961.834</b>	<b>4.468.818</b>	<b>1.641.770</b>	<b>3.036.553</b>	<b>2.793.738</b>	<b>54.498.190</b>
Caudal elevado (% Caudal Tratado)	54,6	69,5	14,3	22,1	39,6	98,9	100,0	46,2

**Notas:**

- (1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra
- (2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

### Caudais Elevados (m³)



Os caudais elevados aumentaram, globalmente, 17,8%, tendo o principal contributo para este aumento ocorrido no Subsistema de Alcântara, onde esse valor aumentou 117%, como resultado da entrada em serviço do novo sistema intercetor Alfama - Alcântara. No caso do Subsistema de Frielas, ocorreu uma significativa redução, resultante do início da medição de caudal na EE3 (anteriormente os caudais eram estimados com base na potência e no número de horas de funcionamento das bombas).

### Remoção de Areias e Gradados

No ano de 2011 foram removidos das águas residuais tratadas 2.531,7 toneladas de areias e 1.948,9 toneladas de gradados e gorduras, correspondendo, respetivamente a variações de -6,7% e +7,2% face ao ano anterior. Em termos de areias ocorreram diminuições significativas em Beirolas, Chelas e S. J. da Talha, tendo ocorrido aumentos importantes em Frielas, Mafra e Vila Franca de Xira. No que diz respeito aos gradados, registou-se um aumento muito importante em Alcântara da ordem dos 40%, o que ditou o aumento global apesar da redução de cerca de 16% em Beirolas. Em termos de remoção específica de areias, verifica-se que a ETAR de São João da Talha continua a apresentar valores mais elevados. Na remoção específica de gradados, o valor mais alto foi registado, uma vez mais, na ETAR de Alverca.

### Quadro 3 - Remoção de Resíduos (kg/m<sup>3</sup>)

[kg/m <sup>3</sup> ]	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Bucelas	Mafra <sup>(1)</sup>	V.F.Xira <sup>(2)</sup>	Alverca
Remoção específica de Areias	0,023	0,016	0,025	0,021	0,028	0,000	0,026	0,004	0,019
Remoção específica de Gradados	0,014	0,019	0,013	0,016	0,023	0,037	0,020	0,022	0,040

#### Notas:

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

### Remoção de Lamas

A produção de lamas atingiu em 2011 as 79.630,8 toneladas, o que representa um aumento de 11,1% face aos valores de 2010, mantendo-se Alcântara como o principal produtor com 47,7% do total (44,3% em 2010), seguido de Frielas com 12,8%. O maior aumento absoluto de produção ocorreu em Alcântara (18,6%) e em termos relativos, em Alverca (74,4%). Em sentido contrário, de registar a redução de 15,5% em Vila Franca de Xira e de 6,9% em Chelas.

### Quadro 4 - Remoção de Lamas (t)

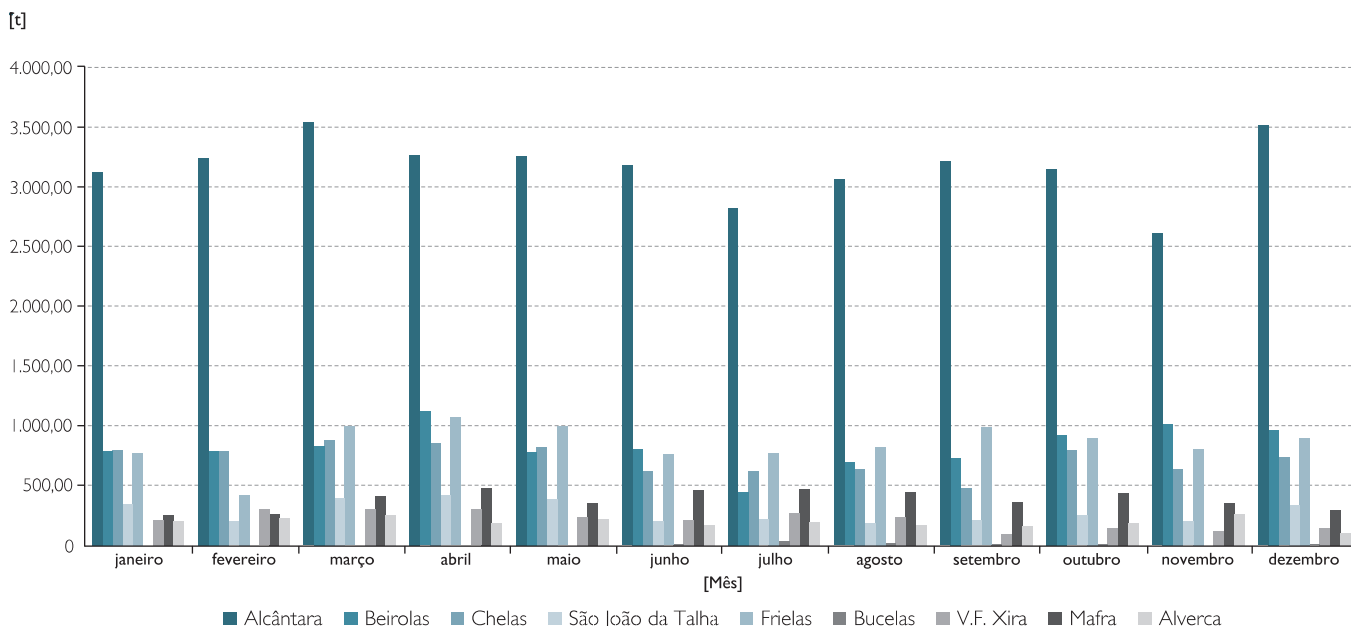
[t]	Alcântara	Beirolas	Chelas	S. J. da Talha	Frielas	Bucelas	V.F.Xira <sup>(1)</sup>	Mafra <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
janeiro	3.120,00	794,04	797,84	348,86	768,02	0,00	210,00	251,00	205,87	6.495,6
fevereiro	3.240,00	784,99	791,30	193,20	422,82	0,00	299,71	261,00	227,86	6.220,9
março	3.538,88	831,48	880,90	393,16	993,98	0,00	300,04	413,89	253,86	7.606,2
abril	3.266,89	1.118,76	851,34	418,52	1.070,34	0,00	300,07	475,35	187,60	7.688,9
maio	3.256,00	781,62	822,12	386,90	990,74	0,00	239,36	351,93	219,82	7.048,5
junho	3.180,58	808,42	623,42	203,94	759,28	5,97	210,04	461,77	171,10	6.424,5
julho	2.821,60	447,14	620,28	215,52	769,26	35,82	269,37	472,76	194,68	5.846,4
agosto	3.060,08	694,04	640,52	192,02	824,74	11,94	240,15	443,98	170,64	6.278,1
setembro	3.210,05	731,30	476,76	205,94	985,88	5,97	90,10	361,08	157,78	6.224,9
outubro	3.150,96	922,18	794,66	250,74	896,36	5,97	150,00	434,85	185,94	6.791,7
novembro	2.611,09	1.013,46	633,84	199,52	804,70	0,00	119,80	354,10	263,96	6.000,5
dezembro	3.511,91	963,42	740,96	333,50	897,56	5,97	150,00	293,76	107,58	7.004,7
<b>Total</b>	<b>37.968,0</b>	<b>9.890,8</b>	<b>8.673,9</b>	<b>3.341,8</b>	<b>10.183,7</b>	<b>71,6</b>	<b>2.578,6</b>	<b>4.575,5</b>	<b>2.346,7</b>	<b>79.630,8</b>

#### Notas:

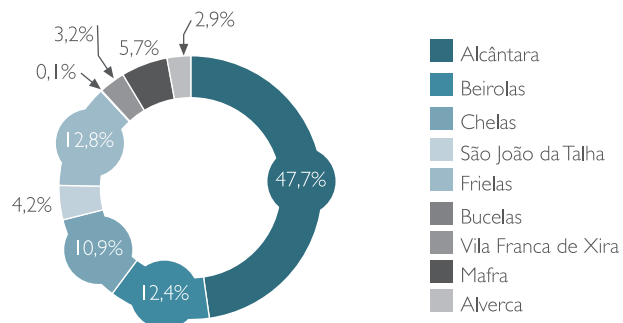
(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

## Remoção de Lamas (t)



## Repartição da Produção de Lamas (%)



## Energia

Em 2011 consumiram-se cerca de 55,6 milhões de kWh, o que traduz um aumento de 9 milhões de kWh face a 2010 (mais 19%). Este incremento foi, uma vez mais, devido, essencialmente, ao aumento do consumo registado em Alcântara, decorrente do aumento do caudal tratado pelo que o aumento de consumo de energia foi superior ao valor do aumento de caudal. O aumento de consumo registado em Alcântara foi de 7,8 milhões de kWh (mais 53% face a 2010), valor que por si só contribui para 86% do aumento de caudal global. Nos restantes subsistemas é de destacar o excelente desempenho em Chelas em que ocorreu, efetivamente, uma diminuição significativa do consumo de energia e, em sentido contrário, o forte aumento registado em Frielas. Em Alverca registou-se um aumento de consumo, proporcional ao aumento de caudal tratado.

## Energia Consumida (kWh)

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra <sup>(1)</sup>	Bucelas	V.FXira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
janeiro	1.686.086	518.200	553.263	1.082.512	265.204	351.616	29.910	146.923	192.204	<b>4.825.918</b>
fevereiro	1.719.945	504.962	532.666	883.053	244.671	305.122	29.023	131.608	182.923	<b>4.533.973</b>
março	1.807.243	519.560	541.944	1.060.609	266.712	290.360	35.459	136.523	191.406	<b>4.849.816</b>
abril	2.013.341	500.609	530.929	1.016.808	257.936	298.562	31.882	133.411	195.598	<b>4.979.076</b>
maio	2.024.570	471.208	516.771	877.709	267.120	331.738	28.902	127.845	203.240	<b>4.849.103</b>
junho	1.825.542	505.874	477.443	981.600	244.688	284.158	32.204	126.180	184.413	<b>4.662.102</b>
julho	1.955.798	470.390	450.463	830.696	252.768	293.758	28.618	129.035	187.010	<b>4.598.536</b>
agosto	1.861.485	448.091	371.785	867.532	243.173	321.661	24.772	123.611	188.967	<b>4.451.077</b>
setembro	1.981.396	426.095	368.098	822.162	252.851	274.043	28.492	121.633	178.164	<b>4.452.934</b>
outubro	1.701.967	445.872	426.231	767.681	269.489	304.415	22.057	123.618	190.009	<b>4.251.339</b>
novembro	1.959.975	472.576	427.681	765.814	249.602	295.214	31.235	142.147	184.730	<b>4.528.974</b>
dezembro	1.888.579	490.392	470.606	937.404	270.937	245.335	28.268	133.772	195.373	<b>4.660.666</b>
<b>Total</b>	<b>22.425.927</b>	<b>5.773.829</b>	<b>5.667.880</b>	<b>10.893.580</b>	<b>3.085.151</b>	<b>3.595.981</b>	<b>350.822</b>	<b>1.576.306</b>	<b>2.274.037</b>	<b>55.643.513</b>
kWh/m <sup>3</sup>	<b>0,441</b>	<b>0,314</b>	<b>0,412</b>	<b>0,539</b>	<b>0,721</b>	<b>0,866</b>	<b>0,670</b>	<b>0,513</b>	<b>0,814</b>	<b>0,471</b>

**Notas:**  
Energia consumida nos Subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por energia consumida a soma da energia adquirida à rede elétrica com a energia produzida nas instalações de cogeração (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas e S. J. da Talha).

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Maфра

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

## Custo da Energia Consumida (euros)

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Maфра <sup>(1)</sup>	Bucelas	V.FXira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
janeiro	152.726,45	39.368,91	40.236,72	99.961,85	14.791,27	37.107,76	3.001,20	15.647,13	18.778	<b>421.619,24</b>
fevereiro	157.513,69	42.846,95	39.285,50	77.071,65	15.496,00	32.137,83	3.075,37	14.396,52	18.376	<b>400.199,42</b>
março	164.729,05	40.681,57	38.798,74	79.020,85	16.920,31	31.483,75	3.589,98	14.757,96	19.432	<b>409.414,22</b>
abril	179.383,28	35.644,23	35.794,75	66.946,93	14.788,73	32.538,09	3.217,26	14.335,10	19.217	<b>401.865,63</b>
maio	188.271,94	36.492,46	37.238,70	59.499,38	16.333,71	36.090,57	3.038,80	14.018,56	19.741	<b>410.725,08</b>
junho	166.287,58	35.928,95	31.163,97	67.826,33	16.634,81	31.332,14	3.286,37	13.499,90	17.792	<b>383.751,64</b>
julho	180.890,06	32.453,82	31.044,05	54.860,15	16.805,46	32.863,14	3.017,07	13.800,04	18.048	<b>383.782,13</b>
agosto	172.332,78	31.963,82	24.265,03	59.196,14	17.163,83	35.495,72	2.684,89	13.439,64	18.196	<b>374.737,96</b>
setembro	180.448,92	30.126,10	25.791,28	59.041,92	17.780,53	30.890,40	3.030,40	13.092,57	17.453	<b>377.654,83</b>
outubro	154.132,75	33.922,02	27.366,21	52.458,15	18.566,23	33.826,45	2.383,84	13.060,12	17.692	<b>353.407,90</b>
novembro	176.967,02	35.306,40	32.476,19	58.044,38	18.000,53	33.199,14	2.737,56	14.428,11	17.737	<b>388.895,85</b>
dezembro	171.546,44	38.560,88	37.865,21	63.644,53	19.021,59	27.372,70	2.524,05	13.798,03	18.607	<b>392.940,11</b>
<b>Total</b>	<b>2.045.229,95</b>	<b>433.296,11</b>	<b>401.326,35</b>	<b>797.572,26</b>	<b>202.303,00</b>	<b>394.337,68</b>	<b>35.586,78</b>	<b>168.273,67</b>	<b>221.068,22</b>	<b>4.698.994,02</b>
Euro/kWh	<b>0,0912</b>	<b>0,0750</b>	<b>0,0708</b>	<b>0,0732</b>	<b>0,0656</b>	<b>0,1097</b>	<b>0,1014</b>	<b>0,1068</b>	<b>0,0972</b>	<b>0,0844</b>

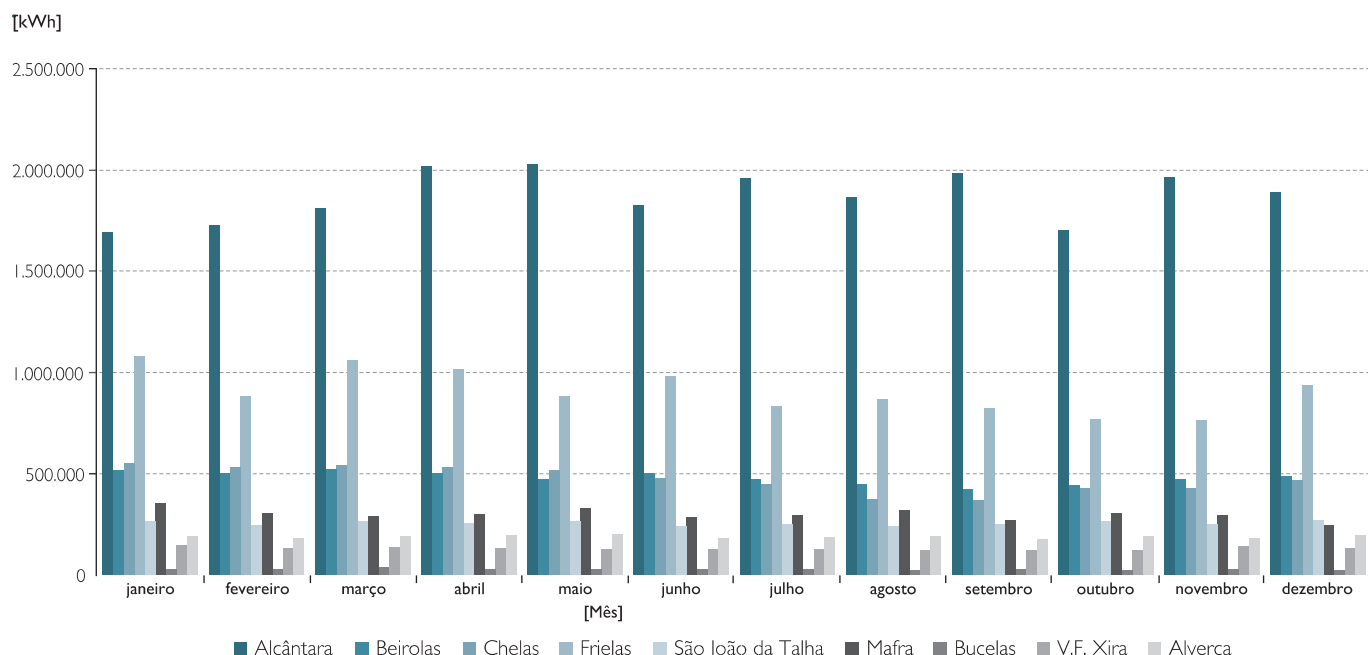
**Notas:**  
Energia consumida nos Subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por energia consumida a soma da energia adquirida à rede elétrica com a energia produzida nas instalações de cogeração (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas e S. J. da Talha).

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Maфра

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira



## Energia Consumida (kWh)



## Energia Produzida internamente e respetiva Taxa de Cobertura

	Beirolas		Chelas		Frielas		S. J. da Talha		V.F. Xira	
	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)
janeiro	104460	20,2	76020	13,7	0	0,0	95676	36,1	0	0,0
fevereiro	58600	11,6	74400	14,0	19089	2,2	76366	31,2	0	0,0
março	103920	20,0	108840	20,1	169577	16,0	74638	28,0	0	0,0
abril	132720	26,5	124980	23,5	242641	23,9	86073	33,4	0	0,0
maio	98120	20,8	108000	20,9	229920	26,2	79451	29,7	0	0,0
junho	137649	27,2	127920	26,8	255375	26,0	49498	20,2	0	0,0
julho	139580	29,7	88440	19,6	275989	33,2	55607	22,0	0	0,0
agosto	125360	28,0	96000	25,8	223921	25,8	43908	18,1	0	0,0
setembro	118460	27,8	74100	20,1	198321	24,1	47379	18,7	0	0,0
outubro	84820	19,0	95280	22,4	183476	23,9	44420	16,5	0	0,0
novembro	97200	20,6	50580	11,8	92325	12,1	34050	13,6	2995	2,2
dezembro	65640	13,4	35400	7,5	205702	21,9	41937	15,5	43	0,0
<b>Total</b>	<b>1.266.529</b>	<b>21,9</b>	<b>1.059.960</b>	<b>18,7</b>	<b>2.096.336</b>	<b>19,2</b>	<b>729.003</b>	<b>23,6</b>	<b>3.038</b>	<b>0,2</b>

No ano de 2011 registou-se um aumento de 18,2% da energia produzida, que se deveu, essencialmente, à normalização da produção na ETAR de Frielas onde se registou um aumento de 128% face ao ano anterior. Nas ETAR de Beirolas e Chelas verificaram-se reduções de 21,5% e 6,4%, respetivamente, situação devida ao elevado número de horas de funcionamento dos grupos e consequente acréscimo de falhas mecânicas e à redução de desempenho dos grupos. A esse propósito, foi elaborado estudo técnico-económico comparativo para avaliar as alternativas a adotar entre a realização de grandes reparações nos motores dos grupos geradores, ou a sua integral substituição por outros grupos de melhor rendimento.

Na ETAR de S. J. da Talha foi registado um aumento de 4,8% na energia produzida, sendo nesta ETAR que se verifica a melhor taxa de cobertura do consumo total de energia elétrica por parte da eletricidade produzida internamente.

De salientar, ainda, o arranque bem-sucedido do processo de digestão anaeróbia na ETAR de Vila Franca de Xira e o arranque (em testes) da cogeração. A instalação aguarda licenciamento por parte da EDP para poder começar a funcionar em rotina.

## Reagentes

Em termos globais, verificou-se em 2011 uma diminuição (11,3%) do custo de reagentes, motivada, essencialmente pela redução de custo registada em Alcântara (19%), uma vez que este subsistema continua a ser aquele que mais contribui para o total (61%). Esta diminuição deveu-se ao facto de a ETAR ter passado a ter em serviço a partir de maio, embora com imperfeições e intermédia, a linha de tratamento primário em tempo seco que só requer a utilização de reagentes por não ter havido ainda com permanência, um funcionamento adequado.

## Custo de Reagentes (euros)

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra <sup>(1)</sup>	V.F.Xira <sup>(2)</sup>	Alverca	Total
janeiro	102.877,95	5.445,44	4.747,54	13.421,78	6.705,53	5.512,82	1.930,81	2.356,43	142.998,30
fevereiro	106.066,59	6.638,55	5.367,44	14.605,00	6.337,16	5.303,39	2.057,25	1.499,56	147.874,94
março	120.341,63	5.432,06	3.037,30	18.173,70	11.528,32	5.581,11	1.937,85	2.432,43	168.464,40
abril	72.251,91	6.596,42	5.864,82	5.599,00	11.089,81	5.316,46	3.353,34	2.226,86	112.298,63
maio	59.949,72	5.204,63	8.810,77	20.651,57	6.875,46	5.425,70	3.331,81	2.419,45	112.669,10
junho	54.684,07	6.361,10	5.311,46	6.090,23	7.646,19	7.325,52	2.451,32	2.096,15	91.966,05
julho	39.920,73	3.058,38	5.037,43	19.423,44	6.055,17	7.178,40	3.323,14	2.280,65	86.277,34
agosto	42.982,93	4.464,69	5.281,76	10.900,92	3.529,59	7.497,70	2.774,33	2.251,36	79.683,29
setembro	44.290,18	4.254,88	6.502,40	14.925,80	5.649,09	7.851,94	1.606,17	1.658,25	86.738,72
outubro	45.336,28	6.281,35	7.294,49	6.509,89	7.757,72	4.942,72	2.273,15	2.438,64	82.834,24
novembro	43.627,29	5.900,71	5.610,53	11.878,93	6.077,19	4.799,58	2.869,72	2.499,42	83.263,36
dezembro	49.354,40	6.015,05	8.977,90	10.885,60	5.337,57	3.925,33	1.403,54	1.776,23	87.675,62
<b>Total</b>	<b>781.683,68</b>	<b>65.653,27</b>	<b>71.843,84</b>	<b>153.065,85</b>	<b>84.588,80</b>	<b>70.660,69</b>	<b>29.312,42</b>	<b>25.935,45</b>	<b>1.282.744,00</b>

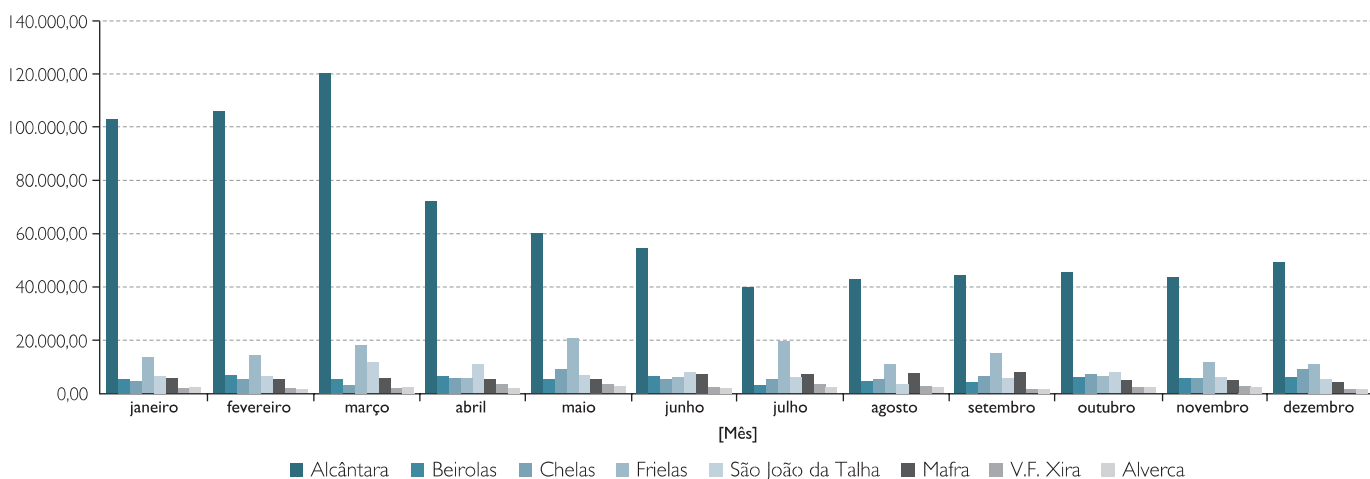
### Notas:

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

## Custo de Reagentes (euros)

[euros]



## Resultados analíticos

Os resultados globais de tratamento foram positivos, tendo-se atingido 95% de população servida com tratamento satisfatório (indicador ERSAR). Mantêm-se, contudo, algumas dificuldades nas ETAR sujeitas a influência de descargas industriais indevidas, designadamente, as ETAR de Frielas, São João da Talha, Alverca, Alcainça, sendo estas as instalações com maiores dificuldades na obtenção sistemática de resultados satisfatórios.

## 6.3 Manutenção

Durante o ano de 2011, realizaram-se intervenções de manutenção preventiva, preditiva, corretiva e de reparação.

Procedeu-se também ao arranque do Sistema de Manutenção e Gestão de Ativos (sistema Máximo) na vertente manutenção preventiva, com elaboração e lançamento de percursos de lubrificação, mudança de óleo e verificação de instrumentos de campo.

Efetuarão-se levantamentos e verificações com vista à renovação e beneficiação de equipamentos e instalações antigas e obsoletas.

Das reparações e substituições de equipamentos efetuadas destacam-se as seguintes:

- Reparação das cabeças do grupo nº1 de cogeração da ETAR de São João da Talha;
- Reparação do permutador de escape do grupo 2 de cogeração da ETAR de São João da Talha;
- Recondicionamento do grupo de cogeração n.º2 da ETAR de S. João da Talha;
- Reabilitação da instalação de agitação de biogás dos digestores da ETAR de S. João da Talha, incluindo montagem de três novos compressores de biogás;
- Revisão dos compressores de ar de processo da ETAR de Alcântara;
- Reparação da plataforma hidráulica da EE6 do Intercetor Cais do Sodré-Alcântara;
- Instalação de nova bomba de lamas desidratadas na ETAR de Vila Franca de Xira;
- Montagem de variadores de velocidade em equipamentos da decantação primária da ETAR de Frielas;
- Aquisição de duas bombas de lamas desidratadas para a ETAR de Frielas;
- Reparação da cama e reparação e pintura do parafuso de Arquimedes n.º1 do 2º estágio da elevação inicial da ETAR de Frielas;
- Reparação de uma centrífuga Andritz D5 proveniente da ETAR de Alcântara para instalar na ETAR de Frielas e de uma centrífuga Niro Westfalia da ETAR de Frielas;
- Instalação de variadores de velocidade nos parafusos de elevação da ETAR de Bucelas;
- Reparação de um tamisador da ETAR de Chelas;
- Revisão dos compressores de ar de processo da ETAR de Beirolas;
- Execução de novas caixas de recolha de escumas para decantadores primários da ETAR de Beirolas;
- Reparação dos vedantes das camisas dos cilindros do grupo de cogeração n.º2 da ETAR de Beirolas;
- Reparação da plataforma hidráulica da EE16 do Intercetor de Beirolas;
- Execução de tubagem para recirculação de nitratos e suportes para arejadores na ETAR da Ericeira;
- Reabilitação e instalação de filtro de banda na ETAR da Póvoa da Galega bem como execução de quadro elétrico e instalação elétrica;
- Aquisição de contentores para armazenagem de lubrificantes para as ETAR de Alcântara e Chelas.

## 6.4 Laboratórios

Durante o ano de 2011 foram recebidas 10.151 amostras, das quais 680 amostras foram extra plano, tendo sido realizados no total 41.901 ensaios, nas duas Unidades Laboratoriais. Foram subcontratados cerca de 3.164 ensaios, sendo que 81% do peso de subcontratação se encontra alocado aos planos de rotina. O controlo de qualidade das lamas, para efeitos de avaliação da conformidade legal correspondeu a 46% do total, 25% a controlo de processo e 5% ao controlo da qualidade do biogás produzido. A subcontratação decorrente de solicitações extra planos teve um peso de 19%, sendo de 4% a subcontratação decorrente do cumprimento de outras obrigações legais (PRTR).

O trabalho desenvolvido inscreveu-se no âmbito do cumprimento dos planos analíticos pré-estabelecidos e ainda de solicitações extra decorrentes da monitorização de descargas atípicas, campanhas de caracterização resultantes de necessidades específicas de funcionamento, colaboração em projetos de I&D, entre outros.

Deu-se continuidade à participação do laboratório na equipa envolvida no projeto WW4, no âmbito do programa LIFE Ambiente, participando na planificação dos trabalhos a desenvolver, na realização da amostragem e dos ensaios subsequentes.

Procedeu-se ao arranque de ensaios respirométricos e de toxicidade e de otimização energética, tendo sido dado início a trabalho experimental no âmbito de uma tese de mestrado desenvolvida e aplicada ao funcionamento do centro operacional de Beirolas. Foram ainda desenvolvidos, outros trabalhos de investigação no âmbito de um mestrado, com a finalidade de promover a caracterização toxicológica de diversos pontos de entrada na rede intercetora do centro operacional de Frielas, mediante a aplicação do ensaio de toxicidade aguda *Polytox*.

Durante o primeiro semestre, deu-se continuidade à prestação de serviços para cliente externo, como apoio a uma empresa do grupo AdP.

Os indicadores de desempenho do laboratório registaram índices de 97,8% de cumprimento para o prazo de execução, aferido a partir da disponibilização dos dados na plataforma INLABLims, com uma taxa de resultados provisórios confirmados de 98,0%.

Em fevereiro entrou em vigor novo sistema de codificação de pontos de colheita e novo formato de relatório para cliente interno, permitindo agilizar o processo de disponibilização de dados analíticos e a uniformização dos critérios de construção da identificação dos pontos de colheita.

No primeiro semestre de 2011 decorreram a auditoria interna, levada a cabo por auditores externos à Simtejo, e a auditoria externa pelo IPAC, tendo sido renovada a acreditação, para vinte parâmetros determinados na unidade de Frielas e dezoito na unidade de Beirolas, distribuídos pelas matrizes de água residual e lamas, nas componentes de ensaios físico-químicos e microbiológicos.

Foi adquirido equipamento apropriado para a atualização dos métodos de determinação de aniões, tendo ainda sido realizados ensaios de comparação da metodologia Colilert vs filtração em membrana, com vista à avaliação de metodologias alternativas, mais robustas e mais económicas e aplicáveis a todas as matrizes de amostras processadas internamente no âmbito das determinações microbiológicas.

Foram implementados os métodos de determinação de matéria seca e matéria orgânica e pH de acordo com os requisitos impostos com o Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de outubro, que regulamenta a valorização agrícola de lamas.

O Laboratório participou ainda em ensaios interlaboratoriais para todo o âmbito da acreditação, promovidos pelas entidades IELAB e LGC, nos circuitos QWAS e QM (Aquachek), tendo o desempenho sido globalmente satisfatório.

Por proposta da Relacre, a Simtejo, através do Laboratório, integrou como participante/colaboradora, o Ensaio Interlaboratorial de Lamas, realizado com carácter experimental.

Em novembro de 2011 o Laboratório integrou o ciclo de auditorias no âmbito do processo de certificação em Qualidade Ambiente e Segurança, mantendo-se englobado no mesmo.

Foram adaptadas todas as instruções de funcionamento dos equipamentos das duas unidades laboratoriais, tendo sido revistas quanto ao conteúdo técnico e requisitos de segurança.

## 6.5 Qualidade e Responsabilidade Social

Foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido e à obtenção da certificação nos referenciais normativos NP EN ISO 9001:2008 (Qualidade), ISO 14001:2004 (Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Segurança e Saúde no Trabalho), tendo a Simtejo alcançado bons resultados na auditoria de acompanhamento realizada.

As circunstâncias específicas que impuseram redução de fornecimento e serviços externos em 2011 não permitiram a criação de condição para alargamento da certificação a novos sistemas, mantendo-se em análise esse desenvolvimento para 2012.

No âmbito da Responsabilidade Social, a Simtejo deu particular atenção à realização de estágios destinados a vários graus de ensino e procurou motivar os seus Colaboradores para ações de Responsabilidade Social, tendo a agradecer-lhe a sua participação, designadamente no Banco Alimentar contra a Fome.

## 6.6 Comunicação e Educação Ambiental

No ano de 2011, a Simtejo deu a conhecer a missão da Empresa, o seu crescimento, os seus resultados e as ações que protagoniza e sensibilizou as populações locais para os benefícios e condicionamentos das empreitadas. Coordenou ainda a comunicação interna e externa da Empresa.

Foram desenvolvidas diversas atividades, das quais se destacam:

## Planeamento e execução de campanhas de comunicação das obras

A realização de empreitadas pela Empresa afeta a rotina dos munícipes, o que torna necessário o diálogo constante com a comunidade. Assim, os Municípios, as populações afetadas, os moradores e os comerciantes são informados da finalidade das obras e duração e também são sensibilizados para a importância de melhorar as condições ambientais.



A comunicação da conclusão da ligação dos esgotos da frente ribeirinha de Lisboa à ETAR de Alcântara, em Lisboa, é um dos exemplos da atuação do Gabinete de Comunicação e Imagem da Simtejo. A comunicação da obra destacou a recuperação do rio com o facto de as águas residuais da cidade passarem a dispor de tratamento antes da sua rejeição no Tejo.



A cerimónia "O Fado do Tejo Mudou", realizada a 22 de janeiro, assinalou a conclusão da ligação dos esgotos da frente ribeirinha de Lisboa à ETAR de Alcântara.

Esta cerimónia contou com a presença da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, Eng. Dulce Pássaro, e do Presidente da Câmara de Lisboa, Dr. António Costa.

No dia da cerimónia foi realizada uma Regata de Canoas no Tejo e um espetáculo de fado no antigo refeitório do Ministério das Finanças. Foi ainda exibido o filme "O Fado do Tejo Mudou".





Teve também lugar uma cerimónia comemorativa do arranque da ETAR de Alcântara em 29 de abril, com a presença de entidades oficiais.

Tendo sempre presente que a empreitada relativa à ETAR de Alcântara não está ainda concluída (apenas uma das suas componentes foi recebida, e no final do ano), foram prestados esclarecimentos sobre alguns dos órgãos não concluídos ou cujo funcionamento não é adequado, com especial incidência na ocasional ocorrência de maus cheiros.

## Desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental

O Programa Educativo “Ama a Água” da Simtejo tem o objetivo de sensibilizar as escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e a população em geral para a importância da água e da sua preservação. Este Programa é essencial para que os cidadãos compreendam a ligação entre a água, enquanto recurso escasso e essencial à vida, e o impacto do ser humano no ambiente.



No início do ano letivo 2010/2011, as escolas inscritas na iniciativa “A aventura da água - em busca da tampa perdida” receberam diversos materiais pedagógicos e puderam participar num concurso escolar. A turma vencedora deste concurso recebeu como prémio uma visita à Reserva Natural do Estuário Tejo.

No âmbito do Programa Educação Ambiental foi criado o site “Ama a Água” <http://www.ama-a-agua-Simtejo.com> apresentando diversas informações desde o funcionamento de uma ETAR até à fauna e flora da zona da Grande Lisboa.

A adesão a este Programa foi de 192 grupos inscritos, 85 escolas, 3.995 alunos e 192 professores.

A Simtejo realizou ainda a iniciativa itinerante “Hidrobox” para sensibilizar a população dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira para a importância da água. Esta iniciativa consistiu na exibição da peça “A história sensorial da água”, criada apenas com sons, sem recurso a imagens ou palavra.

As autarquias disponibilizam espaço público para a realização da “Hidrobox” e comunicaram a iniciativa junto das escolas. As autarquias de Lisboa e Loures produziram *mupies* e lonas para divulgar a ação junto da população.

A “Hidrobox” esteve presente em: Lisboa: Alameda D. Afonso Henriques (12-19 março); Mafra: Largo do Pelourinho (22-29 março); Loures: Parque da Cidade (2-9 abril); Amadora: Fórum Luís de Camões (2-5 maio); Odivelas: Largo D. Dinis (9-16 maio); Vila Franca de Xira: Quinta da Piedade, Póvoa de Sta. Iria (28 maio - 4 junho).



## 7. Objetivos de Gestão

A Assembleia-Geral de Acionistas da Simtejo, de 17 de junho de 2010, aprovou orientações estratégicas para a administração da Empresa.

### Orientações estratégicas gerais

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, que define o enquadramento geral da atuação do Setor Empresarial do Estado, determina:

- As empresas públicas que integram o Setor Empresarial do Estado devem, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão, prosseguir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança.
- As empresas públicas que integram o Setor Empresarial do Estado devem ser socialmente responsáveis, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos.
- As empresas públicas prestadoras de serviços de interesse económico geral devem, em especial, promover o equilíbrio adequado, devidamente evidenciado nos seus instrumentos previsionais de gestão (IPG), entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, no quadro geral das respetivas fontes de financiamento, e da sua compatibilidade com o esforço financeiro global do Estado com o seu setor de atividade, tal como resulta das afetações de verbas constantes do orçamento do Estado em cada exercício.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprova os princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado determina que estas empresas devem:

#### • **Contratualização da prestação de serviço público**

As empresas encarregues da prestação de serviço público devem elaborar e apresentar ao Estado propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos auditáveis e que reflitam um esforço de comparação permanente com as melhores práticas de mercado. Os contratos devem ser equilibrados e estabelecer direitos e obrigações recíprocos entre Estado e empresas, bem como as correspondentes penalizações em caso de incumprimento;

#### • **Qualidade de serviço**

As empresas públicas devem adotar metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes/utentes, analisando o perfil e a variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria;

#### • **Política de recursos humanos e promoção da igualdade**

Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da Empresa, e conceber e implementar planos de igualdade, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;

#### • **Encargos com pensões**

Proceder, nos casos em que tal não haja sucedido, à segregação das responsabilidades já existentes com pensões dos trabalhadores, incluindo a programação do respetivo financiamento, propondo ao Ministro das Finanças e aos ministros responsáveis pelos setores de atividade a adoção dos instrumentos adequados para o efeito;

#### • **Política de inovação e sustentabilidade**

Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

#### • **Sistemas de informação e controlo de riscos**

Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente a Inspeção -Geral de Finanças e o Tribunal de Contas;

### • Política de compras ecológicas

Adotar os princípios da Estratégia Nacional para as Compras Ecológicas 2008 -2010, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio, em articulação com a Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, e com a Agência Portuguesa do Ambiente.

O Despacho n.º 14277/2008, 23 de maio de 2008, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, determina que, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro, devem as empresas públicas não financeiras prestar informação, mediante o envio à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes elementos, e segundo os prazos que se seguem:

- Planos de atividades anuais e plurianuais, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, os objetivos e as orientações definidas pelo Estado, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, as orientações e os objetivos definidos pelo Estado, acompanhados dos pareceres do órgão de fiscalização, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Documentos de prestação anual de contas individuais e consolidadas, bem como os relatórios produzidos pelos auditores externos, quando disponíveis, e o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data da assembleia-geral anual;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que sejam exigíveis, nos 30 dias subsequentes à data final do período a que respeitam;
- Cópias das atas das assembleias-gerais e das deliberações unânimes por escrito, nos 15 dias subsequentes à sua realização;
- Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da Empresa e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução da sua situação económico-financeira, nos 10 dias subsequentes à realização do pedido, salvo indicação de prazo diverso.

### Orientações estratégicas específicas

O Despacho conjunto n.º 169/2006, de 10 de fevereiro de 2006, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, estabelece que o Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão corrente da Empresa, deve desenvolver a suas atividades tendo por base as seguintes orientações estratégicas:

- Cumprir as metas, as obrigações e as responsabilidades estabelecidas no Contrato de Concessão e nos contratos de fornecimento de água e recolha de águas residuais;
- Implementar, desenvolver e assegurar:
  - A conceção, a construção, o financiamento, a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal,
  - A disponibilização, aos seus utilizadores, de um serviço público regular, com o nível adequado e custos socialmente aceitáveis em linha com o previsto no Contrato de Concessão,
  - A sustentabilidade económica, financeira e social dos Sistemas através de uma gestão empresarial exigente e responsável,
  - A utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social,
  - A otimização da gestão do Sistema e a geração de economias de escala e de gama;
- Garantir o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas no âmbito do contrato de gestão para a Empresa;
- Colaborar com o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto Concedente, na adaptação e adequação do Contrato de Concessão:
  - Às circunstâncias decorrentes da reestruturação e reorganização das concessões e das medidas de saneamento financeiro das concessionárias que se venham a revelar necessárias,
  - Aos ajustamentos dos investimentos previstos aos objetivos e à legislação em vigor em cada momento;
- Desenvolver atividades que, com base na estratégia definida para o setor no PEAASAR para o período 2007-2013, permitam e possibilitem:
  - Alargar a outros Municípios e territórios a prestação do serviço público disponibilizado, sempre que as economias daí resultantes o recomendem,
- Garantir o cumprimento dos Planos de Atividades, dos Orçamentos e dos Planos de Investimentos anuais e plurianuais da Empresa;
- Adotar, desenvolver e implementar medidas que, no quadro das orientações estratégicas que venham a ser determinadas, permitam:
  - A recuperação das dívidas respeitantes ao capital social por parte dos acionistas das Empresas concessionárias,
  - A cobrança dos serviços prestados pela Empresa aos utilizadores e aos clientes,
  - A redução das dívidas acumuladas referentes aos serviços prestados,
  - Assegurar e garantir o cumprimento, por parte dos acionistas e dos utilizadores, de todas as obrigações devidamente contratualizadas;

- Cumprir escrupulosamente e atempadamente as obrigações para com o Concedente e o Regulador, garantindo que as determinações destes são acatadas;
- Cumprir as obrigações ambientais decorrentes do quadro normativo em vigor, bem como as orientações estratégicas que vierem a ser estabelecidas pelas entidades competentes na área do ambiente e que abrangem a Empresa;
- Promover a realização dos procedimentos que garantam a obtenção das autorizações, licenças e contratos que habilite a Empresa para o exercício das suas atividades;
- Estabelecer prioridades de investimento, incluindo o desenvolvimento e apresentação de propostas de revisão do plano técnico constante do Contrato de Concessão junto do Concedente, se necessário;
- Promover a elaboração e a implementação de um plano de ação de subcontratação de funções e tarefas relacionadas com a exploração, incluindo a operação e manutenção das infraestruturas integradas no Sistema, tendo em vista contribuir para o reforço do tecido empresarial nacional neste setor;
- Implementar as medidas tendentes à certificação em Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, a atingir preferencialmente até 2009;
- Reorganizar as suas áreas de intervenção através da associação ou fusão com sistemas existentes, privilegiando aqueles cujas atividades sejam complementares ou possibilitem a criação de áreas de intervenção com coerência territorial e gerem economias de gama, de escala e de processo;
- Elaborar e manter atualizado o plano de negócios da Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Elaborar e implementar um plano de médio prazo para a área da formação dos recursos humanos, que permitam consolidar a estrutura em termos qualitativos e quantitativos e, promovam uma adequada gestão do conhecimento;
- Adotar uma política de contenção do crescimento da massa salarial e dos encargos complementares, contribuindo deste modo para o esforço nacional de crescimento da competitividade da economia nacional;
- Contribuir ativamente para a valorização e requalificação do tecido produtivo nacional, pela via da introdução de novas tecnologias ou processos tecnológicos associados à sua atividade;
- Identificar e potenciar o desenvolvimento de áreas de negócio complementares às atividades da Empresa, visando a otimização de custos de exploração e num quadro de eco-eficiência;
- Assegurar o desenvolvimento de projetos de I&D, devidamente enquadrados nos seus Planos de Atividade, e em estreita colaboração com as outras empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

O Conselho de Administração, no âmbito dos assuntos de gestão geral, devem assumir a responsabilidade pelo:

- Assegurar a Gestão Operacional da Empresa em todas as suas vertentes, garantindo uma articulação eficaz entre as áreas técnica, financeira e administrativa;
- Garantir o bom funcionamento das infraestruturas cumprindo os objetivos de qualidade do serviço e assegurando o cumprimento da legislação;
- Controlar a tesouraria e os meios financeiros necessários à execução do seu Plano de Atividades, nomeadamente os apoios provenientes do Fundo de Coesão e de outros programas comunitários e dos empréstimos bancários, quando existam;
- Garantir junto das entidades financiadoras, com o suporte e apoio do acionista maioritário, os recursos necessários à prossecução dos objetivos definidos no Orçamento e nos Planos de Atividade e de Investimento;
- Assegurar que os seus membros e os colaboradores das empresas se comportem com isenção, neutralidade, rigor e equidade no relacionamento e colaboração com os Municípios - acionistas e utilizadores -, as entidades públicas e as empresas privadas;
- Adotar as medidas e as ações que possibilitem implementar e cumprir orientações estratégicas e procedimentos uniformizados, em todas as empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito das relações com os Acionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar ativamente com os Acionistas ou os seus representantes no desempenho das suas funções;
- Garantir a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo acionista;
- Reportar, com a devida oportunidade, todos os aspetos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão e dos respetivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes;
- Informar os Acionistas sobre todos os assuntos em análise com o Concedente e com o Regulador, designadamente:
  - Orçamentos, Planos de Atividade e projetos tarifários,
  - Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
  - Avaliação de infraestruturas,
  - Abertura a novas áreas de negócio complementares.

No âmbito das relações com o grupo Águas de Portugal, os membros do Conselho de Administração devem desenvolver a sua atividade de forma a:

- Garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Atividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- Garantir a execução dos contratos de gestão corporativa e de prestação de serviços de assistência técnica em todas as suas vertentes, assegurados e operacionalizados através da AdP Serviços, S.A., em particular a que respeita a atividades relacionadas com a normalização de práticas e procedimentos;
- Propiciar o desenvolvimento na Empresa da cultura de Grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração entre as estruturas internas da Empresa, com outras empresas concessionárias de sistemas multimunicipais e as estruturas do grupo AdP.

Os objetivos de Gestão fixados para a Simtejo, S.A., para o ano de 2011, pelos Acionistas na Assembleia-Geral de 17 de junho de 2010, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no Quadro seguinte.

Objetivos de Gestão para o Ano de 2011		Valor Fixado <sup>(1)</sup>	Valor Atingido <sup>(2)</sup>
<b>Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento</b>			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
1. ROCE	(%)	5,1%	6,2%
2. EBITDA/ Receitas	(%)	58%	68%
<b>Indicadores Financeiros - Eficiência</b>			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
3. Custos com Pessoal/ EBITDA	(%)	23%	16%
4.2 <i>Cash-Cost</i> Saneamento	(€/m <sup>3</sup> )	0,17	0,17
<b>Indicadores Financeiros - Investimento e Endividamento</b>			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
5. Investimento	(€)	45.988	17.658
<b>Indicadores Financeiros - PMR e PMP</b>			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
6. Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	97	199
7. Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	40	37
<b>Indicadores de Serviço - Qualidade do Serviço</b>			
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)			
8. Volume de Atividade	(10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	97.657	95.209
9.2 Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	94%	92%
10.2 Qualidade dos Efluentes Tratados	(%)	100%	99%
11. Reforço da Eficiência Contratual	(%)	95%	92%
<b>Indicadores de Reporte - Cumprimento de Reporte</b>			
(Desenvolvimento da cultura de Grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)			
12. Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	-2
13. Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%

VALOR FIXADO <sup>(1)</sup> - Valor fixado pela Assembleia-Geral de 17 de junho de 2010

VALOR ATINGIDO <sup>(2)</sup> - Valor alcançado no exercício de 2011

A Simtejo atingiu valores iguais ou superiores a 97% das metas fixadas ou classificação máxima de desempenho, conforme os casos, em todos os indicadores, com exceção do respeitante ao Investimento, pelas razões descritas a propósito da "Evolução Geral do Investimento", nos "Principais Acontecimentos" enunciados no presente Relatório e do indicador Prazo Médio de Recebimento, porque alguns Municípios não puderam cumprir os prazos de pagamentos da correspondente faturação, tendo embora a Simtejo procedido às diligências possíveis para conter a degradação da situação.



### **“A História Sensorial da Água” - Programa de Educação Ambiental**

A iniciativa “Hidrobox” consiste na exibição da peça “A história sensorial da água”, criada com sinapses auditivas. A iniciativa arrancou a 12 de março de 2011, em Lisboa, e esteve também patente em Mafra, Loures, Amadora, Odivelas e Vila Franca de Xira, com o objetivo de sensibilizar a população para a importância da água. Exibida na “Hidrobox”, a peça conceitual “A história sensorial da água” é percebida unicamente através da audição, proporcionando aos visitantes sensações e imagens conceituais, que permitem criar uma narrativa. Esta peça possibilita que cada indivíduo construa a sua história em volta da água, mediante a sua imaginação e concentração, tornando-se numa experiência única e distinta. Para acompanhar a execução da “Hidrobox”, a Simtejo conta com o apoio técnico do GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.



# Perspetivas para o Futuro

Em 2012, a Simtejo procurará continuar a desenvolver o investimento, com especial incidência nas obras já adjudicadas e, em função das orientações gerais para o efeito e das condições financeiras de que disponha, também o lançamento das novas obras que são importantes para a sustentação ambiental do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão.

Têm relevância especial os investimentos em curso respeitantes à ETAR de Alcântara, de que foi já concluída a Vertente C1, (que assegura o tratamento secundário e a desinfecção), mas em que é necessário concluir a Vertente C2, (que inclui aspetos complementares de tratamento e a desodorização), apesar da situação de renovadas dificuldades de relacionamento com o empreiteiro.

É também importante a conclusão do Subsistema Sul afluente à ETAR de Alverca e de algumas obras de beneficiação em curso na ETAR de Frielas, a concluir em 2012, bem como a evolução do Sistema da Foz do Lizandro, que deverá ficar em condições de poder arrancar no 1º semestre de 2013.

Quanto aos investimentos que ainda não estão em curso, manterá a Simtejo o esforço da elaboração de projetos e procurará proceder ao lançamento das empreitadas previstas, sempre que as orientações e as circunstâncias financeiras acima referidas lho permitam.

É, designadamente, o caso das reabilitações do Caneiro de Alcântara, em Lisboa, e da Ribeira da Falagueira, na Amadora.

São também importantes investimentos previstos para a Praça do Império, em Lisboa, e alguns investimentos complementares na ETAR de Frielas, em Loures, que serve vários Municípios.

É mais complexa a previsão relativa ao emissário final da Foz do Lizandro, cujo investimento é significativo, mas pode ser inevitável para assegurar a drenagem, em condições ambientalmente adequadas, do sistema em causa.

A Simtejo considera também muito importante uma análise urgente das soluções relativas à disposição final das lamas produzidas, já que a sua dimensão (80 mil toneladas/ano) impõe novas perspetivas de soluções sustentadas, a médio e longo prazos; tem, por isso, previsto um primeiro investimento em secagem solar de lamas, que poderá representar um passo inicial, alternativo à valorização agrícola de lamas, de forma a não contar exclusivamente com esta solução.

Num outro plano, a Simtejo procurará consolidar a medição de caudais para fins de faturação, mantendo-se inteiramente disponível para a

necessária colaboração para o efeito com os Municípios servidos, a ERSAR e o Concedente.

A Empresa tem a expectativa de que possa haver em 2012 uma retoma da disponibilidade, por todos os Municípios, do pagamento pontual dos serviços prestados, que se impõe para permitir, em período de grandes restrições de acesso a financiamento, manter a disponibilidade financeira da Empresa para fazer face às suas obrigações.

Está também a Simtejo muito interessada em acompanhar a necessária apreciação e eventual revisão da situação decorrente da entrada em funcionamento das IFRS, de que resultou um agravamento pesadíssimo dos custos fiscais da Empresa, que se tornaram muito punitivos para o cumprimento das exigências de investimento e de exploração da Empresa, à luz do atual EVEF.

A atividade da Simtejo deverá ainda ter presente a contenção de custos, pelo que se manterá o correspondente esforço, designadamente no que respeita a fornecimentos e serviços externos, bem como a atenção específica ao consumo de energia, através da continuidade das ações, já iniciadas, de verificação dos custos antes incorridos e das possibilidades da sua redução.

Apesar da difícil conjuntura de redução salarial e de impossibilidade de ajustamento de remunerações, a Simtejo espera poder continuar a contar com o interesse dos seus Colaboradores.

No ano corrente, em que se completam 10 anos sobre o início da exploração da Empresa, a Simtejo vai proceder a algumas iniciativas comemorativas desse facto, numa perspetiva de que todo o anterior desenvolvimento do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão continue a constituir uma base importante para consolidação das condições ambientais do Estuário do Tejo e do correspondente benefício para as populações dos Municípios envolventes.

10 anos depois, voltou a haver golfinhos no Tejo! A reabilitação do meio recetor é um alento e um incentivo para a nova década que se abre ao serviço a prestar!

## 9. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

O Município de Odivelas e a Simtejo procederam, já em 2012, à assinatura do contrato de transferência de infraestruturas que formaliza tal transferência, com o correspondente pagamento das prestações atualizadas, de acordo com o Aditamento ao Contrato de Concessão.

## 10. Sucursais da Sociedade

(Não se aplica à Simtejo)

## 11. Considerações Finais

A Simtejo considera fundamental para o adequado funcionamento da empresa, uma forte articulação com o Concedente, representado por Sua Excelência, a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a ERSAR, como regulador estrutural da atividade desta concessionária, e os reguladores ambientais Agência Portuguesa do Ambiente e CCDR LVT.

No plano institucional e de colaboração técnica, são também essenciais para a atividade da Empresa os Acionistas AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira, incluindo as suas Administração e Vereações, respetivamente, e os seus Corpos Técnicos. Os Municípios não acionistas, já parceiros da Simtejo, podem também contar com a colaboração da Empresa.

A todos, Concedente, Reguladores, Águas de Portugal e Municípios, o Conselho de Administração da Simtejo agradece a colaboração prestada em 2011, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia-Geral, ao Conselho Fiscal e ao Auditor, e reitera a sua disponibilidade para desenvolver ainda os laços institucionais.

A Simtejo está certa de que dessa colaboração, como o passado tem comprovado, só pode resultar a melhoria contínua dos serviços da Empresa prestados a Clientes e Utentes, bem como a beneficiação progressiva da qualidade ambiental dos meios recetores das águas residuais recolhidas e tratadas.

Reconhecendo o trabalho desenvolvido, a Simtejo quer agradecer aos seus Colaboradores a cooperação e o interesse demonstrados no exercício de 2011, que é extensível à maioria dos prestadores externos.

## 12. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2011, no valor positivo de €7.735.259,06 (sete milhões, setecentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta e nove euros e seis cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- a) €386.762,95 (trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e dois euros e noventa e cinco cêntimos) para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.295º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) €5.348.970,77 (cinco milhões, trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e setenta euros e setenta e sete cêntimos), para distribuição de Dividendos aos Acionistas, a efetuar de acordo com o definido no Contrato de Concessão;
- c) €806.381,19 (oitocentos e seis mil, trezentos e oitenta e um euros e dezanove cêntimos) para a conta de reservas contratuais, podendo esta ser usada para aumento de capital, cobertura de prejuízos e distribuição de dividendos;
- d) O remanescente, €1.193.144,15 (um milhão, cento e noventa e três mil, cento e quarenta e quatro euros e quinze cêntimos), para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração propõe ainda que sejam transferidos da conta de resultados transitados para a conta de reservas contratuais o valor de €8.676.347,07 (oito milhões, seiscentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e sete euros e sete cêntimos).

### 13. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Simtejo, S.A. era, em 31 de dezembro de 2011, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte:

(em euros)

		Capital subscrito	Ações detidas
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	19.543.500	3.908.700
Município de Lisboa	23,50%	9.094.500	1.818.900
Município de Loures	11,50%	4.450.500	890.100
Município de Vila Franca de Xira	4,00%	1.548.000	309.600
Município de Amadora	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Mafra	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Odivelas	3,50%	1.354.500	270.900
	<b>100%</b>	<b>38.700.000</b>	<b>7.740.000</b>

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.908.700 de ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), correspondentes a 50,5% do Capital Social da Simtejo, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2011:

- A Sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus administradores;
- A Sociedade não tem qualquer sucursal.



### Medição de caudais para fins de faturação

O sistema de medição de caudais para fins de faturação correspondente ao determinado no Contrato de Concessão da Simtejo, permite iniciar a faturação com base em caudal efetivamente medido e está em fase de implementação, com a anuência dos Municípios.

A sua validação depende de aprovação pelo Concedente, após consulta formal aos Municípios envolvidos.

O sistema de medição de caudal é constituído por 97 pontos de medição para efeitos de faturação e 77 pontos de medição para efeitos de gestão e controlo. As tecnologias utilizadas variam desde a tipologia eletromagnética, radar, pico *doppler*, *doppler* pulsado e *doppler* de superfície. É ainda complementado por uma rede de sete udómetros, permitindo determinar a ocorrência de eventos de precipitação.

Os dados de medição de caudal produzidos são sujeitos a tratamento, tendo como finalidade a definição, para cada ponto de medição, de hidrogramas padrão de tempo seco, hidrogramas padrão industriais (quando aplicável), curvas de vazão típicas, caracterização dos caudais pluviais afluentes e determinação de volumes a faturar. O tratamento de dados tem subjacente a identificação de registos sem qualidade e de falhas de medição, a respetiva correção, e a identificação e previsão de problemas que possam prejudicar a qualidade da medição.





# C - Demonstrações Financeiras do Exercício



## Demonstração da posição financeira

Unidade: euros

BALANÇO	Notas	31.12.2011	31.12.2010
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos intangíveis	6	274.331.735,46	280.858.917,58
Investimentos financeiros	7	5.875.479,00	4.880.796,55
Impostos diferidos ativos	8	21.315.487,54	21.467.840,16
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>301.522.702,00</b>	<b>307.207.554,29</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Inventários	9	123.252,42	94.975,60
Clientes	10	37.815.810,28	15.258.544,94
Estado e outros entes públicos	11	382.034,41	373.686,28
Outros ativos correntes	12	10.040.257,08	10.159.666,97
Caixa e seus equivalentes	13	22.726.888,99	52.861.168,16
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>71.088.243,18</b>	<b>78.748.041,95</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>372.610.945,18</b>	<b>385.955.596,24</b>
<b>Capital próprio dos acionistas majoritários</b>			
Capital social	14	38.700.000,00	38.700.000,00
Reservas e outros ajustamentos	14	1.700.081,19	1.413.152,63
Resultados transitados	14	15.143.013,49	13.068.897,80
Resultado líquido do exercício	14	7.735.259,06	5.738.571,15
<b>Total do capital próprio</b>		<b>63.278.353,74</b>	<b>58.920.621,58</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	15	99.176,90	86.510,97
Empréstimos	16	163.002.134,02	162.967.672,73
Fornecedores e outros passivos não correntes	17	0,00	5.814.311,41
Impostos diferidos passivos	8	14.360.557,56	14.096.102,40
Acréscimos de custos do investimento contratual	18	60.467.049,08	75.749.109,52
Subsídios ao investimento	19	40.390.258,16	45.936.768,92
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>278.319.175,72</b>	<b>304.650.475,95</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Empréstimos	16	8.817.094,76	802.724,13
Fornecedores	20	7.598.096,33	9.553.454,85
Outros passivos correntes	21	12.932.316,89	4.531.172,11
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	795.818,84	6.411.137,76
Estado e outros entes públicos	11	870.088,90	1.086.009,86
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>31.013.415,72</b>	<b>22.384.498,71</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>309.332.591,44</b>	<b>327.034.974,66</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>372.610.945,18</b>	<b>385.955.596,24</b>

Lisboa, 14 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Araldo Lobo Moreira Pêgo (Presidente)  
 José Henrique Guimarães Salgado Zenha (Vogal)  
 António Alberto Côrte-Real Frazão (Vogal)  
 Joaquim Carlos Correia Peres (Vogal)  
 José Fernando da Silva Ferreira (Vogal)  
 José Augusto Borges Neves (vogal)  
 José Esteves Ferreira (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

## Demonstração dos resultados e do rendimento integral

Unidade: euros

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>Notas</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Vendas	23	41.742,40	0,00
Prestações de serviços	23	46.555.316,72	42.590.843,44
<b>Volume de negócios</b>		<b>46.597.059,12</b>	<b>42.590.843,44</b>
Custo das vendas/ variação dos inventários	24	-2.213.073,13	-2.335.082,92
<b>Margem bruta</b>		<b>44.383.985,99</b>	<b>40.255.760,52</b>
Fornecimentos e serviços externos	25	-12.740.854,01	-12.170.879,35
Gastos com pessoal	26	-5.188.004,53	-5.547.449,01
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	27	-16.923.466,78	-15.251.566,34
Provisões e reversões do exercício	28	-12.665,93	15.990,00
Perdas por imparidade e reversões	29	-11.533,97	0,00
Subsídios ao investimento	19	5.546.510,76	1.114.012,44
Outros gastos e perdas operacionais	30	-290.393,91	-417.058,91
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31	102.461,09	33.567,70
<b>Resultados operacionais</b>		<b>14.866.038,71</b>	<b>8.032.377,05</b>
Gastos financeiros	32	-5.839.697,96	-1.451.722,43
Rendimentos financeiros	33	2.235.577,73	1.421.277,69
<b>Resultados financeiros</b>		<b>-3.604.120,23</b>	<b>-30.444,74</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>11.261.918,48</b>	<b>8.001.932,31</b>
Imposto do exercício	22	-6.130.445,01	-8.825.814,33
Imposto diferido	8 e 22	2.603.785,59	6.562.453,17
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>7.735.259,06</b>	<b>5.738.571,15</b>
<b>Rendimento integral</b>		<b>7.735.259,06</b>	<b>5.738.571,15</b>
Resultado por ação (básico e diluído)	14	1,00	0,74
Resultado integral por ação (básico e diluído)	14	1,00	0,74

## Demonstração das variações do capital próprio

Unidade: euros

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Resultados transitados</b>	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2010</b>	<b>38.700.000</b>	<b>1.413.153</b>	<b>13.068.898</b>	<b>5.738.571</b>	<b>58.920.622</b>
Aplicação do resultado líquido do exercício 2011		286.929	2.074.116	-2.361.044	0
Dividendos pagos				-3.377.527	-3.377.527
Resultado líquido do exercício 2011				7.735.259	7.735.259
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>38.700.000</b>	<b>1.700.081</b>	<b>15.143.013</b>	<b>7.735.259</b>	<b>63.278.354</b>

Lisboa, 14 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Arnaldo Lobo Moreira Pêgo (Presidente)  
 José Henrique Guimarães Salgado Zenha (Vogal)  
 António Alberto Côrte-Real Frazão (Vogal)  
 Joaquim Carlos Correia Peres (Vogal)  
 José Fernando da Silva Ferreira (Vogal)  
 José Augusto Borges Neves (vogal)  
 José Esteves Ferreira (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

## Demonstração dos fluxos de caixa

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	27.492.865,85	53.347.339,29
Pagamentos a fornecedores	-17.948.506,87	-18.411.194,89
Pagamentos ao pessoal	-4.467.944,05	-4.825.312,92
Pagamento/ Recebimento do IRC	-3.445.354,03	-3.028.869,02
Outros Pagamentos/ Recebimentos	-7.162.810,87	-1.904.182,66
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>-5.531.749,97</b>	<b>25.177.779,80</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimentos de investimentos financeiros		
Recebimentos de ativos fixos tangíveis		
Recebimentos de ativos intangíveis		
Recebimentos de subsídios de investimento	634.318,90	14.372.062,50
Recebimentos de juros e rendimentos similares	1.277.245,25	330.458,56
Pagamentos de investimentos financeiros	-994.682,45	-994.682,46
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		
Pagamentos de ativos intangíveis	-21.262.201,14	-53.137.055,82
	<b>-20.345.319,44</b>	<b>-39.429.217,22</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos de empréstimos obtidos	8.817.094,76	45.000.000,00
Recebimentos de realizações de capital		
Pagamentos de empréstimos obtidos		
Pagamentos de juros e gastos similares	-9.282.876,14	-4.305.857,01
Pagamentos de dividendos	-2.989.563,13	-2.577.332,92
	<b>-3.455.344,51</b>	<b>38.116.810,07</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-29.332.413,92</b>	<b>23.865.372,65</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	52.059.302,91	28.193.930,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período	22.726.888,99	52.059.302,91
	<b>-29.332.413,92</b>	<b>23.865.372,65</b>

## Decomposição de caixa e seus equivalentes

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	4.549,29	5.232,34
Depósitos à ordem	422.339,70	355.935,82
Depósitos a prazo	22.300.000,00	52.500.000,00
	<b>22.726.888,99</b>	<b>52.861.168,16</b>
Descobertos bancários	-8.817.094,76	-801.865,25
	<b>13.909.794,23</b>	<b>52.059.302,91</b>

Lisboa, 14 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Arnaldo Lobo Pêgo (Presidente)

José Henrique Guimarães Salgado Zenha (Vogal)

António Alberto Côrte-Real Frazão (Vogal)

Joaquim Carlos Correia Peres (Vogal)

José Fernando da Silva Ferreira (Vogal)

José Augusto Borges Neves (vogal)

José Esteves Ferreira (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

## Notas às Demonstrações Financeiras

### I. Atividade económica da Simtejo, S.A.

#### I.1. Introdução

A **Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.** (adiante designada também por Simtejo ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 10 de novembro de 2001, tendo a sua sede social na Avenida Defensores de Chaves, n.º 45 - 3.º, em Lisboa. A Empresa tem como atividade principal a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão.

#### I.2. Atividade

A Simtejo foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e a sua estrutura acionista é composta pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos, "...a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão para recolha, tratamento, rejeição de efluentes dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira."

A concessão da exploração e gestão do Sistema à Simtejo foi efetuada através de um contrato celebrado com o Estado Português em 3 de dezembro de 2001, e por um período de 30 anos, que tem por objeto os seguintes pressupostos:

- Conceção e construção de todos os órgãos necessários à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- A aquisição, manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes que o sistema deva receber;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados e dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Em setembro de 2009 foi assinado pelo Concedente o Aditamento ao Contrato de Concessão, instrumento fundamental para garantir a viabilidade económica e financeira da Empresa, tendo como principal alteração a prorrogação do prazo por mais treze anos, totalizando deste modo um período de 43 anos.

#### I.3 Acionistas

São acionistas da Empresa a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (50,5% do capital social), o Município de Lisboa (23,5%), o Município de Loures (11,5%), o Município de Vila Franca de Xira (4%), o Município de Amadora (3,5%), o Município de Mafra (3,5%) e o Município de Odivelas (3,5%).

#### I.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade no dia 14 de fevereiro de 2012.

## 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.



## 2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Simtejo foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

### 2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Durante o exercício de 2011 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de janeiro de 2011 já endossadas pela União Europeia:

- IAS 24, Divulgação de partes relacionadas, clarifica a definição de partes relacionadas. Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados da Empresa.
- IAS 32, Instrumentos financeiros: divulgações, alterações relacionadas com a forma como devem ser contabilizadas certos direitos quando os instrumentos emitidos são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente; Regulamento 1293/09, de 23 de dezembro. Sem relevância para a Simtejo.
- IFRS 1 (Alteração), Adoção pela primeira vez das IFRS, isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7. Esta alteração permite que as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros - Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação quando os exercícios comparativos se iniciem numa data anterior a 31 de dezembro de 2009. Sem relevância para a Simtejo.
- IFRIC 14, Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um ativo. Regulamento 633/10, de 19 de julho. Sem relevância para a Simtejo.
- IFRIC 19, Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio, a IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num *Equity Swap* devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam direta ou indiretamente proprietários atuando como tal. Sem relevância para a Simtejo.

Melhoramentos introduzidos pelo IASB durante o ano (Regulamento 149/11, de 18 de fevereiro):

- IFRS 1, alterações de políticas contabilísticas no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras; uso de base de reavaliação como custo considerado pode ser aplicável ao período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS; uso do custo considerado para as operações sujeitas a taxa regulamentada. Sem relevância para a Simtejo.
- IFRS 3, requisitos de transição para retribuições contingentes a partir de uma concentração de atividades que ocorreu antes da data efetiva da IFRS 3 (revista em 2008); alteração na definição para mensuração dos interesses que não controlam; pagamentos de prémios com base em ações - prémios de substituição e prémios não substituíveis. IAS 32, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). IAS 39, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). Sem relevância para a Simtejo.
- IFRS 7, clarificação de algumas divulgações. O objetivo da alteração à IFRS 7 é dar clareza na interação entre a divulgação qualitativa e quantitativa da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros. A principal mudança refere-se à exigência, em adição à descrição das garantias colaterais detidas como segurança, de fornecer uma descrição dos respetivos efeitos financeiros em relação à quantidade de exposição máxima ao risco de crédito. Sem relevância para a Simtejo.
- IAS 1, clarificação da demonstração de alterações no capital próprio (DACP). Entre as alterações destaca-se a necessidade de incluir, ou na DACP ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais incluídos na DACP para cada componente do capital próprio. Sem relevância para a Simtejo.

- IAS 21, IAS 28 e IAS 31, requisitos de transição para as emendas resultantes da IAS 27 (conforme emendada em 2008). As emendas esclarecem que as "alterações consequentes" devem ser aplicadas prospectivamente. Sem relevância para a Simtejo.
- IAS 34, eventos e transações significativos. O objetivo da alteração é o de emendar a IAS 34 para colocar maior ênfase nos princípios (eventos transações significativas, informações atualizadas) e incluem exemplos adicionais relativos a requisitos de divulgação mais recente. Sem relevância para a Simtejo.
- IFRIC 13, alterações na definição do justo valor dos créditos de prémio. Sem relevância para a Simtejo.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor:

- IFRS 7, Instrumentos financeiros (divulgações), alterações que visam ajudar os utentes das demonstrações financeiras a avaliar melhor as exposições ao risco relacionadas com as transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos na posição financeira de uma entidade. O objetivo das emendas é promover a transparência na divulgação das operações de transferência, em particular quando envolvem a titularização de ativos financeiros. Regulamento 1205/11, de 22 de novembro. Alterações com eficácia a partir de 01 de janeiro de 2012 (obrigatória para períodos com início em 30 de junho de 2011).

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de janeiro de 2011 ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 1, (Emenda), adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, moeda funcional em economia hiperinflacionária.
- IFRS 9, Instrumentos financeiros, Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.
- IFRS 10, Demonstrações Financeiras Consolidadas, novo conceito de controlo.
- IFRS 11, Empreendimentos Conjuntos, novo conceito de controlo.
- IFRS 12, Divulgação de Participações em Outras Entidades, estabelece um nível mínimo de divulgações.
- IFRS 13, Mensuração do Justo valor, orientações na mensuração do justo valor.
- IAS 1 (Emenda), Apresentação de Demonstrações Financeiras, altera a agregação dos itens apresentados na demonstração do rendimento integral.
- IAS 12, Impostos sobre o Rendimento, clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor
- IAS 19 (Revista), Benefícios dos Empregados, eliminação da opção de diferir ganhos e perdas atuariais pelo método do corredor; novas divulgações; reconhecimento de benefícios de cessação de emprego; distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.
- IAS 27 (revista em 2011), Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, tratamento contabilístico de subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.
- IAS 28, Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial às entidades conjuntamente controladas.

## 2.2 Conversão cambial

### 2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Simtejo estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Simtejo e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### 2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Simtejo de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

### 2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	31.12.2011		31.12.2010	
		médio	final	médio	final
Franco Suíço	CHF	0,8123	0,8216	0,7245	0,80205
Libra Esterlina	GBP	1,1514	1,1933	1,1651	1,1671
Coroa Norueguesa	NOK	0,1282	0,1287	0,1248	0,128

## 2.3 Atividade regulada - reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

### 2.3.1 Introdução

A Simtejo, enquanto empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR – Decreto Lei n.º 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto Lei n.º 151/2002, de 23 de maio, e Decreto Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do Regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Simtejo, S.A., com atividade regulada, adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras determinam que a Empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se:

- (i) um órgão credenciado (como o Regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e
- (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) for determinado de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Simtejo, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador - ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o Regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do Regulador; (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo Regulador em períodos subsequentes.

### 2.3.2 Acréscimos de custos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao Contrato de Concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica gastos de depreciação e de amortização e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

## 2.4 Atividade concessionada - IFRIC 12

### 2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Simtejo presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo, a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor; e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

## 2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Simtejo assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Simtejo como concessionárias de sistema multimunicipal classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis - Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo Regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

## 2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do Regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao Contrato de Concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do Contrato de Concessão	Número de anos do Contrato de Concessão	Total de caudais do Contrato de Concessão	Total do investimento da concessão revisto	Número de anos da concessão	Total de caudais revisto	Taxa média de amortização do ano de 2011
494.925.839	30	3.111.702	677.466.793	43	4.226.874.143	2,68%

## 2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros - valor a receber.

## 2.4.5 Rédito - serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 - contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 - contratos de construção. A Simtejo na fase de construção das infraestruturas atua como um "agente"/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Simtejo, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo Regulador.



## 2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Simtejo. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

### 2.5.1 Locação financeira

As locações de ativos, relativamente aos quais a Simtejo, S.A. detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação.

## 2.6 Ativos intangíveis

### 2.6.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.2.

### 2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

## 2.7 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: **(i)** expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou **(ii)** o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

### 2.7.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Simtejo são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação - *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Simtejo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** empréstimos e contas a receber; **(ii)** investimentos detidos até à maturidade; **(iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **(iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

#### 2.7.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Simtejo não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

### 2.7.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Simtejo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### 2.7.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

## 2.7.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

### 2.7.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

### 2.7.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Concessão Regulada de Portugal, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

### 2.7.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor; e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## 2.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Simtejo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

## 2.9 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

## 2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.11 Imparidade

### 2.11.1 Imparidade de ativos financeiros

É analisado a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

#### Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Simtejo não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iii)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecoverável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

### 2.11.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Simtejo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para *Goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados anualmente para o regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Simtejo. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a Simtejo efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

#### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado

do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

### Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.13 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

## 2.14 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Simtejo cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## 2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Simtejo divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

## 2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.



Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5 a Simtejo apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação da tarifa aprovada pelo concedente e escrutinadas pelo Regulador. O rédito é reconhecido como segue:

### 2.18 Prestação de serviços

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em valores mínimos garantidos.

#### Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do serviço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

### 2.18.1 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Simtejo reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash-flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

### 2.19 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

### 2.20 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

## 2.21 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3. Políticas de gestão do risco financeiro

### 3.2 Fatores de risco

As atividades da Simtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 3.3 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Simtejo está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país no último ano, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 10 - clientes).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Simtejo ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2011, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

<b>Ativos financeiros bancários</b>	<b>31.12.2011</b>
Depósitos à ordem	422.340
Depósitos a prazo	22.300.000
Fundo de reconstituição do capital	5.875.479
	<b>28.597.819</b>
<b>Rating</b>	<b>31.12.2011</b>
Aa3 (Moody's)	10.003.278
Baa2 (Moody's)	13.751
Ba2 (Moody's)	18.574.565
Ba3 (Moody's)	6.224
	<b>28.597.819</b>

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2012.

### 3.4 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Simtejo pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Simtejo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Simtejo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	8.817.095	37.558.960	126.441.040
Fornecedores e outros passivos	20.530.413	-	-

### 3.5 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Simtejo advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Simtejo ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Simtejo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

#### Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

		31.12.2011	31.12.2010
Juros suportados	Real	1.424.690	759.704
Juros suportados	tx média +1%	1.438.937	767.301
Juros suportados	tx média -1%	1.410.443	752.107

### 3.6 Risco de capital

O objetivo da Simtejo em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Simtejo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos não correntes	163.002.134	162.967.673
Empréstimos correntes	8.817.095	802.724
Disponibilidades	-22.726.889	-52.861.168
<b>Dívida</b>	<b>149.092.340</b>	<b>110.909.229</b>
Subsídios ao investimento	40.390.258	45.936.769
Total do capital próprio	63.278.354	58.920.622
<b>Capital</b>	<b>103.668.612</b>	<b>104.857.391</b>
<b>Dívida/ Total do capital</b>	<b>1,44</b>	<b>1,06</b>

### 3.7 Risco regulatório

Como prestador de um serviço público, a Simtejo opera num ambiente altamente regulado. O Regulador - ERSAR - mandatado pelo Governo, regula, entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos serviços prestados e o próprio interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos Acionistas, o Regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

## 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Simtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.2 Provisões

A Simtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Simtejo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.3 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

### 4.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Simtejo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Simtejo. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Simtejo os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Simtejo, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Simtejo não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Simtejo.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrum. financeiros	Total de balanço a <b>31.12.2011</b>
Ativos intangíveis	-	-	0	274.331.735	274.331.735
Propriedades de investimento	-	-	0	-	0
Investimentos financeiros	5.875.479	-	5.875.479	-	5.875.479
Impostos diferidos ativos	-	-	0	21.315.488	21.315.488
Clientes e outros ativos não correntes	-	-	0	-	0
Inventários	-	-	0	123.252	123.252
Clientes	37.815.810	-	37.815.810	-	37.815.810
Estado e outros entes públicos	-	-	0	382.034	382.034
Outros ativos correntes	10.040.257	-	10.040.257	-	10.040.257
Caixa e seus equivalentes	22.726.889	-	22.726.889	-	22.726.889
<b>Total do ativo</b>	<b>76.458.435</b>	<b>0</b>	<b>76.458.435</b>	<b>296.152.510</b>	<b>372.610.945</b>
Provisões	-	-	0	99.177	99.177
Responsabilidades com pensões	-	-	0	-	0
Empréstimos não correntes	-	163.002.134	163.002.134	-	163.002.134
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	-	0	-	0
Impostos diferidos passivos	-	-	0	14.360.558	14.360.558
Acréscimos custos inv. contratual	-	-	0	60.467.049	60.467.049
Subsídios ao investimento	-	-	0	40.390.258	40.390.258
Empréstimos correntes	-	8.817.095	8.817.095	-	8.817.095
Fornecedores	7.598.096	-	7.598.096	-	7.598.096
Outros passivos correntes	12.932.317	-	12.932.317	-	12.932.317
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	0	795.819	795.819
Estado e outros entes públicos	-	-	0	870.089	870.089
<b>Total do passivo</b>	<b>20.530.413</b>	<b>171.819.229</b>	<b>192.349.642</b>	<b>116.982.949</b>	<b>309.332.591</b>

## 6. Ativos intangíveis

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Despesas de desenvolvimento	0	0
Propriedade industrial e outros direitos	178.878	187.675
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	223.004.174	200.552.516
Ativos em curso	51.148.683	80.118.727
	<b>274.331.735</b>	<b>280.858.918</b>

## 6.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2010	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer.	<b>31.12.2011</b>
Despesas de desenvolvimento	962.690	0	0	0	0	962.690
Prop. industrial e outros direitos	577.472	0	0	0	0	577.472
DUI	217.201.654	1.944.065	-14.733	0	52.705.222	271.836.209
Ativos intangíveis em curso	80.118.727	23.735.178	0	0	-52.705.222	51.148.683
	<b>298.860.544</b>	<b>25.679.244</b>	<b>-14.733</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>324.525.054</b>
Amortizações acumuladas	31.12.2010	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer.	<b>31.12.2011</b>
Despesas de desenvolvimento	-962.690	0	0	0	0	-962.690
Prop. industrial e outros direitos	-389.798	-8.797	0	0	0	-398.595
DUI	-16.649.137	-6.130.938	13.835	0	-26.065.793	-48.832.034
	<b>-18.001.625</b>	<b>-6.139.735</b>	<b>13.835</b>	<b>0</b>	<b>-26.065.793</b>	<b>-50.193.319</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>280.858.919</b>	<b>19.539.508</b>	<b>-899</b>	<b>0</b>	<b>-26.065.793</b>	<b>274.331.735</b>



Durante o ano de 2011 foram transferidos de ativos intangíveis em curso para firme 52.705.222 euros, sendo os principais projetos (representam cerca de 85% do valor total) os seguintes:

- Vertente CI da empreitada de adaptação e completamento da ETAR de Alcântara;
- Sistema de medição de caudal dos Subsistemas de Frielas, Beirolas e Vila Franca de Xira;
- Intercetores e emissários da bacia do Rio Trancão (fase II - Sintra e emissário de Loures L);
- Sistema de interceção do Largo Chafariz de Dentro à EE da Estação Fluvial.

## 6.2 DUI - movimentos do período

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
DUI Líquido (saldo inicial)	<b>280.671.244</b>	225.533.704
Adições	<b>25.679.244</b>	60.306.301
Abates	<b>-14.733</b>	-89.981
Alienações	<b>0</b>	0
Amortizações do exercício	<b>-6.130.938</b>	-4.820.445
Reversões de amortizações	<b>-26.051.958</b>	74.757
Transferências/ajustamentos	<b>0</b>	-333.092
Perdas por imparidade	<b>0</b>	0
<b>DUI Líquido (saldo final)</b>	<b>274.152.858</b>	<b>280.671.244</b>

No período em apreço os principais investimentos efetuados foram os seguintes (representam cerca de 70% do investimento anual):

- Empreitada de adaptação e completamento da ETAR de Alcântara;
- Construção dos emissários e condutas elevatórias dos sistemas elevatórios de Icesa, Quinta das Drogas, Verdelha e Sobralinho;
- Intercetores e emissários da bacia do Rio Trancão (fase II - Sintra e emissário de Loures L);
- Intercetores e sistemas elevatórios da EN8 (fase II).

## 7. Investimentos financeiros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fundo de reconstituição de capital social	<b>5.875.479</b>	4.880.797
Investimento financeiro	-	-
	<b>5.875.479</b>	<b>4.880.797</b>

De acordo com a cláusula 18.<sup>a</sup> do Contrato de Concessão, a Simtejo está obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital Social.

Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a Simtejo poderá, a todo o tempo, utilizá-los.

O valor da dotação do ano de 2011 - 994.682 euros - resulta da anuidade do capital social subscrito e integralmente realizado, no valor total de 38,7 milhões de euros.

## 8. Impostos diferidos

Ativo	Taxa	<b>31.12.2010</b>	Aumentos	Diminuições	<b>31.12.2011</b>
Provisões		74.290.390	2.337.139	-3.125.848	<b>73.501.681</b>
IFRIC 12 - DUI		-	-	-	<b>0</b>
IRC + Derrama	29,00%	21.467.840	677.770	-830.123	<b>21.315.488</b>
<b>Imposto diferido ativo</b>		<b>21.467.840</b>	<b>677.770</b>	<b>-830.123</b>	<b>21.315.488</b>

Passivo	Taxa	31.12.2010	Aumentos	Diminuições	31.12.2011
IFRIC 12 - DUI		48.607.250	10.415.841	-9.578.745	<b>49.444.345</b>
IRC + Derrama	29,00%	14.096.102	3.020.594	-2.756.138	<b>14.360.558</b>
<b>Imposto diferido passivo</b>		<b>14.096.102</b>	<b>3.020.594</b>	<b>-2.756.138</b>	<b>14.360.558</b>

### Impostos diferidos ativos

A Simtejo procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de custos para investimentos contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo Regulador em períodos subsequentes.

### Impostos diferidos passivos

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para a Simtejo o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo a Simtejo aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão (até 2044), uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais.

Assim, o valor apresentado pela Simtejo respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

## 9. Inventários

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Mercadorias	0	0
Matérias-primas e subsidiárias	123.252	94.976
Produtos acabados	0	0
	<b>123.252</b>	<b>94.976</b>

## 10. Clientes

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Clientes Municípios	37.692.100	15.138.709
Clientes outros	123.710	119.836
	<b>37.815.810</b>	<b>15.258.545</b>

### 10.1 Clientes - Municípios

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Clientes Municípios	33.674.867	12.291.219
Clientes Municípios TRH	504.136	253.495
Clientes Municípios injunções	0	0
Clientes Municípios juros de mora	3.513.097	2.593.995
	<b>37.692.100</b>	<b>15.138.709</b>

### 10.2 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente)

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Clientes Municípios correntes	37.692.100	15.138.709
	<b>37.692.100</b>	<b>15.138.709</b>

### 10.3 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Município Amadora	0	0	0	0	428.452	428.452
Município Lisboa	0	0	16.188.536	16.188.536	4.505.938	20.694.474
Município Loures	1.525.995	941.452	7.614.580	10.082.027	1.305.491	11.387.518
Município Mafra	0	0	634.809	634.809	308.386	943.195
Município Odivelas	117.300	0	2.605.658	2.722.958	740.355	3.463.313
Município Vila Franca Xira	13.990	73.227	0	87.217	595.590	682.807
SMAS Oeiras	0	0	0	0	92.340	92.340
	<b>1.657.285</b>	<b>1.014.679</b>	<b>27.043.584</b>	<b>29.715.548</b>	<b>7.976.552</b>	<b>37.692.100</b>

Ver nota 45 - Eventos subsequentes, Dívidas das autarquias locais ao setor da água, saneamento e resíduos (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012)

## I I. Estado e outros entes públicos

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
IVA a receber	382.034	373.686
Outros	-	-
EOEP ativos	382.034	373.686
IVA a pagar	-	-
Retenções - IRS	54.151	135.570
Retenções - Segurança Social	113.696	124.412
Retenções - Outros	242	238
Outras Tributações - TRH	702.000	825.790
EOEP passivos	870.089	1.086.010
	<b>-488.054</b>	<b>-712.324</b>

## I2. Outros ativos correntes

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fundo de Coesão a receber	9.138.068	9.772.387
Adiantamentos a fornecedores	478.217	192.660
Outros devedores	19.693	22.530
Acréscimos de proveitos	355.931	133.229
Diferimentos de encargos	48.348	38.861
	<b>10.040.257</b>	<b>10.159.667</b>

No que respeita aos valores a receber junto do Fundo de Coesão, estes resultam de investimento realizado totalmente concluído e cujo saldo final se espera receber durante o ano de 2012. Compreende as candidaturas 1998/PT/16/C/PE/002 Alcântara e 2000/PT/16/C/PE/014 Simtejo.

A rubrica de acréscimo de proveitos contempla integralmente a especialização de rendimentos financeiros decorrentes de aplicações de tesouraria, incluindo os valores referentes ao fundo de reconstituição de capital social.

## I3. Caixa e bancos

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Caixa	4.549	5.232
Depósitos à ordem	422.340	355.936
Depósitos a prazo	22.300.000	52.500.000
	<b>22.726.889</b>	<b>52.861.168</b>

## 14. Capital

		Capital subscrito <b>31.12.2011</b>	Capital realizado <b>31.12.2011</b>	Capital subscrito 31.12.2010	Capital realizado 31.12.2010
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,5%	19.543.500	19.543.500	19.543.500	19.543.500
Município de Lisboa	23,5%	9.094.500	9.094.500	9.094.500	9.094.500
Município de Loures	11,5%	4.450.500	4.450.500	4.450.500	4.450.500
Município de Vila Franca de Xira	4,0%	1.548.000	1.548.000	1.548.000	1.548.000
Município de Amadora	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Mafra	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Odivelas	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
	<b>100%</b>	<b>38.700.000</b>	<b>38.700.000</b>	<b>38.700.000</b>	<b>38.700.000</b>

### 14.1 Resultado por ação

	<b>31.12.2011</b>	31.12.2010
Resultado líquido	7.735.259	5.738.571
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	7.740.000	7.740.000
<b>Resultado por ação</b>	<b>1,00</b>	<b>0,74</b>

### 14.2 Movimentos do período

	31.12.2010	Afetação Resultado Líquido	Dividendos	Resultado Líquido	<b>31.12.2011</b>
Reservas e outros ajustamentos	1.413.153	286.929			1.700.081
Resultados transitados	13.068.898	2.074.116			15.143.013
Resultado líquido do exercício	5.738.571	-2.361.044	-3.377.527	7.735.259	7.735.259
	<b>20.220.622</b>	<b>0</b>	<b>-3.377.527</b>	<b>7.735.259</b>	<b>24.578.354</b>

## 15. Provisões

	<b>31.12.2011</b>	31.12.2010
Provisões para processos judiciais	99.177	86.511
	<b>99.177</b>	<b>86.511</b>

### 15.1 Movimentos do período

	31.12.2010	Aumentos	Reversões	<b>31.12.2011</b>
Provisões para processos judiciais	86.511	29.040	-16.374	99.177
	<b>86.511</b>	<b>29.040</b>	<b>-16.374</b>	<b>99.177</b>



## 16. Empréstimos

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Empréstimos bancários BEI	133.002.134	132.967.673
Empréstimos - Empresa-mãe	30.000.000	30.000.000
<b>Não correntes</b>	<b>163.002.134</b>	<b>162.967.673</b>
Descobertos bancários	8.817.095	801.865
Empréstimos - Locação financeira	0	859
<b>Correntes</b>	<b>8.817.095</b>	<b>802.724</b>
<b>Total de empréstimos</b>	<b>171.819.229</b>	<b>163.770.397</b>

### 16.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 1 ano	8.817.095	802.724
De 1 a 2 anos	31.215.000	30.000.000
De 2 a 3 anos	1.215.000	1.215.000
De 3 a 4 anos	1.843.560	1.215.000
De 4 a 5 anos	3.285.400	1.843.560
Superior a 5 anos	125.443.174	128.694.113
	<b>171.819.229</b>	<b>163.770.397</b>

### 16.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

<b>Taxa de juro variável</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 1 anos	8.817.095	802.724
De 1 a 2 anos	30.967.500	30.000.000
De 2 a 3 anos	967.500	967.500
Superior a 3 anos	40.714.425	41.425.167
	<b>81.466.520</b>	<b>73.195.391</b>
<b>Taxa de juro fixa</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 1 anos	0	0
De 1 a 2 anos	247.500	0
De 2 a 3 anos	247.500	247.500
Superior a 3 anos	89.857.709	90.327.506
	<b>90.352.709</b>	<b>90.575.006</b>
	<b>171.819.229</b>	<b>163.770.397</b>

### 16.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Expira num ano (taxa variável)	3.682.905	27.500.000
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	0	0
	<b>3.682.905</b>	<b>27.500.000</b>

## 16.4 Justo valor dos financiamentos

	Valor contabilist. <b>31.12.2011</b>	Valor contabilist. 31.12.2010	Justo valor <b>31.12.2011</b>	Justo valor 31.12.2010
Empréstimos bancários BEI	133.002.134	132.967.673	35.490.934	39.899.361
Empréstimos - Empresa-mãe	30.000.000	30.000.000	19.059.781	19.059.781
<b>Não correntes</b>	<b>163.002.134</b>	<b>162.967.673</b>	<b>54.550.715</b>	<b>58.959.142</b>

As taxas de juros utilizadas para o apuramento do justo valor foram as seguintes:

- Para o ano 2010: 8,42%
- Para o ano 2011: 13,24%

## 16.5 Locação financeira

<b>Futuros pagamentos mínimos</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 1 anos	0	859
De 1 a 5 anos		
Superior a 5 anos	0	859
<b>Juros</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 1 anos	0	1
De 1 a 5 anos		
Superior a 5 anos	0	1
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 1 anos	0	859
De 1 a 5 anos		
Superior a 5 anos	0	859

Capital em dívida por ativo adquirido em regime de locação financeira

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Edifícios		
Equipamento de transporte	0	859
	<b>0</b>	<b>859</b>

## 17. Fornecedores e outros passivos não correntes

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fornecedores de investimentos	-	-
Integração de infraestruturas municipais		
Município de Lisboa	-	3.388.118
Município de Loures	-	1.527.227
Município de Mafra	-	213.453
Município de Odivelas	-	255.624
Município de Vila Franca de Xira	-	429.890
	<b>0</b>	<b>5.814.311</b>

Aquando da outorga do Aditamento ao Contrato de Concessão, foi considerada a antecipação do pagamento das prestações relativas ao período 2010 a 2031 para o período 2010 a 2012. Deste modo, foi reclassificado como corrente o valor em dívida na presente data.

## 18. Acréscimos de custos de investimento contratual

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Acréscimos de custos de investimento contratual	60.467.049	75.749.110
	<b>60.467.049</b>	<b>75.749.110</b>

## 19. Subsídios ao investimento

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fundo de Coesão	39.511.414	40.598.253
Integração de património	-	4.435.584
Outros subsídios	878.845	902.932
	<b>40.390.258</b>	<b>45.936.769</b>

### 19.1 Movimentos do período

	<b>31.12.2010</b>	<b>Resultados</b>	<b>Aumentos</b>	<b>31.12.2011</b>
Fundo de Coesão	40.598.253	-1.086.840	0	39.511.414
Integração de património	4.435.584	-4.435.584	0	0
Outros subsídios	902.932	-24.087	0	878.845
	<b>45.936.769</b>	<b>-5.546.511</b>	<b>0</b>	<b>40.390.258</b>

## 20. Fornecedores correntes

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fornecedores de investimentos	6.357.765	8.019.618
Fornecedores gerais	963.078	1.431.178
Fornecedores de empresas do Grupo	113.673	62.544
Fornecedores com faturas em receção e conferência	163.580	40.115
	<b>7.598.096</b>	<b>9.553.455</b>

## 21. Outros passivos correntes

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Acréscimos com férias e subsídio de férias	413.451	819.799
Dividendos não distribuídos	388.416	-
Outros acréscimos e diferimentos	2.092.637	1.890.371
Outros credores	1.652.560	1.610.921
Integração de infraestruturas municipais	8.385.254	210.081
Município de Amadora	374.260	-
Município de Lisboa	4.782.430	122.419
Município de Loures	2.155.727	55.181
Município de Mafra	105.214	7.712
Município de Odivelas	360.821	9.236
Município de Vila Franca de Xira	606.801	15.533
	<b>12.932.317</b>	<b>4.531.172</b>

Aquando da outorga do Aditamento ao Contrato de Concessão, foi considerada a antecipação do pagamento das prestações relativas ao período 2010 a 2031 para o período 2010 a 2012. No mesmo Aditamento ao Contrato de Concessão foi ainda prevista a integração das infraestruturas do Município de Amadora, tendo sido o correspondente valor posteriormente validado pelo Concedente.

Deste modo, em 2011 procedeu-se à reclassificação da dívida como corrente (ver nota 17), sendo que se efetuou simultaneamente a atualização dos valores da dívida, atendendo a que a Simtejo se encontrava desde 2004 a proceder ao seu desconto para valores correntes. Este ajustamento implicou um impacto líquido positivo nos resultados de cerca de 2,3 milhões de euros, em virtude de os gastos financeiros anteriormente reconhecidos serem superiores aos correspondentes proveitos gerados.

## 22. Imposto sobre o rendimento

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Estimativa de imposto a pagar	795.819	6.411.138
	<b>795.819</b>	<b>6.411.138</b>

A diferença entre o ano de 2011 e 2010 deveu-se à Simtejo não ter liquidado em 2010 os pagamentos por conta necessários, atendendo que as alterações contabilísticas e fiscais decorrentes da transição para IFRS só nesse ano tiveram efeitos. Para o exercício de 2011 a Simtejo procedeu aos pagamentos por conta e aos pagamentos adicionais por conta devidos, decorrentes da legislação em vigor.

### 22.1 Imposto do exercício

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Imposto corrente	-6.130.445	-8.825.814
Imposto diferido	2.603.786	6.562.453
	<b>-3.526.659</b>	<b>-2.263.361</b>

## 22.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	2011	2010
Resultados antes de impostos	11.261.918	8.001.932
Diferenças permanentes	8.828.038	22.702.480
Diferenças temporárias	6.747.973	11.943.966
Diferenças permanentes	2.080.065	10.758.514
Matéria coletável (lucro tributável)	20.089.956	30.704.412
Resultado líquido do exercício	7.735.259	5.738.571
Imposto do exercício	3.526.659	2.263.361
Impostos diferidos	-2.603.786	-6.562.453
<b>Imposto corrente</b>	<b>6.130.445</b>	<b>8.825.814</b>

	2011	2010
<b>1. Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos</b>	<b>11.261.918</b>	<b>8.001.932</b>
2. Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	12,5%	12,5%
Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	25,0%	25,0%
Taxa(s) de Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa(s) de Derrama Estadual	2,5%	2,5%
3. Imposto sobre o rendimento	2.813.917	1.998.921
Derrama Municipal	168.929	120.029
Derrama Estadual	231.548	150.048
<b>Total</b>	<b>3.214.394</b>	<b>2.268.998</b>
<b>4. Lucro tributável</b>	<b>21.188.965</b>	<b>30.704.412</b>
5. Imposto sobre o rendimento	5.295.679	7.674.541
Derrama Municipal	317.834	460.566
Derrama Estadual	479.724	717.610
<b>Total</b>	<b>6.093.237</b>	<b>8.852.717</b>
6. Tributações autónomas	37.208	28.539
7. Excesso de Estimativa de Impostos	0	-55.441
8. Imposto total	6.130.445	8.825.814
9. Taxa média	28,93%	28,74%
10. Taxa efetiva	54,44%	110,30%

## 22.3 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

## 22.4 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de custos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC, e consequentemente da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se mantém inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que a Simtejo está vinculada.

As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas retrospectivamente, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.



A Simtejo, é de opinião que este entendimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadra a Simtejo.

Assim, este foi o procedimento adotado pela Simtejo, nos seus registos contabilísticos, bem como no Modelo 22 (IRC).

Atualmente, o grupo Águas de Portugal encontra-se a aguardar resposta por parte das autoridades fiscais do pedido de diferimento dos efeitos fiscais da transição para IFRS não em 5 anos (como definido no decreto lei que regula esta matéria), mas pelo remanescente do prazo da concessão.

Caso a resposta das autoridades fiscais seja negativa, a Empresa incorre numa coima máxima de 15.000 Euros e juros compensatórios calculados até à data de 31 de dezembro de 2011 no montante de 83.500,62 euros.

## 23. Vendas e prestação de serviços

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Vendas	41.742	-
Prestações de Serviços	46.555.317	42.590.843
	<b>46.597.059</b>	<b>42.590.843</b>

A Simtejo fatura os seus serviços através dos valores mínimos garantidos - ver nota 2.17

### 23.1 Desagregação das vendas e prestações de serviços por cliente

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Município Lisboa	25.098.414	21.170.507
Município Loures	7.269.202	7.198.427
Município Odivelas	4.124.513	4.055.229
SMAS de Loures	-916.236	-
Município Vila Franca Xira	3.339.961	2.692.186
Município Amadora	4.786.702	4.736.574
Município Mafra	1.714.845	1.676.204
SMAS de Oeiras e Amadora	1.028.683	1.019.366
Outros clientes não municipais	150.973	42.352
	<b>46.597.059</b>	<b>42.590.843</b>

## 24. Custo das vendas

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
CMVMC - Matérias subsidiárias	-2.213.073	-2.335.083
	<b>-2.213.073</b>	<b>-2.335.083</b>

Esta rubrica inclui os reagentes utilizados no processo produtivo da Empresa, bem como materiais e artigos utilizados nas intervenções relacionadas com a área de manutenção.

Engloba igualmente os reagentes e materiais utilizados e consumidos nas atividades laboratoriais da Simtejo.

## 25. Fornecimentos e serviços externos

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Assistência Técnica	164.090	114.666
Tratamento de Resíduos	211.766	252.705
Tratamento e Valorização de Lamas	1.924.159	1.530.812
Fee 's Gestão Serviços	701.629	650.736
Publicidade e Propaganda	295.213	239.928
Honorários	84.013	94.495
Conservação e Reparação	707.185	1.555.874
Fornecimento de Água	426.427	230.077
Seguros	318.336	346.790
Rendas e Alugueres	736.881	716.307
Energia	4.812.845	4.022.340
Comunicação	326.771	219.084
Outros Fornecimentos e Serviços	2.267.435	2.410.433
	<b>12.976.750</b>	<b>12.384.246</b>
FSE's capitalizados	-235.896	-213.367
	<b>12.740.854</b>	<b>12.170.879</b>

As rubricas apresentadas representam cerca de 83% do total dos fornecimentos e serviços externos gastos em 2011. As principais rubricas de gastos são a eletricidade, que corresponde a cerca de 38% do total e os serviços de tratamento e valorização de lamas, que têm um peso de cerca de 15%.

Encontram-se incluídas nos outros fornecimento e serviços gastos de comunicação, material de escritório, deslocações e estadas, combustíveis, etc.

## 26. Gastos com pessoal

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Remunerações	4.717.556	5.103.334
Encargos sociais sobre remunerações	998.338	1.083.976
Encargos com pensões	-	-
Outros custos com pessoal	410.045	350.743
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-
	<b>6.125.938</b>	<b>6.538.053</b>
Gastos com pessoal capitalizados	-937.933	-990.604
	<b>-937.933</b>	<b>-990.604</b>
	<b>5.188.005</b>	<b>5.547.449</b>

Estando integrada no Setor Empresarial do Estado, a Simtejo incorporou e aplicou as disposições relativas às reduções remuneratórias nos moldes definidos pelo disposto no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011).

## 26.1 Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2011	31.12.2010
Órgãos Sociais	10	9
Trabalhadores efetivos e outros	216	204
	<b>226</b>	<b>213</b>

Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2011	31.12.2010
Órgãos Sociais	10	10
Trabalhadores efetivos e outros	217	215
	<b>227</b>	<b>225</b>

## 27. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2011	31.12.2010
Depreciação de outros ativos intangíveis	8.797	104.618
Amortizações de ativos intangíveis	6.130.938	4.820.445
Acréscimos de custos do investimento contratual	10.783.732	10.326.503
	<b>16.923.467</b>	<b>15.251.566</b>

## 28. Provisões e reversões do exercício

	31.12.2011	31.12.2010
Provisões para processos judiciais	29.040	1.800
Provisões para acidentes de trabalho	0	0
	<b>29.040</b>	<b>1.800</b>
Reversões de provisões para processos judiciais	16.374	17.790
Reversões de provisões para acidentes de trabalho	0	0
	<b>16.374</b>	<b>17.790</b>
	<b>12.666</b>	<b>-15.990</b>

## 29. Perdas por imparidades e reversões

	31.12.2011	31.12.2010
Perdas por imparidade de clientes	11.534	-
Perdas por imparidade de outros devedores	-	-
	<b>11.534</b>	<b>0</b>
Reversões de perdas por imparidade	-	-
	<b>11.534</b>	<b>0</b>

A Simtejo constitui perdas por imparidades a alguns clientes que usufruem dos serviços de descargas de efluentes, atendendo aos prazos já bastante dilatados que apresentam as faturas já vencidas.

### 30. Outros gastos operacionais

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Impostos	361.460	356.375
Perdas em imobilizações	899	1.014
Donativos	20.768	53.768
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	-	-
Outros gastos operacionais	62.985	5.902
Capitalizações de ativos intangíveis	-155.717	-
	<b>290.394</b>	<b>417.059</b>

### 31. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Rendimentos suplementares	-	-
Ganhos em imobilizados	74.605	28.710
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.238	4.858
Restituição de impostos	25.618	-
	<b>102.461</b>	<b>33.568</b>

### 32. Gastos financeiros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Juros suportados	7.204.212	3.085.683
Comissões bancárias	937.645	667.650
Desconto de dívidas	-	-
Outros gastos financeiros	25.125	12.179
	<b>8.166.982</b>	<b>3.765.512</b>
Costos financeiros capitalizados	-2.327.284	-2.313.789
	<b>5.839.698</b>	<b>1.451.722</b>

O aumento verificado nos juros suportados pela Simtejo em 2011 deve-se, essencialmente, aos seguintes fatores:

- Aumento generalizado das taxas, margens e comissões dos produtos bancários;
- Apesar do endividamento não corrente se ter mantido constante em 2011, foi no final do ano de 2010 contratada uma nova tranche do financiamento junto do Banco Europeu de Investimentos (45 milhões de euros), cujos juros suportados se refletem durante todo o ano de 2011;
- Reconhecimento do desconto da dívida decorrente da integração de infraestruturas municipais, conforme já referido em anteriores capítulos, decorrentes da transferência de dívida não corrente (anteriormente a liquidar até ao ano de 2031) para dívida corrente (a liquidar até ao ano de 2012).

### 33. Rendimentos financeiros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Juros obtidos	1.819.636	489.097
Juros de mora	415.942	932.180
Outros juros	-	-
	<b>2.235.578</b>	<b>1.421.278</b>

### 34. Transações com entidades relacionadas

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2010</b>
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.		2.376.118	0	1.940.051
AdP Serviços, S.A.		423.993		426.230
Aquasis, S.A.		23.700		24.940
Empresa Geral do Fomento, S.A.		3.241		
EPAL, S.A.		144.006		71.376
Valorsul, S.A.		98.576		103.111
Valnor, S.A.		0		3.318
Águas do Noroeste, S.A.		0		250
Amarsul, S.A.		0		8.656
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.		0	469	
Simlis, S.A.		0		103
AdP Energias, S.A.		22.680		
Águas do Oeste, S.A.		160		
Município Lisboa	25.433.601		21.170.507	
Município Loures	7.715.732		7.198.427	
Município Odivelas	4.239.522		4.055.229	
SMAS de Loures		1.372.188		
Município Vila Franca Xira	3.339.961		2.692.186	
Município Amadora	4.786.702		4.736.574	
Município Mafra	1.751.160		1.676.204	

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2010</b>
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.		30.113.885		29.005.237
AdP Serviços, S.A.		34.664		57.168
Aquasis, S.A.		0		13.982
Empresa Geral do Fomento, S.A.	19			
EPAL, S.A.		10.759		5.432
Valorsul, S.A.		12.646		23.930
Valnor, S.A.		0		
Águas do Noroeste, S.A.		0		
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.		0		
Simlis, S.A.		0		125
AdP Energias, S.A.		10.229		
Município Lisboa	20.694.474,38		3.820.581	
Município Loures	11.387.518,49		6.847.232	
Município Odivelas	3.463.313		1.214.803	
SMAS de Loures	0		1.418.000	
Município Vila Franca Xira	682.807		924.499,62	
Município Amadora	428.452		427.265	
Município Mafra	943.195		302.041	



## 35. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

### a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 724.364.357 euros, dos quais 271.836.210 euros já se encontram realizados.

### b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Projetos	Designação	Adjudicação	Faturação	Saldo
I3140019	Construção dos emissários da Foz do Lizandro - Fase I	5.398.389	446.850	4.951.538
I3140041	Construção dos emissários e condutas elevatórias do Subsistema da Foz do Lizandro-Fase II	2.282.280	366.282	1.915.998
I3140048	PE Carvalhal	73.724	63.221	10.504
I3140057	Projeto de execução de coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara	186.675	46.669	140.006
I3140063	Adaptação e completamento da ETAR de Alcântara - vertente C	74.056.140	69.391.796	4.664.343
I3140072	Projeto de execução dos interceptores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários	143.735	99.731	44.004
I3140083	Construção dos emissários gravíticos do subsistema da Ericeira-Fase III	792.042	221.049	570.993
I3140098	Telegestão	515.515	500.937	14.579
I3140100	Caneiro de Alcântara- levantamento de cadastro e inspeção	383.290	370.007	13.283
I3140101	ETAR de Frielas - Otimização do tratamento preliminar e do tratamento biológico	107.730	68.641	39.089
I3140105	Condução de Fornecimento de Água Alcântara - Cais do Sodré. Troço Alcântara Terra - Rua Tenente Valadim	240.330	179.625	60.705
I3140150	Controlo Caudais Pluviais-Frielas	217.712	116.171	101.541
I3140157	Levantamentos Topográficos	168.983	105.113	63.871
		<b>84.566.545</b>	<b>71.976.092</b>	<b>12.590.453</b>

## 36. Ativos e passivos contingentes

### 36.1 Garantias prestadas

A Simtejo tem ativas as seguintes garantias bancárias:

- Garantia Bancária n.º 02/036/91348, sobre o Banco BPI, no valor de 114.654,60 euros, a favor de NORFIN - Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S.A., respeitante ao arrendamento da sede social da Empresa;
- Garantia Bancária n.º 00355053.01, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 2.500,00 euros, a favor de Mário Rui Valério, respeitante a uma servidão;
- Diversas Garantias Bancárias, sobre o Banco Espírito Santo, no valor total de 505.455,80 euros, a favor de EP e da EDP, respeitante à execução de trabalhos de construção civil;
- Diversas Garantias Bancárias, sobre o Banco Espírito Santo, no valor total de 704.246,76 euros, a favor de ARH Tejo, respeitante à utilização de recurso hídrico para descarga de águas residuais.

### 36.2 Processos judiciais

A Empresa tem as seguintes ações a correr em tribunal já devidamente contestadas:

- a) Ação Ordinária n.º 5527/05.5TCLRS pendente na 2ª Vara Mista de Loures, em que são autores Ernesto Pires Mendes e mulher Leopoldina Santos Fazenda, na qual vem formulado pedido indemnizatório de 60.236,90 euros acrescidos de lucros cessantes de 150,00 euros mensais desde 12/07/2005, emergentes de alegados danos provocados pela Simtejo em terreno de sua propriedade e provenientes da ocupação

de tal terreno de sua propriedade, e na implantação no seu subsolo de uma "interceção do sistema de Frielas no Eixo de Lousa". A ação foi contestada e foi levada a efeito a respetiva audiência de julgamento, estando a aguardar-se pela sentença a proferir pelo Tribunal.

- b) Ação de impugnação de coima, no Tribunal de Família e de Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, aplicada pela Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, em 11 de maio de 2010, referente à ocupação de salinas junto à Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alverca do Ribatejo, no valor de 15.100,00 euros.
- c) Ação judicial intentada por Paulo Alexandre Furtado Mendes, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa (3.ª Unidade Orgânica, Proc. 1394/11.8 belsb), para pagamento de indemnização de 12.140,00 euros e juros de mora; trata-se de uma nova ação, por insistência, porquanto já havia sido feito o mesmo pedido, em tribunal cível, que se considerou incompetente em razão da matéria, absolvendo da instância (não do pedido);

No seguinte processo a Empresa entende que não é quantificável, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.

- d) Ação arbitral intentada pelo consórcio empreiteiro constituído por Somague Engenharia, S.A., Edifer - Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A., Hidrocontrato - Contratação e Coordenação de Empreendimentos de Engenharia, Lda., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (Centro de Arbitragem Comercial, Proc. 5/2011/ins/avs), para imputação de prejuízos e impugnação da aplicação de multas contratuais por incumprimento de prazos da empreitada.

## 37. Informações exigidas por diplomas legais

### Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Simtejo, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

### Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Simtejo, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

### Art.º 21.º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2011, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

## 38. Rendimento garantido

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2010	Remuneração do Exercício de 2011	Distribuição durante o Exercício de 2011	Situação em 31 de dezembro de 2011
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1.705.651	2.701.230	-1.705.651	2.701.230
Município de Lisboa	793.719	1.257.008	-793.719	1.257.008
Município de Loures	388.416	615.132	0	1.003.547
Município de Vila Franca de Xira	135.101	213.959	-135.101	213.959
Município de Mafra	118.213	187.214	-118.213	187.214
Município de Odivelas	118.213	187.214	-118.213	187.214
Município de Amadora	118.213	187.214	-118.213	187.214
<b>Total</b>	<b>3.377.527</b>	<b>5.348.971</b>	<b>-2.989.111</b>	<b>5.737.386</b>

	Obrigações do Tesouro a 10 anos	Prémio de Risco	Taxa Final
2010	5,42%	3,00%	8,42%
<b>2011</b>	<b>10,24%</b>	<b>3,00%</b>	<b>13,24%</b>

## 39. Eventos subsequentes

### Dívidas das autarquias locais ao setor da água, saneamento e resíduos (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012)

O Orçamento de Estado para 2012, no nº 1 do artigo 58º estabelece que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do setor da água, do saneamento básico e dos resíduos devem apresentar até ao dia 15 de fevereiro, ao ministério da tutela sectorial, as condições de regularização dos respetivos débitos.

Para esse efeito o grupo AdP, através da *holding*, informou os Senhores Ministros da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Estado e das Finanças, das dívidas vencidas e totais dos Municípios às empresas do grupo Águas de Portugal, onde se encontram as devidas a esta Empresa, bem como de uma proposta com as condições por ora praticadas pelas empresas do Grupo nos casos em que existem dívidas vencidas e sobre as quais já foram firmados acordos de pagamento que se encontram em integral cumprimento, e que incluem entre outros, os seguintes pressupostos:

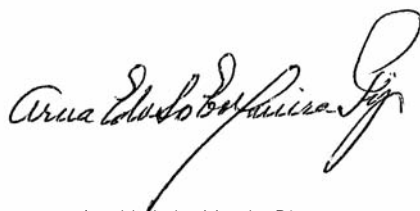
- Pagamento regular e dentro dos prazos fixados do serviço regular contratualizado;
- Pagamento da dívida apurada a 31 de dezembro de 2011, num prazo máximo que equivale ao dobro dos meses em atraso;
- Pagamento de juros financeiros calculados com base na média das taxas de juro bancário, para operações de curto prazo, praticadas pelas instituições bancárias comerciais com quem a Empresa tem em vigor contratos de financiamento;
- As prestações a definir no plano de pagamentos serão pagas através de transferência bancária;
- O atraso no pagamento das prestações definidas no plano de pagamentos, por um período superior a 60 dias, equivale ao incumprimento total do presente acordo e confere o direito ao recebimento das prestações vencidas e vincendas;
- Autorização para que possam ser cedidos os créditos previstos e reconhecidos nos acordos, no todo ou em parte, a terceiros.

Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, essa proposta de recuperação das dívidas está em discussão entre o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e a ANMP, de modo a que a proposta final permita comprometer decisivamente as Autarquias Locais a esses Planos de Recuperação de Dívidas.

Ainda que não existam acordos assinados a 31 de dezembro de 2011, os Municípios que apresentam dívidas vencidas são os constantes na nota 10 do presente anexo.

Ao abrigo da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, a Empresa pretende beneficiar de um crédito fiscal suportado numa candidatura dirigida à Comissão Certificadora do SIFIDE, relativa a despesas de atividades de investigação e desenvolvimento incorridas no exercício de 2011, no montante de 584.672,09 euros. Caso essa candidatura seja aprovada, estimamos que a dedução à coleta possa ascender a 170.000,45 euros.

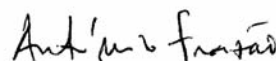
Lisboa, 14 de fevereiro de 2012



Arnaldo Lobo Moreira Pêgo  
(Presidente do Conselho de Administração)



José Henrique Guimarães Salgado Zenha  
(Vogal do Conselho de Administração)



António Alberto Côrte-Real Frazão  
(Vogal do Conselho de Administração)



Joaquim Carlos Correia Peres  
(Vogal do Conselho de Administração)



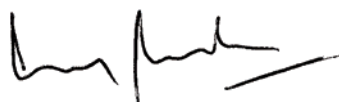
José Fernando da Silva Ferreira  
(Vogal do Conselho de Administração)



José Augusto Borges Neves  
(Vogal do Conselho de Administração)



José Esteves Ferreira  
(Vogal do Conselho de Administração)



Marcos Levi Santinho de Faria Miguel  
(Técnico Oficial de Contas)





### **ETAR de Alcântara - Integração Paisagística**

A ETAR de Alcântara, quando concluída, irá apresentar uma configuração única, destacando-se pela sua integração paisagística, sendo integralmente confinada por uma cobertura vegetal (um jardim suspenso), sob a qual se localiza não só a ETAR propriamente dita, mas também os edifícios administrativos e a futura sede da Simtejo.

Sendo um projeto de arquitetura de autoria dos arquitetos Frederico Valsassina e Aires Mateus, a intervenção visa resolver o impacto que esta construção tem no vale de Alcântara, anulando e dando continuidade à ideia de espaço natural, de forma a repor o vale na sua imagem original, entre o parque de Monsanto e a futura área urbanizada a poente.



## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



### **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011**

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Sociedade SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2011.
2. Desde a sua eleição pela Assembleia Geral realizada em 2011, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões com regularidade, tendo contado com a presença do Presidente da Comissão Executiva, do Diretor dos Serviços Administrativos e Financeiros e do Revisor Oficial de Contas. Efetuou, também, uma reunião conjunta com o Conselho de Administração da Sociedade e uma reunião específica com o Revisor Oficial de Contas, no sentido de avaliar o âmbito e a extensão do trabalho de auditoria conducente à emissão da Certificação Legal de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. O Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, não tendo detetado situações de incumprimento, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas e que mereceu o seu acordo.
6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Balanço em 31 de dezembro de 2011, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às Demonstrações Financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se geraram os resultados e se desenrolou a atividade, assim como os principais riscos a que se encontra exposta a Sociedade.

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve por parte do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas.

### PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2011;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2012.

#### O CONSELHO FISCAL

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luís Filipe Cracel Viana'.

Luís Filipe Cracel Viana (Presidente)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Joana Taveira Almodovar'.

Joana Taveira Almodovar (Vogal)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Manuel Ribeiro Lopes Tomé'.

José Manuel Ribeiro Lopes Tomé (Vogal)

## Certificação Legal de Contas



**Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.**  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal  
Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

### Certificação Legal das Contas

#### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 372.610.945 Euros e um total de capital próprio de 63.278.354 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.735.259 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



## Certificação Legal de Contas



2

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

### Ênfase

9. Sem afectar a nossa opinião, chamamos a atenção para o facto de, tal como descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços deverem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'R. A. S. Martins'.

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

**SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.**

Av. Defensores de Chaves, 45,3º | 1000-112 Lisboa | Portugal

Telf.: +351 213 107 900 | Fax: +351 213 107 901

E-mail: [geral@simtejo.adp.pt](mailto:geral@simtejo.adp.pt) | [www.simtejo.pt](http://www.simtejo.pt)

**Edição**

SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.



## **Pela primeira vez, há tratamento integral das águas residuais de Lisboa**

As obras realizadas nos subsistemas que abrangem a capital do País contribuíram decisivamente para garantir a Lisboa uma outra dimensão ambiental e paisagística. As intervenções na zona ribeirinha de Lisboa, no Caneiro de Alcântara e na ETAR de Alcântara, que está ainda em conclusão, assim como a operação das restantes ETAR e as infraestruturas já existentes em Lisboa, criaram condições para que Lisboa disponha de recolha e tratamento adequados para as suas águas residuais. O Estuário do Tejo, onde as águas residuais são drenadas, em condições compatíveis com a proteção do meio recetor, tem beneficiado significativamente.

A ligação da zona ribeirinha de Lisboa à ETAR de Alcântara merece especial destaque, por ter permitido o tratamento das águas residuais que corriam para o Tejo, designadamente na Praça do Comércio, e provinham de toda a zona central de Lisboa (eixos Avenida da Liberdade/ Baixa e Avenida Almirante Reis/ Baixa).

